Universidade de Lisboa
Faculdade de Arquitectura

Agroturismo em Vila Viçosa

Uma proposta de intervenção

Sara Próspero dos Santos Lory Costa
(Licenciada)

Dissertação/Projecto para a obtenção de Grau de Mestre em Arquitectura
(Mestrado Integrado em Arquitectura)

Orientador científico
Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos

Júri
Presidente
Doutor Jorge Manuel Tavares Ribeiro
Vogais
Doutora Maria Soledade Gomez Paiva Sousa
Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos

Lisboa, FAUL, Setembro, 2015

Documento redigido segundo o anterior A.O.

"*O turismo é uma invenção dos próprios turistas, que criam a moda e os lugares da moda*" (Cavaco, 2003:29).

Título da Dissertação:
Agroturismo em Vila Viçosa – uma proposta de intervenção

Aluno:
Sara Próspero dos Santos Lory Costa

Orientador Científico:
Professora Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos

Mestrado:
Mestrado Integrado em Arquitectura

Data:
Setembro, 2015

RESUMO

O turismo é um fenómeno mundial que contribui de uma forma significativa para o desenvolvimento económico da zona acolhedora. Este facto ganha importância quando se trata de áreas rurais, em que o turista se torna mais exigente relativamente às experiências e ao destino que procura – por pretender fugir ao turismo de massa – e é mais informado e preocupado com o meio ambiente e com a saúde. Esta investigação pretende dar a conhecer Vila Viçosa, no distrito de Évora, e analisar a importância de uma unidade hoteleira com actividades equestres como complemento a actividades que já se realizam na zona. Para este estudo, foi necessário perceber o fenómeno do turismo, em particular do turismo rural, não apenas como alojamento, mas sim como um conjunto de actividades que interligadas poderão contribuir para umas férias diferentes e de qualidade superior. Para a concretização projectual desta investigação, seleccionou-se uma propriedade em Vila Viçosa, onde foi realizado um estudo de intervenção que pretende reforçar as actividades turísticas e de lazer da zona e gerar relações com o território envolvente – não só à escala da vila mas também à escala do concelho. É com base nestas premissas que se propôs a criação de um Agroturismo e de uma escola de equitação, inseridos numa estrutura de actividades complementares de que o concelho já dispõe, nomeadamente a Rota Tons de Mármore, e se sugeriu a criação de passeios equestres na região. Considerou-se, ainda, pertinente criar um pequeno espaço na unidade hoteleira destinado à divulgação e exposição da cultura portuguesa através de *workshops* sobre actividades agrícolas e equestres, de modo a integrar os turistas cultura local. Para além do suporte bibliográfico apresentado ao longo da dissertação, foram ainda realizadas algumas análises ao terreno – através de mapas ou de idas ao local – que ajudaram na organização dos princípios de trabalho.

Palavras-chave: Turismo; Turismo em Espaço Rural; Agroturismo; Arquitectura equestre; Intervenção Arquitectónica; Vila Viçosa

Dissertation Title:
Agritourism in Vila Viçosa – an intervention proposal

Student:
Sara Próspero dos Santos Lory Costa

Scientific Supervisor:
Professora Doutora Maria Madalena Aguiar da Cunha Matos

Masters Title:
Mestrado Integrado em Arquitectura

Date:
September, 2015.

ABSTRACT

Tourism is a global phenomenon which contributes significantly to the economic development of the welcoming zone. This becomes important when it comes to rural areas, where the tourist is more demanding with respect to the experiences and the destination he is looking for – in order to escape from mass tourism – and is more informed and concerned about the environment and health. This research aims to introduce Vila Viçosa in Évora, and analyze the importance of a hotel unit with equestrian activities in addition to the activities already under way in the area. For this study, it was necessary to understand the phenomenon of tourism, especially rural tourism, not just as housing but as a set of interrelated activities that may contribute to different and top quality holidays. For project-completion of this investigation, a property in Vila Viçosa was selected, in which was conducted an intervention study that aims to complement the tourist and leisure activities in the area and generate relations with the surrounding territory – not only at the village but also at the county level. It is on these premises that was proposed the creation of an Agritourism and a riding school embedded in a structure of complementary activities that the county already has, such as the Tons de Mármore route, and the creation of horseback riding in the region. Furthermore, it was considered pertinent to create a small space on the hotel property for the dissemination and exhibition of Portuguese culture through workshops on agricultural and equestrian activities in order to explore the terrain and integrate tourists on the observation of pasture. In addition to the bibliographical support presented throughout the dissertation, some analysis to the land were also carried out – through maps or trips to the site – that helped in the organization of working principles.

Key-words: Tourism; Rural Tourism; Agritourism; Equestrian Architecture; Architectural Intervention; Vila Viçosa

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, a Professora Madalena Cunha Matos, pela disponibilidade, orientação e conhecimentos transmitidos ao longo da evolução deste trabalho.

Aos professores Paulo Almeida e José Cabido pela ajuda fundamental, entusiasmo e boa disposição.

À professora Paula Tilley, da Faculdade de Medicina Veterinária, por se ter disponibilizado a mostrar-me as instalações e a facultar-me a informação necessária.

Aos meus pais, irmãos e restante família pela paciência, apoio incansável e por nunca terem desistido de mim. Um especial obrigado à minha tia Belinha por me ter emprestado a sua casa, que me deu o sossego necessário para a concretização deste trabalho, e ao meu primo Ricardo, por toda a ajuda.

A todos os meus amigos e colegas, sobretudo ao Rui, à Nídia, à Marina e à Filipa pelo acompanhamento e por todas as sugestões que permitiram levar este trabalho para a frente.

Ao Francisco pelo apoio, compreensão e incentivo nas horas mais complicadas.

A todos, o meu sincero obrigado.

ÍNDICE GERAL

1 | Apresentação – conceito, metodologia e estrutura……. 1

1.1 Introdução……. 2

1.2 Da ideia ao conceito……. 3

1.3 Metodologia……. 4

1.4 Estrutura……... 6

2 | Estado de Arte – actividades equestres e turismo rural……... 8

2.1 Turismo em espaço rural e legislação……... 9

2.1.1 Turismo, espaço rural e turismo em espaço rural……... 9

2.1.2 Enquadramento legal arquitectónico e urbanístico – Agroturismo…... 18

2.2 Actividades equestres – actividades alternativas para a rentabilização e escolha da actividade hípica……. 20

3 | Análise do território……. 26

3.1 A vila……. 27

3.2 Monumentos e locais de interesse……. 38

4 | Projecto de intervenção……. 51

4.1 A área de intervenção……. 52

4.2 Proposta de intervenção…... 59

Bibliografia……... 76

Anexos……... 82

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 | Planta original da área de intervenção…… 4
Fonte: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2014

Figura 2 | Planta da área de intervenção com alterações…… 5
Fonte: Autora com base nos desenhos cedidos na Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2014

Figura 3 | Picadeiro Henrique Calado – antes…… 21
Fonte: https://www.parquesdesintra.pt, 2015

Figura 4 | Picadeiro Henrique Calado – depois …… 21
Fonte: https://www.parquesdesintra.pt, 2015

Figura 5 | Picadeiro Henrique Calado – bancadas…… 22
Fonte: https://www.parquesdesintra.pt, 2015

Figura 6 | Picadeiro Henrique Calado – cafetaria e loja…… 22
Fonte: https://www.parquesdesintra.pt, 2015

Figura 7 | Salão principal do Museu Nacional dos Coches…… 23
Fonte: Autora, 2015

Figura 8 | Salão principal do Museu Nacional dos Coches…… 23
Fonte: Autora, 2015

Figura 9 | Edifício das boxes – FMV…… 24
Fonte: Autora, 2015

Figura 10 | Box e *paddock* individual – FMV…… 25
Fonte: Autora, 2015

Figura 11 | Freguesias de Vila Viçosa…… 29
Fonte: www.evoradigital.biz, 2015

Figura 12 | Mapa com a mancha urbana de Vila Viçosa…… 32
Fonte: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2015

Figura 13 | Estrutura viária de acesso ao núcleo urbano de Vila Viçosa…… 35
Fonte: Autora com base no Google Maps, 2015

Figura 14 | Corredor Azul…… 37
Fonte: Câmara Municipal de Vila Viçosa – Dossier Municipal, 2015

Figura 15 | Fachada principal do Paço Ducal…… 38
Fonte: Autora, 2015

Figura 16 | Pormenor da fachada de mármore…… 40
Fonte: Autora, 2015

Figura 17 | Estátua de D. João IV…… 40
Fonte: Autora, 2015

Figura 18 | Castelo visto da avenida principal…… 41
Fonte: Autora, 2015

Figura 19 | Fachada principal do castelo…… 41
Fonte: Autora, 2015

Figura 20 | Vista de uma das torres do castelo…… 42
Fonte: Autora, 2015

Figura 21 | Igreja de Nossa Senhora da Conceição…… 44
Fonte: Autora, 2015

Figura 22 | Igreja de São Bartolomeu..... 45
Fonte: Autora, 2015

Figura 23 | Igreja e Convento das Chagas..... 45
Fonte: Wikimedia, 2015

Figura 24 | Convento e igreja dos Agostinhos..... 46
Fonte: http://lusosaocaminho.pt/project/a-rota-do-vinho-em-evora-e-monsaraz, 2015

Figura 25 | Ermida de São Domingos – depois das obras de recuperação..... 48
Fonte: Autora, 2015

Figura 26 | Mapa esquemático com os municípios abrangidos pela Rota Tons de Mármore..... 49
Fonte: http://www.rotatonsdemarmore.com/pt, 2015

Figura 27 | Planta de Vila Viçosa com marcação da área de intervenção e proposta desenhada – 1:5000..... 56
Fonte: Autora, 2015

Figura 28 | Planta esquemática com a flora existente no terreno..... 58
Fonte: Autora, 2015

Figura 29 | Planta esquemática com os usos do núcleo preexistente – Piso 0..... 60
Fonte: Autora, 2015

Figura 30 | Planta esquemática com os usos do núcleo preexistente – Piso 1..... 61
Fonte: Autora, 2015

Figura 31 | Planta esquemática com indicação dos acessos ao interior do terreno e rua nova 62
Fonte: Autora, 2015

Figura 32 | Pormenor da proposta – alinhamento de vistas e percursos – 1:500..... 63
Fonte: Autora, 2015

Figura 33 | Planta de implantação da proposta – 1:2000..... 64
Fonte: Autora, 2015

Figura 34 | Planta do apartamento T1 – 1:1000..... 66
Fonte: Autora, 2015

Figura 35 | Planta do apartamento T2 – 1:1000..... 66
Fonte: Autora, 2015

Figura 36 | Corte a passar por um apartamento – 1:100..... 67
Fonte: Autora, 2015

Figura 37 | Corte a passar por um apartamento – 1:100..... 67
Fonte: Autora, 2015

Figura 38 | Corte transversal do edifício público – 1:300..... 68
Fonte: Autora, 2015

Figura 39 | Sistema de vistas..... 68
Fonte: Autora, 2015

Figura 40 | Planta do edifício público – Piso -1 – 1:300..... 69
Fonte: Autora, 2015

Figura 41 | Planta do edifício público – Piso 0 – 1:300..... 70
Fonte: Autora, 2015

Figura 42 | Planta do edifício público – Piso 1 – 1:300..... 71
Fonte: Autora, 2015

Figura 43 | Zona dos estábulos – 1:500..... 72
Fonte: Autora, 2015

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 | População residente..... 30
Fonte: INE, Censos 2011

Tabela 2 | População residente – variação entre 2001 e 2011 (%)..... 30
Fonte: INE, Censos 2011

Tabela 3 | População economicamente activa..... 30
Fonte: INE, Censos 2011

Tabela 4 | População desempregada..... 30
Fonte: INE, Censos 2011

Tabela 5 | Taxa de desemprego..... 30
Fonte: INE, Censos 2011

Tabela 6 | Taxa de desemprego (%)..... 30
Fonte: INE, Censos 2011

Tabela 7 | Distância de algumas das principais cidades a Vila Viçosa..... 36
Fonte: Autora com base no Google Maps

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

DGADR	Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Regional
EPAE	Escola Portuguesa de Arte Equestre
OMT	Organização Mundial do Turismo
TER	Turismo em Espaço Rural

1 | APRESENTAÇÃO

1.1 | INTRODUÇÃO

Seja por necessidade de descanso face ao *stress* do quotidiano e às exigências dos estilos de vida das sociedades actuais, seja por motivos de valorização pessoal ou simplesmente pelo desejo de conhecer novas pessoas, novas paisagens e novas culturas, o turismo é inegavelmente uma fonte geradora de riqueza. E sendo este um mercado tão competitivo, é necessário haver distinção nestas actividades turísticas, nomeadamente através da oferta de produtos que não sejam banais. Para isto, poderá ser uma boa aposta associar o alojamento a outras actividades complementares, como por exemplo, a restauração, as actividades de contacto com a natureza e determinadas rotas que permitem o conhecimento da cultura da população local.

A ideia de estudar o turismo em espaço rural surgiu desta constatação.

A selecção do local a intervencionar decorreu de uma análise preliminar a várias alternativas, de que resultou a escolha de um local com características adequadas – uma propriedade localizada no Alentejo, em Vila Viçosa, com uma área de 3,5 hectares, facilmente adaptável à agricultura e com boa acessibilidade, mas que neste momento se encontra desvalorizada por ser habitada apenas em determinadas alturas do ano. Destes motivos surgiu, então, a oportunidade de propor a sua transformação numa unidade de agroturismo associada a uma pequena escola equestre destinada não apenas aos turistas, mas também aos locais.

No decorrer desta investigação de final de mestrado, é objectivo conhecer e avaliar as características de Vila Viçosa, analisar a importância de um agroturismo naquela zona e o modo como este se pode inserir numa rede de actividades já existentes na região. É ainda pertinente perceber a relevância da criação de um centro equestre naquela zona.

Portanto, a questão principal a tratar neste trabalho é a criação de uma unidade turística inserida numa rede de actividades complementares que aquela zona proporciona, ou seja, pretende perceber-se de que forma uma unidade de agroturismo associada a uma escola de equitação poderá ser uma mais-valia nesta zona rural, onde já se praticam actividades como a caça, o turismo histórico e o turismo industrial, aliadas à gastronomia e à forte relação de Vila Viçosa com a arte equestre.

Vila Viçosa é um local de enorme importância em termos históricos e arquitectónicos e é actualmente um destino turístico para aqueles que preferem umas férias alternativas ao turismo de sol e praia. O Palácio Ducal, as diversas igrejas e capelas que se abrem ao público de tempos a tempos, a imponência do castelo, a muralha que o envolve e as explorações de mármore, são os principais atractivos que levam muitos a escolher esta vila como destino para férias mais repousadas.

Estando esta vila localizada numa zona rural em pleno Alentejo, é natural que as actividades de parte da população residente e veraneante sejam também elas mais centradas na agricultura e na criação de animais, assim como nos desportos ao ar livre e de contacto com a natureza, pelo que existem algumas empresas de animação turística que organizam este tipo de actividades em que qualquer pessoa pode participar.

O turista que escolhe o meio rural como destino tem, à partida, interesse em relacionar-se com a natureza, contactar com ela e poderá ainda querer participar em actividades agrícolas e de interacção com animais. Por este motivo, uma unidade turística orientada para actividades agrícolas poderá vir a complementar este tipo de experiência.

Barros (2004) lembra que estas actividades turísticas não devem ser implementadas de forma isolada e desarticulada relativamente ao meio em que se inserem. Assim, torna-se importante encontrar os objectivos mais vantajosos e as estratégias mais adequadas para procurar respostas que satisfaçam os interesses dos turistas, sem prejudicar o meio ambiente e as populações locais.

Após alguma reflexão sobre o assunto, para além das actividades já organizadas naquela zona, ir-se-ão propor outras a realizar no alojamento, tais como a divulgação e exposição da cultura portuguesa através de *workshops* – que poderão envolver não só os turistas como também a população local –, actividades agrícolas e equestres – de modo a explorar o terreno e integrar os turistas na observação das pastagens –, caminhadas, itinerários de bicicleta e passeios a cavalo em parceria com as rotas já existentes em Vila Viçosa e arredores.

1.3 | METODOLOGIA

A primeira fase da realização da componente projectual deste Trabalho Final de Mestrado consistiu na recolha e interpretação de informação referente ao local em estudo ao nível do enquadramento territorial, turístico, demográfico, arquitectónico, urbanístico e histórico-patrimonial. Após ter sido interpretada, esta informação serviu para a posterior realização de uma análise SWOT que, associada à pesquisa teórica, se tornou bastante útil para delinear e organizar as melhores estratégias de trabalho.

Uma vez que não foi possível encontrar *online* informação cartográfica recente da vila e do terreno em estudo, foi necessário um contacto directo com a Câmara Municipal de Vila Viçosa de modo a obter as plantas rigorosas da urbe. Contudo, esse levantamento era já antigo e desactualizado (Fig.1), pelo que foi necessário proceder à correcção das plantas originais. Após várias deslocações ao local, fotografias e medições, foi então criada uma nova planta (Fig.2) numa tentativa de representar o conhecimento do local mas tendo sempre por base os desenhos cedidos pela Câmara Municipal.

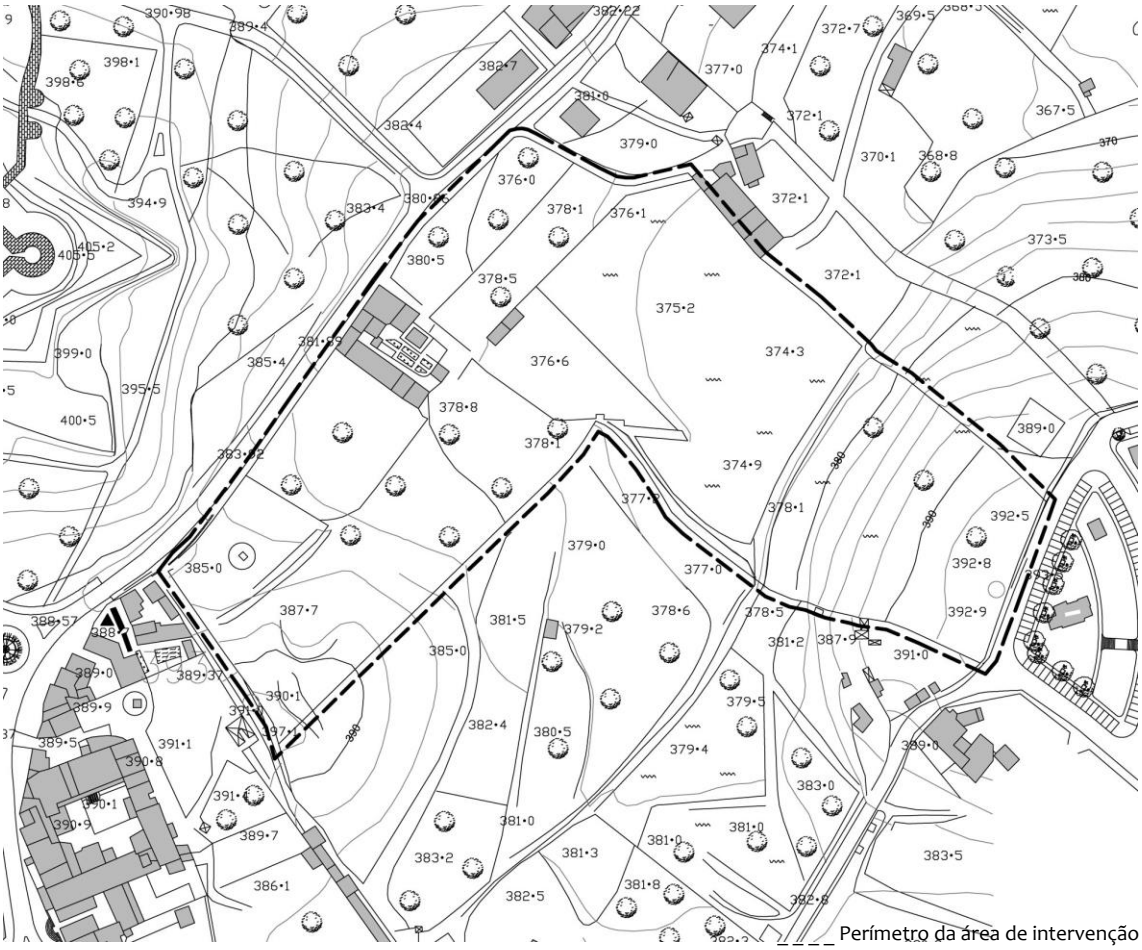


Figura 1 | Planta original da área de intervenção

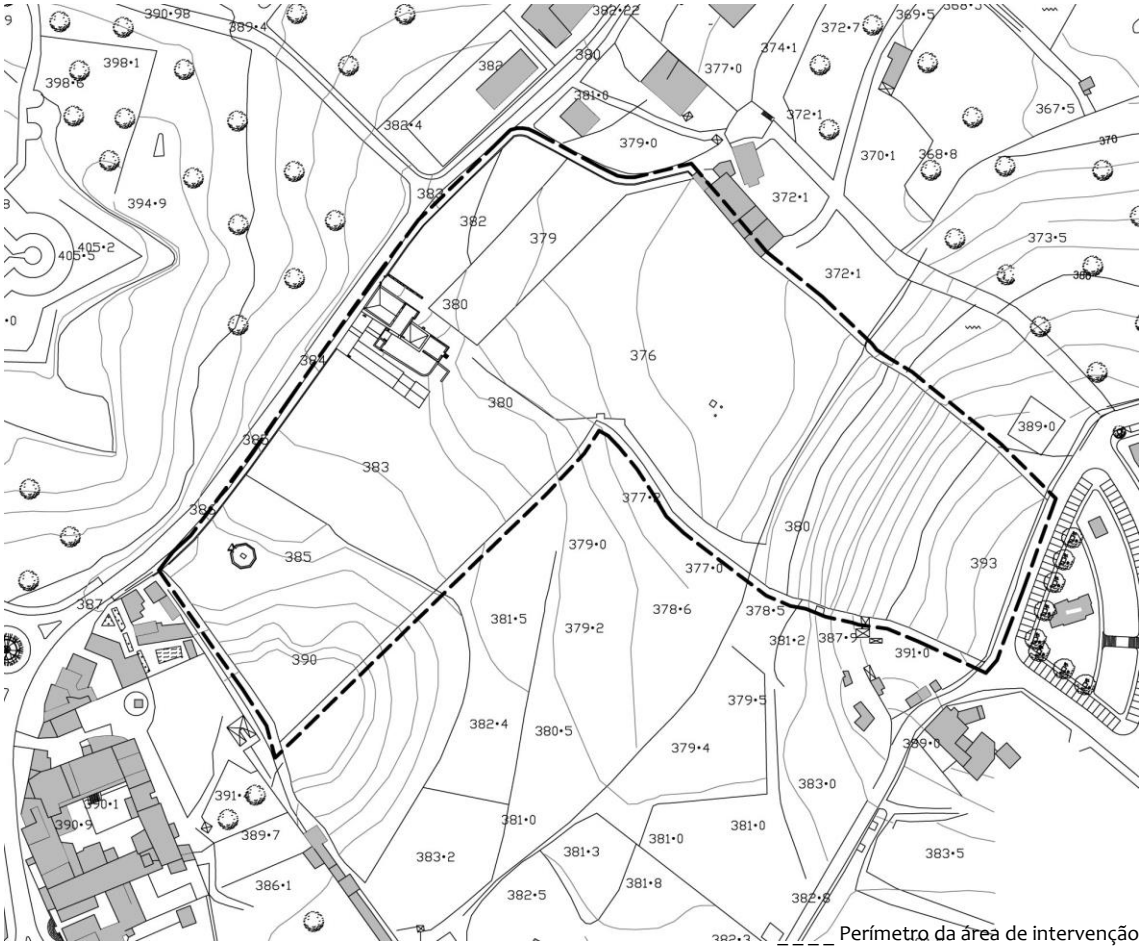


Figura 2 | Planta da área de intervenção com alterações

A ideia de estudar um agroturismo associado a uma escola de equitação surgiu, não só do conhecimento prévio da vila, como também através de contactos estabelecidos com os funcionários do posto de turismo e da Câmara Municipal. Posteriormente, considerou-se relevante a realização de um levantamento das unidades turísticas e centros equestres existentes naquela zona, de modo a confirmar a necessidade e o interesse de criar um programa deste tipo. Contudo, houve uma grande dificuldade a esse nível, já que não existe uma base de dados única com essa informação – há uns anos esse registo passou a ser responsabilidade de cada Autarquia, estando a informação muito dispersa.

Quanto ao dimensionamento e requisitos de escolas de equitação, após alguma pesquisa, notou-se a inexistência de legislação relativa a esta temática. Então, a questão foi abordada de maneira diferente, nomeadamente através de contactos telefónicos com algumas escolas de modo a perceber quais as dimensões mais usuais e confortáveis para os equinos e como funciona a logística destes edifícios. Foi ainda possível visitar as novas instalações equestres e picadeiro da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa, que serviram de caso de estudo para este trabalho.

1.4 | ESTRUTURA

A componente teórica deste Projecto Final de Mestrado estrutura-se em três capítulos.

O primeiro capítulo (2) divide-se em duas partes – uma referente ao turismo e legislação, e outra sobre actividades equestres.

Nesta primeira parte, procura fazer-se um enquadramento teórico sobre o fenómeno do turismo, focando sobretudo as modalidades consideradas para o desenvolvimento do projecto de intervenção. Aborda-se, então, o turismo, o espaço rural, o turismo em espaço rural e o agroturismo, assim como as suas características, objectivos, estratégias e carácter legal. Para este subcapítulo, os autores mais relevantes foram José da Cunha Barros, Fernanda Delgado Cravidão, Carminda Cavaco, Organização Mundial do Turismo, Maria do Rosário Partidário, Catarina Oliveira, Elisabete Figueiredo, Turismo de Portugal, Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural; incluíram-se também documentos relevantes de legislação da República Portuguesa.

A segunda parte aborda a temática da arte equestre – actividades alternativas para a escolha e rentabilização da actividade hípica como complemento do agroturismo – e são apresentados quatro exemplos da actividade hípica: Real Coudelaria de Alter, Escola Portuguesa de Arte Equestre, Museu Nacional dos Coches e instalações e picadeiro da FMV. A informação redigida nesta parte do trabalho baseou-se na bibliografia das autoras Sandra Garcia Castanheira e Teresa Abrantes, no *site* da Internet do Museu Nacional dos Coches e de visitas aos locais.

No segundo capítulo (3) faz-se uma breve análise e caracterização do território à escala da vila, passando pela sua história, geografia, demografia, economia, arquitectura, urbanismo, estrutura da rede viária, património e estratégias de promoção da zona – as rotas. Neste capítulo, a informação foi recolhida sobretudo da Câmara Municipal de Vila Viçosa, dos Censos 2011, do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, da Direcção Geral do Património Cultural e do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (monumentos.pt).

Finalmente, o terceiro capítulo (4) aborda o projecto de intervenção. Apresenta-se uma caracterização do terreno, sendo este estudo realizado ao nível da vila. Ainda nesta fase foram realizadas duas análises SWOT – uma à escada urbana e outra à escala do terreno em estudo – para ajudar a perceber e organizar as principais preocupações e, em consequência, a definir estratégias. Finalmente, descreve-se e explica-se o projecto de intervenção, com o auxílio de desenhos da proposta e alguns esquemas.

2 | ESTADO DE ARTE

2.1.1 | TURISMO, ESPAÇO RURAL, TURISMO EM ESPAÇO RURAL

TURISMO

O turismo tem uma importância significativa e inegável para o local onde decorre. É, e sempre foi, sinónimo de poder económico, símbolo do exótico e de ascensão social e cultural; é liberdade e domínio para além do que é familiar.

No quadro da história mundial, o turismo é um fenómeno recente – de facto, teve o seu início no século XVIII com o *Grand Tour* e com as deslocações da aristocracia e apenas nessa altura se começou a sentir uma organização e uma sistematização que lhe permitiram aumentar o volume até ao que é na actualidade.

Portugal apenas se consolidou como destino turístico nos anos 80, primeiro com o turismo de sol, mar e praia, e posteriormente com o turismo rural. Só a partir dos anos 90 começaram, lenta e timidamente, a delinear-se os percursos para a actividade turística – isto porque surgiram factores que finalmente permitiram que a maioria da população nacional pudesse usufruir destas actividades, como por exemplo a melhoria económica dos portugueses, o aumento da escolaridade e da esperança média de vida, a banalização do acesso à informação, a alteração do conceito de tempo livre e a diminuição dos custos de transporte (Cravidão, 2006).

Seguindo a linha de pensamento de Cooper *in* Barros (2004), o turismo é importante a três níveis fundamentais: económico, ambiental e social.

Economicamente, o turismo é encarado como um instrumento de desenvolvimento das regiões, já que permite gerar emprego, atrair pessoas com boa capacidade financeira e promover a região de modo a aliciar novos turistas. Como complementa Cavaco (1999b), uma das principais potencialidades do turismo é, por um lado, esta possibilidade de gerar fluxos de pessoas e capital, permitindo o desenvolvimento das regiões turísticas ao nível económico – não só a uma escala local como também nacional –, e por outro, a capacidade de interferir nas estratégias demográficas e do emprego, no ambiente, no património natural e cultural, nos comportamentos e na ocupação e funcionamento dos territórios.

Assumindo o carácter ambiental do turismo, algumas das suas modalidades permitem uma consciência mais eficaz da natureza, podendo até, como afirma Cravidão (2006), retratar o domínio do corpo e da mente através, por exemplo, de actividades de aventura ou radicais ou ainda através do contacto com o meio rural. No seguimento desta afirmação, e como resposta ao incremento da globalização e do turismo de massas, faz sentido o aparecimento de um turismo diferente e orientado para actividades da natureza, como o turismo ecológico, rural, de aventura, cultural, religioso, entre outros; portanto, modalidades respeitadoras do meio ambiente e das características locais (Barros, 2004).

Por fim, Cooper refere que o turismo apresenta um carácter social, visto permitir o conhecimento de novas culturas, relações sociais com pessoas fora do ambiente habitual e ainda valorização pessoal. O turismo não deve ser considerado uma prática individual, mas sim uma atitude social, segundo a Equipa MIT (Cavaco, 2003), já que envolve sobretudo uma interacção com o outro e com o meio. Deve ainda, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), possuir uma componente ética – e não apenas a da sustentabilidade – de modo a permitir a sobrevivência e o desenvolvimento de produções culturais e artesanais tradicionais.

Carminda Cavaco (2006) encara o turismo como a possibilidade de criação de novos espaços, míticos e lúdicos, diferentes dos espaços do quotidiano, espaços culturais e sociais, permitindo, por exemplo, a recriação da natureza – novas plantas, novos lagos, novos areais, novas praias, novas paisagens, novas ocupações e presenças humanas. Isto significa que o lugar turístico é subjectivo e consequentemente que o turista pode reinterpretar o seu sentido, proporcionando maior riqueza e interesse ao lugar. Deste modo, poder-se-á dizer que a qualidade do turismo é tanto melhor quanto mais forte for a relação entre o lugar e quem o visita – questão que se torna imprescindível no tipo de turismo a estudar, isto é, no turismo rural.

Partidário (2003) refere que os consumidores estão a tornar-se cada vez mais exigentes, sofisticados e responsáveis em relação aos destinos que procuram. Actualmente esta questão tem grande importância porque o turista de hoje é mais informado, exigente e preocupado com o meio ambiente e com a saúde e, em consequência disso, surgiu um tipo de turismo de oposição ao turismo de massas, caracterizado por ser "autêntico".

É por esta razão que se torna essencial conhecer tão bem quanto possível os turistas que visitam os locais – as suas características, os seus interesses e motivações –, de forma não só a responder-se mais eficazmente às necessidades da procura, como também a evoluir e potenciar os recursos turísticos que as zonas têm para oferecer; para além de que uma parte significativa dos turistas não procura a novidade, mas sim ambientes anteriormente visitados para níveis de satisfação mais elevados (Barros, 2004).

No turismo rural, mais especificamente no turismo cultural, as estratégias passam, sobretudo, pelos itinerários – "*a diversidade de interesses oferecidos numa mesma viagem assume tal dimensão que é possível fazer diferentes viagens*" (Cravidão, 2006:272).

Oliveira (2003) lembra a importância dos passeios temáticos, dando como exemplo os Passeios da Primavera realizados em Montemor-o-Novo, que têm como objectivos a divulgação do património cultural e ambiental da região, estimular a reflexão sobre as transformações no espaço rural no Alentejo e propor novos usos ao território (lazer, turismo cultural e de natureza) através de diferentes rotas turísticas.

O programa das Aldeias Históricas de Portugal é um exemplo dessas estratégias, já que juntou várias aldeias da Beira Interior com interesse histórico, cultural e patrimonial, através da recuperação de fachadas e de telhados das habitações, arranjos urbanísticos, melhoria de acessos e beneficiação de monumentos. Todas estas obras tiveram como resultado a recuperação das próprias aldeias e a estimulação social da região.[1]

Utilizando estratégias deste tipo é possível, por um lado, cativar públicos diversificados, e por outro, como foi referido anteriormente, fazer diferentes viagens no mesmo local através de espaços ricos que permitem diversas interpretações. Portanto, o turismo é mercado sempre em ascensão e, como reforça Simões (2003), uma actividade em franco progresso com perspectivas de continuação do seu crescimento.

Contudo, esta valorização económica das actividades culturais não deve ser entendida como uma alternativa a outros modelos de desenvolvimento, mas sim como um complemento a estes ou como uma oportunidade à falta deles. Isto porque nem todos os territórios podem beneficiar da mesma maneira de uma política virada para a valorização da cultura – depende, por exemplo, da localização geográfica e/ou da capacidade de o território conseguir "absorver" um determinado investimento.

[1] http://www.visitcentrodeportugal.com.pt/pt/aldeias-historicas-de-portugal/ [Acedido a 24 de Maio de 2015]

ESPAÇO RURAL

A legislação define como espaço rural "*as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural*."[2]

Segundo Figueiredo (1999:264), as áreas rurais são representadas "*pela densidade relativamente fraca dos habitantes e construções, fazendo aparecer uma preponderância das paisagens de cobertura vegetal, pelo uso económico dominante agro-silvopastoril, pelo modo de vida dos seus habitantes, caracterizado pela pertença a colectividades de dimensão limitada e pela sua relação particular com o espaço e pela identidade e representações fortemente conotadas com aquilo a que podemos chamar a cultura camponesa*".

O autor reforça, ainda, a importância da *redefinição* da ruralidade – o mundo rural, outrora destinado exclusivamente à produção de alimentos, é actualmente guardador de paisagens e memórias, notando-se um aumento, de acordo com autores como Cordeiro (2010), da sua capacidade de competição com o turismo de sol e praia. Deste modo, algumas zonas rurais deixaram de ter apenas essa função de subsistência, adquirindo o carácter de lazer, de fuga ao *stress* do quotidiano e de recuperação de valores e tradições antigos.

Partidário (2003) remata com a ideia de que os espaços rurais estão directamente relacionados com a disponibilidade de um interessante conjunto de recursos naturais e culturais que permitem múltiplas oportunidades de utilização.

As áreas rurais devem ser multifuncionais para que o turismo possa ser estruturado e controlado e assim constituir uma mais-valia. Estes espaços devem, por isso, apresentar novas dimensões de modo a permitir uma maior procura e uma utilização mais eficiente por residentes não rurais (Figueiredo & Valente, 2003). Partidário (2003) acrescenta ainda que um desenvolvimento turístico sustentável é consideravelmente importante a três níveis: na melhoria da qualidade de vida da comunidade anfitriã, na garantia de uma experiência de uma grande qualidade para o visitante e na manutenção da qualidade do ambiente da qual ambos dependem.

Figueiredo (1999) lembra que o mundo rural é cada vez mais objecto de consumo para os urbanos – como uma fuga ao quotidiano –, pelo que a sua preservação é uma questão urbana.

[2] Artigo 4.º da Portaria n.º 937/2008

TURISMO EM ESPAÇO RURAL

O Guia Oficial do Turismo no Espaço Rural, publicado pelo Turismo de Portugal, considera que o Turismo no Espaço Rural (TER) "*consiste no conjunto de actividades e serviços de alojamento e animação a turistas em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados mediante remuneração, em zonas rurais*" (Turismo de Portugal, 2007:4). Acrescenta ainda que se incluem nos empreendimentos de TER aqueles que prestam serviços temporários de hospedagem e de animação a turistas, dispondo do conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares ajustados às actividades, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural. Simões (2003) descreve, em jeito de conclusão, o turismo em espaço rural como sendo "*turismo de natureza, turismo sustentável, turismo activo, de aventura, cultural, suave, discreto, ecoturismo, enfim, numa só expressão: turismo em espaços rurais e naturais*" (Simões, 2003:15).

A Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) aprofunda melhor a definição de TER e indica que este deve apresentar um conjunto de factores que o distinguem das outras modalidades de turismo. Em primeiro lugar, estes empreendimentos devem estar situados em espaços rurais, isto é, em áreas com ligação forte à agricultura ou ao ambiente e paisagem nitidamente rural. Devem ser considerados, não apenas como alojamento, mas sim como um conjunto de actividades e serviços que proporcionem aos turistas uma oferta completa e diversificada e que sejam posteriormente remunerados – é vantajosa a inclusão de diversas modalidades de hospedagem, actividades e serviços complementares de animação e diversão turística. O TER deve ainda estar enquadrado na região, tanto do ponto de vista dimensional e arquitectónico como do dos materiais construtivos, de modo a estar ligado à estrutura social em que se insere, conservando as suas características, valores, modos de vida e de pensamento das comunidades rurais. Nesta linha de pensamento, deve incluir também uma componente sustentável, ou seja, é importante que o TER se torne numa mais-valia para a região em que se insere, mantendo as suas características rurais, utilizando os recursos locais e os conhecimentos da população – em suma, não transformando a zona num instrumento de urbanização. Finalmente, deve estar relacionado com a região que o acolhe, pelo que será uma vantagem se for diferenciado consoante o ambiente, a economia e a singularidade da história, tradições e cultura populares, devendo ainda o seu acolhimento ser personalizado e de acordo com a tradição de bem receber da comunidade em que se insere.

É, por este motivo, importante, ainda segundo a DGADR, que a oferta do TER seja diversificada e diferenciada, de modo a captar a atenção de uma maior variedade de turistas. Deve, por exemplo, ser apelativa para as crianças através de campos de férias e quintas pedagógicas; para os jovens, através de actividades ecológicas e radicais ao ar livre; para a população mais idosa, através da tranquilidade, do revivalismo da memória de tradições ancestrais, do prazer da gastronomia tradicional, das curas termais, etc.

*

O TER surgiu em Portugal apenas no final dos anos 70 sob a forma de turismo de habitação. "*Esta nova oferta assume e valoriza a sua localização acentuadamente rural, a sua história patrimonial e a sua pequena dimensão, transforma a forma de acolhimento, sempre personalizado, pouco profissional, doméstico e familiar, no convívio que possibilita entre os visitantes e entre estes e as famílias que os recebem e na descoberta de outros espaços e vivência*" (Cavaco, 1999c:294).

Originalmente era apenas turismo de habitação, tendo sido depois diferenciado em turismo rural e agroturismo. No final dos anos 80 surgiu o hotel rural e, finalmente, na década seguinte, apareceram as casas de campo, o turismo de aldeia e os parques de campismo rural (Cavaco, 1999c:294).

De acordo com o Decreto-Lei n.º39/2008 (Artigo 18.º), a modalidade TER é actualmente composta por três grupos de empreendedorismos, sendo eles: casas de campo, agroturismo e hotel rural. As casas de campo estão localizadas em aldeias e espaços rurais e integram-se na arquitectura típica local devido à sua traça, materiais de construção e demais características; são consideradas como turismo de aldeia, caso se situem em aldeias e sejam exploradas de uma forma integrada pela mesma entidade. Os agroturismos localizam-se em explorações agrícolas e devem permitir a participação dos hóspedes no acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, assim como nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo responsável do alojamento. Os hotéis rurais estão situados em espaços rurais e têm que respeitar as características dominantes dessas regiões, quer através da sua traça arquitectónica, quer dos materiais de construção; podem instalar-se em edifícios novos, ocupando a sua totalidade.

Dias & Moreira (2010), de acordo com o referido pela DGT (2004), explicam que as unidades de alojamento do TER têm características comuns: dimensões relativamente

reduzidas em comparação com outras unidades hoteleiras; geralmente associadas à reabilitação de edifícios antigos/rústicos; negócios relativamente familiares; encontram-se fora dos centros urbanos.

Só a partir de 1978 é que o turismo rural começou a ser encarado oficialmente como produto a desenvolver e a comercializar (Cavaco, 1999c). Nesta altura foram consideradas quatro áreas piloto, não só por apresentarem elevado potencial natural, patrimonial e social, como também por terem já alguma actividade turística na zona – são elas Vila Viçosa, Ponte de Lima, Vouzela e Castelo de Vide.

*

O aparecimento do turismo em espaço rural como actividade de lazer é relativamente recente e resultou da evolução do modelo das sociedades, atraindo nos dias que correm essencialmente população com níveis de escolaridade elevados, com grande poder económico e exigente quanto à qualidade e genuinidade do destino – este novo turista procura o *diferente*.

Contudo, o TER não vive apenas deste tipo de clientes – a caça, a pesca, as feiras e romarias, os cultos religiosos, os festivais, entre outros, são actividades muito comuns em zonas rurais e que atraem todo o tipo de turistas.

É possível enumerar, segundo a DGADR, alguns dos factores que levaram o TER a adquirir a relevância que tem nos dias de hoje: aumento dos níveis de escolaridade da população, interesse crescente pelo património, aumento dos tempos de lazer, melhoria das infraestruturas de acesso e das comunicações, maior sensibilidade para questões relacionadas com a saúde, relação mais próxima com a natureza, maior abertura das questões ecológicas e, consequente, receptividade a estas, crescente interesse pela gastronomia tradicional, procura de actividades de lazer diferenciadas e individuais por oposição às propostas de massa, maior e melhor promoção deste tipo de turismo, entre outros.

Como foi dito anteriormente, o TER surgiu recentemente em Portugal e somente anos depois foi objecto de tipificação e de apoio financeiro. Este ressurgimento do mundo rural só foi possível devido essencialmente aos três factores enumerados por Partidário (2003):

disponibilidade de espaço, baixo custo do espaço e, principalmente, novas motivações turísticas representadas pelos turismos alternativos. Este último ponto permitiu prever uma crescente procura, visto que o conceito de turismo passou a estar associado à qualidade e baixa densidade, à aproximação dos recursos naturais, à cultura intrínseca das comunidades e das regiões e às actividades próximas dos espaços rurais.

Esta modalidade de turismo baseia-se no espaço rural enquanto espaço *verde*, cultural, tradicional, e é promotor de uma vida saudável e de actividades desportivas e de recreio. Tem vindo a notar-se um crescente interesse neste tipo de turismo que poderá ser visto como um potencial instrumento de desenvolvimento das áreas rurais (Kastenholz, 2003).

Cordeiro (2010) partilha esta visão económica do TER, já que certos espaços rurais podem proporcionar uma experiência turística de qualidade e, em consequência disso, contribuir para o desenvolvimento dessas áreas. Podendo fornecer bases para a dinamização social e económica dos territórios, e sendo um mercado tão competitivo, a estratégia adoptada por uma unidade de turismo deve passar pela diversificação e diferenciação de produto. Cavaco apoia esta ideia, afirmando que "*o que alimenta o turismo não é a uniformidade mas as singularidades locais*" (Cavaco, 2006:343), daí ser tão importante criar actividades atractivas para este tipo de turistas que dão preferência a características como a unicidade dos lugares e contactos mais profundos com a cultura e natureza, em oposição ao turismo de massas.

O Decreto-Lei n.º251/84 complementa que "*o conteúdo do turismo de habitação não se esgota na exploração de alojamento turístico, podendo, também, prosseguir a oferta de serviços de interesse turístico nos domínios da animação, do artesanato, da cultura e até do desporto e recreio dos turistas*".

Ainda na linha de pensamento de Cavaco (1999c), esta nova oferta turística contribui para a permanência de algumas elites locais, para a conservação do seu património construído, para a sobrevivência dos seus saberes-fazer tradicionais e desenvolvimento local.

As actividades de animação são sempre uma mais-valia na divulgação da unidade turística e da localidade onde se insere, pelo que actualmente se verifica uma utilização cada vez maior do espaço rural para férias de curta duração e tempos livres.

*

A DGADR alerta para o facto de que nem todas as zonas rurais possuírem características suficientemente fortes para atrair e fixar clientes – existem aspectos relevantes para que isso aconteça, entre os quais: a paisagem, a existência de flora e fauna específicas da zona, a harmonia das construções e dos materiais utilizados com a envolvente, a existência de locais de interesse cultural, tais como monumentos, locais históricos, festas e romarias, a proximidade com a população local quer geográfica quer através de actividades que envolvam a comunidade, a presença de condições para práticas desportivas e de lazer, a existência de entidades que assegurem o bom funcionamento das sociedades, a promoção competente e eficaz, a qualidade das instalações e competência dos serviços prestados, a possibilidade de participação na vida activa das explorações agrícolas.

Os objectivos do TER passam por estimular a recuperação do património histórico-cultural e do património rural, associar a qualidade de oferta turística em alojamento às tradições de hospedagem rural e aumentar o rendimento dos agricultores e a qualidade de vida das populações em geral. Por isso, a actividade do turismo, especialmente do TER, não deve ser considerada como sendo apenas o alojamento; deve ser um todo, integrando a dormida numa estrutura de outras actividades complementares de modo a ser mais atractiva e oferecer maior variedade de opções. Cordeiro (2010) considera que o TER é um conjunto de modalidades de hospedagem em espaço rural em que se tira partido dos recursos naturais e culturais dos mesmos e que tem como objectivo principal "*oferecer ao turista a oportunidade de reviver as práticas, os valores e as tradições culturais e gastronómicas das sociedades rurais, com um acolhimento personalizado e lucrativo com a sua hospedagem, outras actividades e serviços. Trata-se de um factor de pluriactividade, através da dinamização de um conjunto de várias actividades económicas como é o caso do artesanato, da produção e venda de produtos tradicionais, dos quais se destacam os produtos agrícolas e géneros alimentícios certificados, dos serviços de transporte, de animação, de guias entre outros*" (Cordeiro, 2010:6).

3.2 | ENQUADRAMENTO LEGAL ARQUITECTÓNICO E URBANÍSTICO – AGROTURISMO

De acordo com o Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º39/2008, são considerados como empreendimentos turísticos "*os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo, para o seu funcionamento, de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares*". Mais especificamente, o Artigo 18.º define que os empreendimentos de turismo no espaço rural são aqueles que "*se destinam a prestar, em espaços rurais, serviços de alojamento a turistas, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de instalações, estruturas, equipamentos e serviços complementares, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural*". Devem estar integrados nos locais em que estão situados, de modo a preservar, recuperar e valorizar o património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico. Finalmente, a Portaria n.º 937/2008 define, no Artigo 7.º, que são considerados agroturismos "*os imóveis situados em explorações agrícolas que prestem serviços de alojamento a turistas e permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável*".

No Artigo 9.º da Portaria n.º937/2008 consta que os empreendimentos de TER deverão exercer actividades complementares de animação que se destinem exclusivamente à ocupação de tempos livres dos turistas e ainda que contribuam para a divulgação das características, produtos e tradições das regiões em que se encontram. Determina também que as unidades de alojamento se podem integrar num edifício ou num conjunto deles, podendo ser autónomos no caso específico dos agroturismos, e que deverá existir uma área de recepção e atendimento a hóspedes. No artigo 24.º consta que podem ainda ser "*instaladas unidades de alojamento fora do edifício principal, em edifícios contíguos ou próximos daquele e que com ele se harmonizem do ponto de vista arquitectónico e da qualidade das instalações e equipamentos*". Ainda segundo o artigo 18.º do Decreto-Lei n.º39/2008, o número máximo de unidades de alojamento[3] destinadas a hóspedes nos agroturismos é de quinze.

[3] Decreto-Lei n.º39/2008, Artigo 7.º: "unidade de alojamento é o espaço delimitado destinado ao uso exclusivo e privativo do utente do empreendimento turístico". Podem ser quartos, suítes, apartamentos ou moradias.

O agroturismo proporciona benefícios directos para a agricultura ao mesmo tempo que permite preservar e valorizar o ambiente natural, pelo que José Fialho e Nuno Franco consideram que este tipo de turismo é uma das actividades mais eficientes para assegurar a revitalização da economia rural. Complementam o raciocínio dizendo tornar-se ainda mais relevante se contribuir para a ampliação dos recursos da região e para a preservação do património histórico e cultural, ao mesmo tempo que divulgam as tradições, a gastronomia regional e o contacto com os costumes e lides do campo.

Esta modalidade de turismo caracteriza-se, não só pela preservação das casas, tradição, cultura, arquitectura e modos de vida, mas também pela utilização, readaptação e valorização das estruturas existentes e pela participação dos turistas nos trabalhos da exploração agrícola – isto permite que os agricultores possam expandir a sua actividade através de recursos já existentes que, de outra maneira, poderiam desaparecer.

Esta aproximação entre proprietários e turistas, associada ao interesse pela cultura local, permite que exista um conjunto de serviços que não se encontra em outras modalidades de turismo. Os autores acima mencionados lembram que, por exemplo, é comum servirem-se refeições conjuntas com os donos do estabelecimento, permitindo deste modo divulgar as especialidades locais. Também o facto de o alojamento poder ser integrado nas casas das famílias acolhedoras, em anexos adaptados para o efeito ou em alojamentos situados no interior da propriedade, reforça esta ideia de um serviço personalizado – muito distante do que existe no turismo de massas.

Este tipo de turismo é disponibilizado por agricultores ou proprietários de terrenos agrícolas que pretendem partilhar os seus costumes, valores e tradições e em que se oferece serviços de qualidade baseados na valorização e sustentabilidade do meio ambiente e da cultura local. Este subsector do turismo predomina no Alentejo, representando 37.1% da actividade turística numa zona em que a exploração de produtos agrícolas tem uma grande tradição.

O agroturismo pretende ajudar a preservar e a melhorar os recursos económicos, sociais e naturais do ambiente em que se insere, criando assim novas oportunidades de emprego e de lazer, de forma a produzir laços de cooperação e solidariedade entre os residentes e os turistas. Tem, ainda, como objectivo descobrir a *alma* dos destinos e enriquecer as experiências dos turistas com momentos únicos e diferentes do seu dia-a-dia.

2.1 | ACTIVIDADES EQUESTRES – ACTIVIDADES ALTERNATIVAS PARA A RENTABILIZAÇÃO E ESCOLHA DA ACTIVIDADE HÍPICA

A informação redigida neste subcapítulo baseou-se na bibliografia de Abrantes (2014), Castanheira (2013), no site do Museu Nacional dos Coches e em visitas ao local.

REAL COUDELARIA DE ALTER

No decorrer do reinado de D. João V, Portugal foi caracterizado por uma grande estabilidade social e política, durante a qual o país recebeu riquezas provenientes do Brasil. Como presente de casamento do rei com Maria Ana de Áustria, a corte austríaca, que contava com uma importante academia equestre, cedeu 40 cavalos para serviço das cavalariças reais e pompa da Picaria Real.

Estas condicionantes permitiram que em 1748 o rei fundasse a Real Coudelaria de Alter, após ter adquirido um conjunto de três quintas no "sítio de Belém", do qual fazia parte um picadeiro de estilo barroco que foi aproveitado para ser o Picadeiro Real; as cavalariças reais de Belém foram construídas em terrenos anexos. Em paralelo, mandou também edificar a Coudelaria de Portel, mas que apenas durou até 1757.

Apesar de D. João V ter sido o grande impulsionador das Coudelarias reais do seu tempo, foi no reinado do seu filho D. José I que se procedeu à instalação e estruturação da Coudelaria em Alter do Chão. Do núcleo inicial da respectiva manada faziam parte éguas de boa conformação e pelagem dominantemente castanha.

Entre 1770 e 1800, a Coudelaria de Alter e a Picaria Real viveram o seu período de ouro. Contudo, a Guerra das Laranjas (1801) juntamente com as invasões francesas (1807-1808, 1809 e 1810-1811) levaram ao início da sua decadência, já que foram roubados os melhores cavalos e grande parte das éguas foi perdida nas batalhas para defesa do país.

Com a proclamação da República, a Coudelaria de Alter passou para a jurisdição do Ministério das Finanças e posteriormente para o Ministério da Guerra, passando a chamar-se Coudelaria Militar de Alter do Chão. A partir de 1938, desenvolveu-se um desinteresse na manutenção do cavalo de Alter Real e os dois únicos garanhões foram vendidos.

Em 1942 a Coudelaria Militar foi extinta e retomou o seu antigo nome – Coudelaria de Alter. Nessa altura, as propriedades e manadas passaram para o Ministério da Economia e a

coudelaria foi revitalizada, tendo este esforço permitido o reinício da criação de cavalos lusitanos (a partir dos últimos exemplares), linhagem Alter Real que persiste até aos dias de hoje através da Escola Portuguesa de Arte Equestre. Esta raça de equídeos é muito procurada como montada de desporto e lazer e como reprodutor – devido às suas raras qualidades de carácter e antiguidade genética –, pelo que é o cavalo por excelência para a Arte Equestre e Toureio.

ESCOLA PORTUGUESA DE ARTE EQUESTRE

A Escola Portuguesa de Arte Equestre (EPAE) foi fundada em 1979 pelo Ministério da Agricultura, sendo uma sequência do que foi a Picaria Real criada pelo rei D. João V – academia equestre da corte portuguesa encerrada no século XIX. Tem como objectivo principal promover o ensino e a prática da arte equestre tradicional portuguesa.

Os cavalos usados na EPAE são Lusitanos da Coudelaria de Alter, pelo que esta escola é muito importante ao nível da divulgação deste cavalo e da cultura portuguesa; faz apresentações regulares nos jardins do Palácio Nacional de Queluz (local onde está sedeada) e espectáculos em todo o país e no estrangeiro.

A partir de Setembro de 2012, a EPAE passou a ser gerida pela Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A., por decisão governamental confirmada em Decreto-Lei, permitindo que a empresa passasse a poder utilizar o picadeiro Henrique Calado e as cavalariças do Páteo da Nora, ambos localizados na Calçada da Ajuda em Lisboa. O picadeiro foi recentemente alvo de obras de recuperação e aberto ao público em Julho de 2015 para demonstrações regulares de exercícios de equitação clássica e coreografias acompanhados por efeitos de som e luz que enriquecem o ambiente.



Figura 3 | Picadeiro Henrique Calado – antes



Figura 4 | Picadeiro Henrique Calado – depois

O projecto arquitectónico divide o espaço em três áreas distintas:

Público – bancadas, bilheteira, camarote, cafetaria, loja e instalações sanitárias. Existem 282 lugares sentados, divididos em duas bancadas, cada uma num extremo do picadeiro. Existe apenas uma entrada para público e serviços, situada na Calçada da Ajuda.

Áreas Técnicas – salas de apoio para os cavaleiros, tratadores, funcionários e pessoal de apoio aos eventos, régie (som e luz), instalações sanitárias, balneários e um espaço amplo para arrumos.

Picadeiro – espaço central do edifício, com 49 metros de comprimento e 18 metros de largura, possuindo uma teia de madeira com um metro de altura. Existe um outro acesso para o interior do edifício a partir da Calçada da Ajuda, com uma zona para os cavalos que tenham de esperar para entrar no picadeiro.



Figura 5 | Picadeiro Henrique Calado – bancadas



Figura 6 | Picadeiro Henrique Calado – cafetaria e loja

MUSEU NACIONAL DOS COCHES

O edifício onde inicialmente se situou o Museu Nacional dos Coches apresentou três fases de construção e uso: de 1726 a 1766 como picadeiro original; a partir de 1786 passou a ser a Picaria Real; finalmente em 1904 tornou-se no Museu dos Coches aberto ao público.

Em 1726 D. João V comprou um terreno situado junto ao rio Tejo, na parte ocidental de Lisboa, que incluía um conjunto de casas nobres, o Palácio de Belém e um picadeiro. Após o Terramoto de 1755, e com a mudança de morada da família real para o Palácio de Belém, esta propriedade viu aumentar a sua importância.

Em 1786, o picadeiro tornou-se obsoleto, pelo que a rainha D. Maria I o mandou demolir e construir um novo de raiz dedicado aos treinos dos cavalos, sendo este novo edifício

neoclássico projecto do arquitecto italiano Giacomo Azzolini. Em 1790, o picador Manuel Carlos de Andrade redigiu um tratado de cavalaria com recomendações detalhadas sobre as necessidades de um picadeiro face a determinados exercícios realizados na arte equestre, e recomendou que o picadeiro tivesse as proporções de um para três (59,4m por 19,8m). O salão de dois pisos foi construído com 50m de comprimento e 17m de largura, pelo que estas indicações foram seguidas; no topo do andar superior situam-se as tribunas ligadas por duas galerias com colunata, para que a Família Real e Corte pudessem assistir aos jogos que ali se realizavam.



Figura 7 | Salão principal do Museu Nacional dos Coches

Mais tarde, o uso do automóvel tornou-se mais intenso, o que levou a alterações nos meios de transporte e consequentemente houve mudanças sociais e do estilo de vida da população. Assim, a equitação rapidamente perdeu a sua importância e este picadeiro caiu novamente em desuso, pelo que, a partir de 1904, sofreu obras de adaptação para o futuro museu: o pavimento foi rebaixado em 1,6m e substituído por lajes de pedra, removendo a teia de madeira que rodeava o salão; debaixo da galeria foram abertas arcadas em cantaria para expor adereços hípicos, trajes de criados da Guerra Mundial e fardas de altos funcionários; as pinturas do tecto foram restauradas e a cobertura foi substituída, levando novas clarabóias; as pinturas das galerias foram concluídas; foram acrescentados retratos de figuras directamente relacionadas com o museu, muitas delas da Família Real.

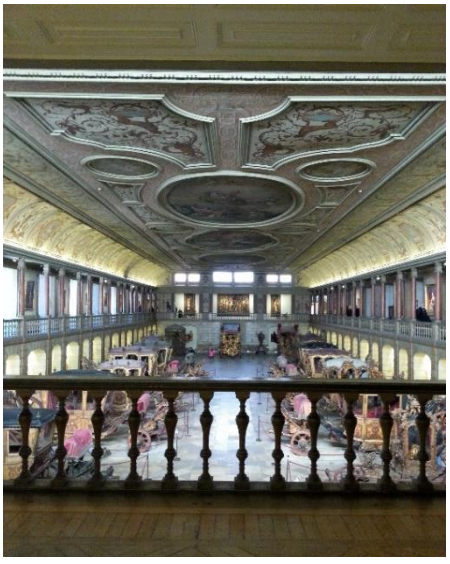


Figura 8 | Salão principal do Museu Nacional dos Coches

A inauguração do Museu dos Coches foi feita em 1905 e, a partir desse momento, passou a exibir no salão nobre carruagens e acessórios de equitação das Cocheiras Reais da Ajuda, do Calvário, das Necessidades e do Colégio dos Nobres. A antecâmara do salão alberga agora o vestíbulo de entrada e no primeiro piso encontra-se um espólio ligado à equitação, retratos da Casa de Bragança, trajes da corte e fardamentos de libre.

Em 1940 houve uma nova campanha de obras orientada pelo arquitecto Raul Lino e que permitiu a ampliação do museu, tendo surgido o salão lateral que actualmente comunica com o Salão Nobre. Durante muitos anos, houve diversas tentativas de novas ampliações do espaço, mas nenhum projecto teve seguimento, pelo que foi criada uma dependência em Vila Viçosa para onde foi transportada parte do espólio.

A partir de 1994, foi iniciado o processo com vista à construção de um novo museu dos coches, num terreno bastante próximo, e onde estavam anteriormente localizadas as Oficinas Gerais do Exército em Belém. Em 2008 o arquitecto brasileiro Paulo Mendes da Rocha foi convidado para a realização desta obra e colaborou com o arquitecto português Ricardo Bak Gordon. Este projecto serviu não só como mudança de instalações e ampliação do antigo museu, mas ainda como um importante elemento na reabilitação da zona de Belém-Ajuda. O novo edifício foi inaugurado a 23 de Maio de 2015.

FACULDADE DE MEDICINA VETERINÁRIA

Recentemente as instalações equestres da FMV foram alvo de obras de reestruturação, pelo que surgiu a ideia de fazer uma visita com o objectivo de perceber como é que este tipo de espaços funciona e quais as medidas mais confortáveis para a estadia dos cavalos.



Figura 9 | Edifício das boxes - FMV

Em conversa com a professora que guiou a visita, foi possível perceber que, embora não haja legislação sobre esta programática, ao nível europeu está institucionalizado que as boxes[4] não devem ter dimensões inferiores a 3x3m, pelo que estas instalações respeitam essas proporções. As boxes estão dispostas lado a lado e associadas a *paddocks*[5] individuais, dando alguma liberdade aos cavalos de poderem estar abrigados ou ao ar livre.

[4] Boxe [inglês *box*] s.f. 3. Compartimento ou divisória, de uma série de outros da mesma espécie (ex.: *boxe de cavalariça, boxe de garagem*), in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível: http://www.priberam.pt/DLPO/boxes. [Acedido 27 de Novembro de 2015].

[5] Padoque [inglês *paddock*] *s.m.* 2. Tapada ou cercado para cavalos, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível: http://www.priberam.pt/dlpo/padoque. [Acedido 27 de Novembro de 2015].

Ainda relativamente às boxes, importa referir que deve ser contemplada uma abertura na zona superior da parede para permitir que o espaço seja ventilado. No que respeita ao bebedouro e ao comedouro, deverão situar-se num dos cantos, de forma a impedir que o cavalo entale a pata entre a parede e os recipientes.



Figura 10 | Box e *paddock* individual - FMV

É igualmente importante que a entrada do picadeiro não seja visível a partir das boxes, de modo a evitar que os cavalos se apercebam do movimento que existe, para assim ser possível prevenir futuras doenças associadas ao *stress*. Para isso, existem pequenos edifícios entre as boxes e a entrada do picadeiro, nomeadamente o laboratório, a área do manequim para extracção de sémen, os duches e a sala de arreios. De acordo com a professora que proporcionou a visita, esteve previsto inicialmente que os *paddocks* individuais se situassem na parte posterior das boxes; contudo, sendo este um centro veterinário, os cavalos necessitam de constante vigilância, pelo que se optou pela sua colocação deles na zona frontal, viradas para o corredor de passagem.

3 | ANÁLISE DO TERRITÓRIO

3.1 | A VILA

Vila Viçosa é uma vila alentejana associada a importantes acontecimentos da história política de Portugal, que em muito contribuíram para a independência do reino. A vila apresenta um património riquíssimo, com vestígios arquitectónicos e arqueológicos de tempos pré-históricos, já que foi desde muito cedo ocupada pelo homem.

Uma particularidade interessante desta terra é a vasta utilização de mármores – desde o edifício mais nobre ao pequeno casario, todos apresentam pormenores decorativos feitos neste material. Outro detalhe característico de Vila Viçosa é a abundância de laranjeiras, plantadas em fila ao longo das ruas e praças.

Vila Viçosa é também conhecida por Callípole, sendo os seus habitantes os Calipolenses. Este termo provém do grego e tem significado equivalente à expressão "vila viçosa", tendo, por isso, o frade e humanista português André Resende baptizado a terra com este nome, já atribuído anteriormente a três outras antigas povoações com características idênticas.

> "*Vila Viçoza não pode exprimir-se em latim por uma só palavra, a não ser que forjemos Callipolis à grega, por processo talvez ousado, mas que de nenhum modo desagradará aos leitores que essa palavra se vulgarize muito.*"
>
> André de Resende *in* Espanca, J. R. *Memórias de Vila Viçosa*

BREVE HISTÓRIA

A área onde actualmente a vila está implantada foi ocupada por diversos povos ao longo dos séculos, incluindo os romanos (período de que datam a maior parte dos vestígios arqueológicos) e os muçulmanos, de 715 a 1217, sendo este último o ano em que o Val Viçoso foi finalmente conquistado para o reino de Portugal.

No reinado de D. Afonso III, Portugal obteve a posse definitiva do Alto Alentejo e houve um grande empenho por parte do rei na repovoação das terras incultas, com pouca população ou mesmo desertas, através da atribuição de forais que atraíssem os colonos e, consequentemente, consolidassem as linhas de defesa do território. Em 1250, o rei concedeu foral a Estremoz, local que abrangia a actual zona da vila, e verificou-se uma tendência por parte da população para se instalar na zona de vale entre as duas ribeiras existentes, afluentes menores do rio Guadiana. Devido à presença de água, estes solos eram muito férteis, pelo que a ribeira do Carrascal ou Alcarreche (a Norte) e a ribeira do Fialho (a Sul) se tornaram os primeiros limites do aglomerado urbano de Vila Viçosa.

Devido à grande extensão territorial, o rei considerou vantajoso talhar-se um novo concelho. Anos mais tarde procedeu-se à divisão e distribuição das terras para construção de novas moradias, nomeadamente no ponto mais elevado do Val Viçoso – com intenções estratégicas de fortificação e defesa do local – e em 1270 a vila tornou-se concelho e tomou o seu nome definitivo, depois de lhe ser concedida a carta de foral. Ao mesmo tempo foi feito o pedido de construção do convento dos Agostinhos e supõe-se que as obras de edificação do castelo também tenham sido iniciadas nesta altura.

A construção do castelo, a partir de 1279, permitiu que a vila obtivesse a segurança defensiva necessária para o desenvolvimento do seu núcleo urbano, mas só a partir do século XIV é que a população se foi começando a concentrar, numa primeira fase no interior das muralhas, e expandindo-se posteriormente para o seu exterior.

Em 1512, o rei D. Manuel I reformulou a carta de foral de Vila Viçosa, uma vez que nessa altura a vila era já um aglomerado populacional desenvolvido e em forte crescimento económico e demográfico, com necessidades diferentes do que ditava o primeiro foral.

A partir de 1461, com a ascensão ao poder da Casa de Bragança, a vila ganhou uma importância considerável ao nível nacional e notou um aumento da riqueza do seu território, já que passou a ser a sede da família real e, por conseguinte, várias famílias nobres começaram a deslocar-se para as suas terras. Durante os séculos XVI e XVII atingiu o seu apogeu, tornando-se vila de corte, da qual resultaram monumentos e riqueza patrimonial

que só a vinda da família real poderia proporcionar. Isto permitiu-lhe, ainda, ser alvo de grandes cuidados ao nível urbanístico que, consequentemente, geraram um desenvolvimento económico, social e cultural diferente de todas as terras de dimensão semelhante.

CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Vila Viçosa faz parte do distrito de Évora, na região interior do Alentejo. É sede de município com uma população de 8293 habitantes[6] distribuídos por quatro freguesias – Bencatel, Ciladas, Pardais e Nossa Senhora da Conceição e São Bartolomeu – num total de 194 km^2.

Geograficamente é limitada a Noroeste por Borba (4km) e Estremoz (17km); a Nordeste por Vila Boim (20km) e Elvas (27km); a Este por Juromenha (26km) e pelo rio Guadiana; a Sul pelo Alandroal (7,5km); a Sudoeste por Terena (16km); a Oeste pelo Redondo (20km).



Figura 11 | Freguesias de Vila Viçosa

[6] INE, Censos 2011

CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Tabela 1 | População residente											
2001						2011					
Total		Grupos etários				Total		Grupos etários			
HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais	HM	H	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
8871	4359	1276	1220	4661	1714	8319	4057	1061	829	4478	1951

Tabela 2 | População residente – variação entre 2001 e 2011 (%)				
Variação total	Grupos etários			
	0-14	15-24	25-64	65 ou mais
-6,22	-16,85	-32,05	-3,93	13,83

CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

Tabela 3 | População economicamente activa								
Total		Empregada						
HM	H	HM	H	Primário	Secundário	Terciário		
						Total	De natureza social	Relacionados com a actividade económica
3752	2006	3316	1807	179	1056	2081	1067	1014

Tabela 5 | População desempregada		
HM	H	M
436	199	237

Tabela 6 | Taxa de desemprego (%)		
HM	H	M
11,62	9,92	13,57

Vila Viçosa é conhecida mundialmente pela abundância de mármore – nomeadamente o rosa – que é extraído e explorado nas mais de 160 pedreiras existentes na região. Sendo o concelho em Portugal com maior concentração deste tipo de sedimento rochoso, tornou-se, por isso, conhecida como Capital Nacional do Mármore. Até há poucos anos, esta actividade foi a indústria-base da economia da vila, ocupando cerca de 93% da população activa, principalmente mão-de-obra masculina. No entanto, estes números decresceram devido ao abrandamento da construção civil em Portugal.

Outro factor que pesa acentuadamente na economia de Vila Viçosa é o turismo. A vila tem investido sobretudo no turismo de qualidade como factor diferenciador, destinado a turistas nacionais e internacionais, pelo que aposta na preservação do património e na qualidade de vida de quem nela habita.

A agricultura e a produção de vinho e de azeite são outros potenciais factores de crescimento das receitas do concelho.

NÚCLEO URBANO

Implantado em planície, o núcleo urbano de Vila Viçosa desfruta de uma paisagem com relevo suave, o que permite a vista para uma vasta extensão de território. A fertilidade dos solos poderá ter sido uma das razões da implantação da vila neste local no decorrer do século XIII, daí o nome Val Viçoso e posteriormente Vila Viçosa. Os solos são ocupados principalmente por olivais e vinhas. As mais de 160 pedreiras de extracção de mármore produzem um impacto relevante na paisagem, principalmente para aqueles que entram na vila pela entrada antiga, a estrada que liga a Borba.



Figura 12 | Mapa com a mancha urbana de Vila Viçosa

O núcleo urbano de Vila Viçosa cresceu essencialmente em duas fases, correspondentes a períodos diferentes da sua história – as duas estruturas urbanas são bem distintas e correspondem a lógicas de organização urbana muito próprias da cultura desses períodos.

A primeira surgiu na Idade Média, num período entre o século XIII e o XVI, e inclui o castelo, as construções intramuros e uma pequena parte exterior à cerca, sendo uma malha muito caracterizada pelas ruas estreitas e sinuosas. Embora as edificações desta época tenham sofrido numerosas alterações, supõe-se que eram tipologias de um só piso, com poucas aberturas e de construção em taipa – técnica de origem árabe.

Relativamente às edificações extramuros, surgiram entre os finais do século XIV e inícios do século XV, com a construção de dois quarteirões ao longo de ambos os lados da

estrada de Estremoz-Alandroal, estabelecendo a direcção dominante Noroeste-Sudeste na malha urbana durante muitos séculos e que ainda hoje é relevante.

A origem do aglomerado teve lugar no actual monte do castelo ou próximo deste; as razões para a escolha deste local poderão ter a ver com a topografia (sendo este um castelo artilheiro, a questão defensiva era muito importante) e com a fertilidade dos solos associada à presença de água, já que existem duas ribeiras que criaram os limites do núcleo urbano – a ribeira de Alcarrache a Norte e a ribeira de Alcabideche na zona do Terreiro do Paço. Também a existência da Estrada de Évora foi um dos factores decisivos na delimitação deste núcleo urbano.

A segunda fase da evolução da vila iniciou-se no período renascentista e decorreu entre 1500 e 1800. Foi impulsionada, em 1501, pela mudança de residência de D. Jaime e D. Leonor de Gusmão do interior da cerca para a sua casa de campo, num terreno afecto ao Convento dos Agostinhos, e que é actualmente o actual Paço Ducal.

A expansão quinhentista obedeceu a um conjunto de regras do urbanismo daquela época – planeamento e organização da urbe como um todo e noção de regularidade, com três intervenções essenciais: ampliação e finalização do Paço Ducal e construção da praça adjacente, planeamento e construção da nova zona de expansão e transformação do antigo largo D. João IV na nova praça urbana.

Estas estratégias fizeram com que se tratasse do período mais importante ao nível da qualidade das realizações, quer do ponto de vista urbanístico, quer do arquitectónico, permitindo que a vila triplicasse de tamanho em relação à época medieval. Nesta fase surgiram as construções da zona exterior à cerca e como resultado de um planeamento prévio, um traçado regular e ortogonal, quarteirões de formato rectangular e uma clara hierarquização de vias (as principais com orientação Noroeste-Sudeste) que gerou a estrutura viária visível actualmente.

Esta nova expansão teve características muito diferentes da expansão medieval: três filas de grandes quarteirões rectangulares bastante maiores que os medievais; os lotes também maiores mas de tamanhos variados, dependendo das posses da família e disso dependendo a envergadura do edifício; os novos quarteirões com as frentes para todos os lados das quatro ruas que os delimitavam – perdendo-se a malha medieval de ruas de frentes e traseiras, mas ganhando-se um sistema ortogonal de ruas principais e transversais com hierarquização.

Embora a ideia de regularidade fosse um dos princípios geradores da expansão renascentista, esta foi adaptada de acordo com as preexistências, com a malha anterior e com as características do terreno. Por exemplo, junto dos edifícios de cariz religioso ou administrativo mais importantes foram criados largos ou praças, como é o caso da igreja de São Bartolomeu, e foi a partir destes que se desenhou o traçado das ruas, dotando Vila Viçosa de uma malha lógica e fácil de percorrer.

Esta zona exterior à cerca tem uma arquitectura muito variada, misturando-se as casas unifamiliares, plurifamiliares, casas abastadas, palacetes e palácios. A tipologia residencial predominante, mais notória a Sul da Praça da República, é a da casa plurifamiliar de lote largo. Esta apresenta geralmente dois ou três pisos com aberturas regulares feitas com recurso à alvenaria de tijolo. Existem ainda muitas casas apalaçadas onde o tradicional mármore é usado como elemento decorativo.

Também neste período houve várias obras de fortificação militar, mas são poucas as que chegaram à actualidade, em grande parte devido a demolições intencionais – a cerca e o castelo precisaram de reformulações quando D. Jaime se mudou para o Paço Ducal; no exterior da vila, no Outeiro de São Bento, foi construído um fortim, do qual resta apenas um vago relevo residual; a construção da Cerca Nova envolveu o aglomerado existente na altura e implicou as primeiras demolições maciças dos edifícios junto à cerca, restando na actualidade apenas um troço atrás do Convento da Esperança.

Com todas estas transformações urbanísticas, em meados do século XVIII a vila atingiu um estado de equilíbrio – e de simetria – com qualidades e quantidades comparáveis de um e do outro lado do seu eixo principal, a Praça da República.

Na década de 40 do século XX, foi realizada uma campanha em várias cidades e monumentos do país, a Exposição do Mundo Português, que teve como objectivo comemorar, não só a monumentalidade do Estado Novo, como também o 8º Centenário da Independência de Portugal e os 300 anos da restauração da Independência. Apenas alguns vestígios da Exposição chegaram até aos dias de hoje, como a Praça do Império, o Padrão de Descobrimentos e o Jardim da Torre de Belém em Lisboa. Vila Viçosa, no seguimento destas comemorações, foi também ela alvo de uma massiva transformação para reinterpretação do seu centro histórico e adaptação às necessidades rodoviárias da época.

Então, procedeu-se à demolição dos quarteirões entre a actual Praça da República e o castelo, transformando este espaço fechado numa estrada-alameda moderna. Só desta forma foi possível dar o destaque necessário aos monumentos, permitir a relação visual do castelo com a igreja de São Bartolomeu e do castelo com o palácio, e ainda, possibilitar a visão de um castelo cenográfico sobre os escombros da defesa poligonal e das torres fernandinas.

Com o engenheiro Duarte Pacheco redireccionou-se a malha urbana, impondo a antiga estrada de Évora como o novo eixo de simetria – esta passou a ser a nova direcção de expansão da vila e o crescimento fez-se para Oeste, até ao limite da linha do comboio.

No entanto, toda esta intervenção polémica trouxe uma enorme consequência, nomeadamente na Praça Nova, actual Praça da República, que deixou de ser espaço de concentração para passar a ser um espaço de circulação viária, perdendo a posição de centro cívico e administrativo. Por conseguinte, o centro histórico de Vila Viçosa ficou com uma lógica desequilibrada e as expansões posteriores não transmitem a preocupação de tratar a malha urbana como uma só, pelo que as construções posteriores pouco ou nada têm a ver com o núcleo histórico.

REDE VIÁRIA

Actualmente Vila Viçosa possui uma estrutura viária bem adequada às suas necessidades.

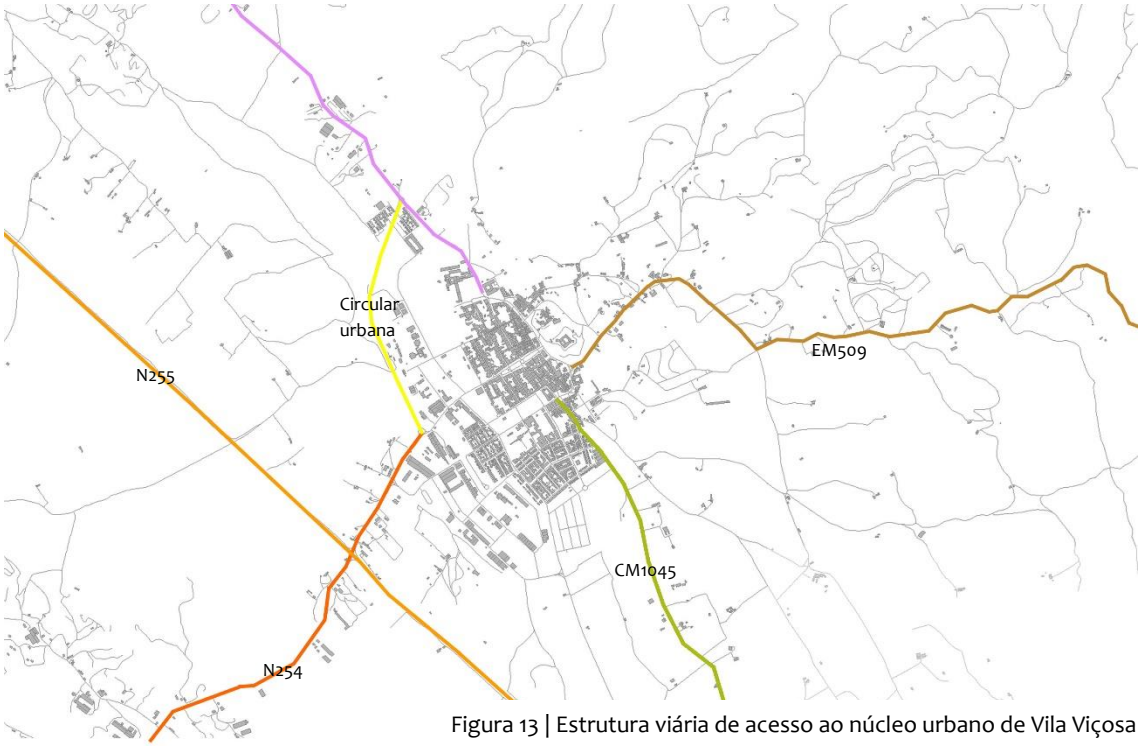


Figura 13 | Estrutura viária de acesso ao núcleo urbano de Vila Viçosa

Quanto às ligações ao exterior do concelho – nomeadamente a Lisboa, ao resto do país e a Espanha –, o IP7 é talvez o itinerário mais importante, uma vez que engloba estradas e auto-estradas que, no seu total, ligam Lisboa a Caia, na fonteira de Espanha e junto a Badajoz. Esta estrada, tendo ligação directa com a EN4, melhorou muito a acessibilidade da zona, conferindo-lhe maior centralidade, não só ao nível do país, como também da Península Ibérica.

Tabela 7 | Distância de algumas das principais cidades a Vila Viçosa

Évora……	62km
Lisboa……	186km
Sines……	197km
Badajoz……	55km
Madrid……	460km

A rede viária de Vila Viçosa encontra-se bem estruturada e em boas condições de utilização, permitindo um fácil e rápido acesso entre as freguesias, assim como aos concelhos envolventes.

Embora não seja nos dias de hoje o acesso mais utilizado, a Estrada de Estremoz – a que liga Vila Viçosa a Borba e que acompanha as imponentes pedreiras – é a entrada principal da vila e é no final deste caminho empedrado que se situa o Terreiro do Paço, onde está edificado o Palácio Ducal. Continuando por esta estrada, um pouco mais à frente, encontra-se o castelo e a sua muralha, no topo de um morro.

Finalmente, existe ainda a estrada que liga Vila Viçosa a São Romão, a Estrada Municipal 509, situada a Nordeste do aglomerado urbano. Em tempos anteriores à existência da via rápida este era o percurso mais directo para Badajoz; contudo, actualmente é sobretudo utilizado para acesso local.

Vila Viçosa faz parte de uma política estratégica, a Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação, que visa ultrapassar as fragilidades de algumas cidades portuguesas através da criação do Corredor Azul. Este plano trabalha a partir da cooperação interurbana e da constituição de redes urbanas com dimensão e massa crítica suficientes para não só possibilitar o desenvolvimento de novas funções, como também atrair actividades inovadoras para a região. Deste corredor azul fazem parte Arraiolos, Borba, Elvas, Estremoz,

Évora, Montemor-o-Novo, Santiago do Cacém, Sines, Vendas Novas e Vila Viçosa. Estes municípios formam uma linha entre a Área Metropolitana de Lisboa e Espanha, relacionando através desse corredor, a costa Atlântica, o Alentejo Central e o Alto Alentejo, finalizando com a ligação a Badajoz.



Figura 14 | Corredor Azul

PEDREIRAS

Toda esta enorme área de extracção de mármore abrange os concelhos de Vila Viçosa, Borba e Estremoz. Relativamente ao Anticlinal de Estremoz[7], a parte da jazida correspondente a Vila Viçosa encontra-se na parte Sudeste desta elevação, abrangendo portanto toda a zona em torno da vila, assim como as freguesias de Pardais e Bencatel. Contudo, e apesar das dimensões monumentais desta jazida, nem toda a região abrangida pelo Anticlinal de Estremoz é economicamente rentável para a indústria – nem todas as pedreiras permitem extrair blocos comercializáveis –, pelo que existem algumas pedreiras inactivas.

O mármore que tem maior interesse económico é aquele que corresponde a um nível de calcário cristalino pouco xistificado e que apresenta ou uma tonalidade escura (no caso da Ruivina e do Azul), ou um tom claro (no caso do Branco, do Creme e do Rosa).

[7] O Anticlinal de Estremoz é uma elevação com orientação Noroeste-Sudeste, de 400m de altura, 40km de comprimento e 7km de largura máxima e que está associado à tectónica da região. Corresponde à maior e mais importante jazida de mármore de Portugal Continental, pelo que Vila Viçosa é a região com maior intensidade de exploração mineira – isto permite que Portugal seja um dos dez maiores produtores de rochas ornamentais do mundo. Os anticlinais formam-se devido a acções tectónicas, mais especificamente em zonas de elevadas pressões convergentes, fazendo com que as camadas rochosas sejam obrigadas a dobrar e consequentemente a fracturar.

Para a realização deste subcapítulo, a informação mais relevante foi retirada de bibliografia dos autores Joaquim Espanca e Padre Túlio Espanca e dos sites *da Câmara Municipal de Vila Viçosa, da Fundação da Casa de Bragança, da Direcção Geral do Património Cultural, do IGESPAR e do Sistema de Informação para o Património Arquitectónico.*

Vila Viçosa tem um interesse de primeira grandeza ao nível nacional, essencialmente pela sua história associada à história de Portugal. Por isso, é natural que muitos dos edifícios existentes na vila sejam reconhecidos e classificados pelo IGESPAR, como enumerado seguidamente.

Como Monumento Nacional (MN)

Paço Ducal

Castelo

Cruzeiro

Pelourinho

Como Imóvel de Interesse Público (IIP)

Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Como Interesse Municipal (IM)

Porta da Tapada/São Bento

Antigo Lagar da Cooperativa dos Olivicultores

Como Monumento de Interesse Público (MIP)

Igreja do Espírito Santo/da Misericórdia

PALÁCIO DUCAL

É o monumento mais emblemático de Vila Viçosa. Trata-se de um impressionante conjunto de edifícios, sendo o corpo central, visível do Terreiro do Paço, o mais admirável.



Figura 15 | Fachada principal do Paço Ducal

A construção do Paço Ducal iniciou-se em 1501, por ordem de D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, aquando da sua mudança de residência do castelo medieval para a casa de campo. Contudo, as demoradas obras de engrandecimento e melhoramento do edifício estenderam-se até ao século XVIII, conferindo-lhe a sua dimensão e características actuais.

O Paço Ducal de Vila Viçosa foi durante muito tempo a segunda casa do reino, a residência permanente da primeira família da nobreza nacional, mas aquando da ascensão em 1640 de D. João IV ao trono de Portugal, todas as riquezas seguiram para o Paço da Ribeira (Casa Real principal, em Lisboa), passando o palácio de Vila Viçosa a ser apenas mais uma das habitações sazonais do reino.

O local escolhido para a implantação do Paço Ducal situa-se fora da cerca medieval, na outrora Horta do Reguengo, que era caracterizada por extensos olivais e abundância de água.

Em 1535, as obras do palácio foram lideradas pelo duque D. Teodósio e estenderam-se à praça fronteira, bem como aos edifícios religiosos adjacentes, de modo a que este conjunto fosse considerado como um todo.

No final do século XVI, D. Teodósio II apoiou novas obras, com o intuito de ampliação do palácio – tendo sido acrescentado um novo corpo localizado a Sul – e de reordenamento global da fachada, que lhe conferiu a sua feição actual. O projecto inicial foi orientado pelo arquitecto Nicolau de Frias e posteriormente entregue aos mestres arquitectos locais Pedro Vaz e Manuel Pereira Alvenéo. O produto desta remodelação foi um edifício de grandes dimensões, com uma fachada maneirista de 110 metros e ao qual foi acrescentado o piso superior em 1610.

A extensa fachada, totalmente revestida a mármore da região, faz do Paço Ducal um dos monumentos mais emblemáticos de Vila Viçosa e um exemplar único na arquitectura civil portuguesa. O característico rigor do estilo civil do Renascimento permitiu uma separação de andares e o enquadramento das aberturas bem evidentes através de entablamentos e pilastras. É facilmente reconhecível a intenção de atribuir uma ordem clássica a cada um dos pisos: ordem dórica ao piso térreo, jónica ao andar nobre e coríntia ao último nível.



Figura 16 | Pormenor da fachada de mármore

O mármore da fachada tem uma presença muito forte, contrastando com o estilo clássico do alçado, de linhas sóbrias e rigor geométrico; este material faz ainda com que a enorme praça que antecede este edifício (137x115m) assuma contornos cenográficos.

O interior é opulento, com diversas salas onde predominam os frescos e os azulejos seiscentistas, os tectos pintados e as lareiras em mármore, destacando-se as pinturas do tecto da Sala dos Duques. Também a cozinha é um espaço muito interessante devido à vasta colecção de utensílios em cobre.

O edifício principal funciona como membrana, já que liga – ou separa – duas realidades: o aglomerado urbano de Vila Viçosa e o interior do palácio. À urbe oferece uma belíssima superfície imponente e distante; no interior revela-se habitável e humano, com vários volumes rodeados de jardins e lagos.

No centro do Terreiro do Paço e em frente da imponente fachada do palácio, ergue-se desde 1943 a estátua equestre de D. João IV, duque restaurador da independência. Ao nível nacional, apenas existem outras duas obras deste género: a de D. José I no Terreiro do Paço de Lisboa e D. Pedro IV na Praça da Liberdade no Porto.



Figura 17 | Estátua de D. João IV

O Paço Ducal foi encerrado devido à implantação da República em 1910 e consequente tentativa, por parte dos republicanos, de eliminar qualquer vestígio da monarquia. Só após a morte de D. Manuel II, em 1932, foi instituída a Fundação Casa de Bragança, tendo o palácio sido transformado em museu e aberto ao público. Actualmente está dividido em quatro núcleos museológicos: Armaria; Coches e Carruagens; Tesouro; e Porcelana Azul e Branca da China.

CASTELO DE VILA VIÇOSA

Fortificação de arquitectura militar de estilos gótico, quinhentista e seiscentista, é composta por três núcleos articulados: a cerca da antiga vila medieval, o castelo artilheiro e um fosso escavado na rocha com fortificação. Este último elemento existe a toda a volta da construção e possui 7m de profundidade e 6m de largura, tendo sido escavado na própria rocha onde o castelo assenta.

O castelo artilheiro foi estrategicamente construído no cimo de uma das colinas da Serra d'Ossa[8] e entre as duas ribeiras existentes na zona para uma defesa natural.



Figura 18 | Castelo visto da avenida principal

A construção do castelo original foi iniciada no reinado de D. Dinis, mais precisamente em 1279, e deste pouco se sabe – a planta mais antiga é de Nicolau de Langres e data de 1661 – e até à inauguração do Paço Ducal, foi a residência dos Duques de Bragança.

O castelo artilheiro tem uma planta quadrangular e irregular com dois torreões cilíndricos nos extremos Este e Oeste, um aspecto compacto e desenvolve-se em torno de um pátio central rectangular. As fachadas são de alvenaria de pedra miúda mista, argamassada e parcialmente rebocada.

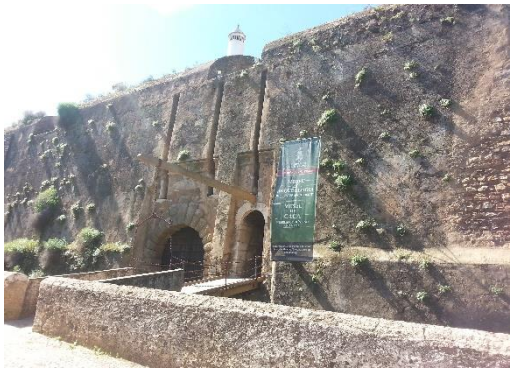


Figura 19 | Fachada principal do castelo

A fachada principal é a que está voltada a Nordeste e possui um portal principal em arco de volta perfeita – é este o acesso ao interior do castelo, onde actualmente funcionam o Museu da Arqueologia e o Museu da Caça. Existem ainda duas entradas secundárias para o seu interior, ambas voltadas a Sudeste.

[8] Com apenas 650m de altitude e uma orientação NO-SE, a Serra d'Ossa é a principal elevação do Alentejo Central, sendo o seu núcleo central constituído por Estremoz, Borba e Redondo. O eixo que forma a zona dos mármores (Estremoz, Borba, Vila Viçosa, Alandroal) faz parte desta elevação e contrasta com o relevo xistoso.

A partir de 1520, com a mudança de D. Jaime para o Paço Ducal, a cerca e o castelo tornaram-se obsoletos, tendo sofrido modificações resultantes de uma diferente estratégia defensiva, já que passou a exercer funções exclusivamente militares. Com uma localização estratégica em relação a Castela, foi transformado num castelo artilheiro de estilo italiano por projecto de um dos arquitectos da família Arruda – Diogo ou Francisco –, tendo a torre de menagem gótica sido transformada numa estrutura singular, de planta quadrangular reforçada nos ângulos por torres cilíndricas. Mais tarde, mas ainda no século XVI, o castelo medieval foi demolido (assim como muitas das casas e grande parte da muralha dessa época) e substituído por uma fortaleza artilheira única em Portugal, com traça de Benedetto da Ravenna; a cerca foi reforçada por um polígono periférico em forma de estrela e constituído por plataformas a diversos níveis, por escarpas, contraescarpas e revelins. Hoje pouco resta deste sistema poligonal estrelado na contiguidade sul do castelo.

Durante o século XVII, o castelo foi ainda alvo de outras grandes obras, repartidas em duas fases: a primeira iniciou-se em 1643 com Cosmander e a segunda deu-se na década de 60 com o conde de Schomberg. Esta foi a derradeira transformação da fortaleza, onde não só foram introduzidos revelins e fortins que envolvem a estrutura e parte da cidade medievais, como também foi traçado um sistema estrelado e poligonal em torno do castelo. Estas remodelações permitiram que esta fortaleza antiquada se tornasse mais resistente e adequada aos tempos da Guerra da Restauração.

Como ao longo dos tempos a construção foi alvo constante de múltiplas intervenções, a sua feição actual reflecte um estilo mais recente. Hoje, o castelo resume-se a um complexo aproximadamente quadrangular (55x50m), de três pisos perfurados por canhoneiras, com dois robustos torreões adossados ao edifício.



Figura 20 | Vista de uma das torres do castelo

Algumas das figuras mais importantes neste processo que durou tantos séculos foram Francisco ou Diogo de Arruda (1520), Benedetto da Ravenna (séc. XVI), João Pascácio Cosmander (1643), o conde de Schomberg (década de 1660) e D. António Ortiz (séc. XVII).

Relativamente à cerca, actualmente ainda existe um grande trecho dessa construção, assim como alguns arcos e escadas de acesso ao cimo da muralha, de onde é possível vislumbrar toda a vila.

O acesso ao interior da cerca faz-se através de quatro portas – três delas integram um par de torres cilíndricas, característica comum no período gótico. São elas a Porta de Estremoz, voltada a Noroeste, sendo a única acessível por automóvel através zona habitacional intramuros; a Porta do Sol ou de Olivença, virada para o caminho de Olivença; a Porta de Évora, a entrada mais facilmente reconhecível, situada na continuidade da Praça da República; e a Porta da Torre, atrás do pelourinho. Estas duas últimas encontram-se voltadas a Sudoeste. Apenas as portas de Estremoz e da Torre são parte integrante da cerca original; as outras duas resultaram das obras de 1940.

A cerca é de planta rectangular, embora irregular, sendo o topo Sudeste em traçado curvilíneo – é nesta zona que se encontra o castelo. No interior da cerca existem a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o cemitério da vila, o castelo e ainda parte da vila construída na Idade Média, que engloba sobretudo pequenas habitações da *vila velha* (resistentes às grandes demolições de Schomberg).

Por volta de 1940, tanto o castelo como a cerca sofreram novas alterações, desta vez através da política de exaltação nacionalista desses anos e em prol dos tempos medievais, pelo que a muralha foi completamente reestruturada em alguns pontos. Não só a reconstrução da Porta de Évora como também a abertura da estrada nacional obrigaram à destruição de cinco baluartes e do antigo campanário do relógio da vila, e ao desaterro parcial de um outro baluarte que defendia a porta principal do castelo. Ainda nessa década, o castelo, desocupado e sem função, foi alvo de obras de restauro de modo a ser aberto ao público, albergando no seu interior, e até aos dias de hoje, o Museu de Arqueologia e o Museu da Caça.

Apresentando um valor excepcional, todo o conjunto está classificado como Monumento Nacional, pelo que as suas características deverão ser integralmente preservadas.

IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Este templo foi mandado edificar por D. Sebastião entre 1569 e 1606. Até à segunda metade do século XVIII, as capelas foram objecto de remodelações que lhes concederam a linguagem maneirista, barroca e rococó que apresentam actualmente.



Figura 21 | Igreja de Nossa Senhora da Conceição

Também o terramoto de 1755 fez com que a capela fosse alvo de mais obras, já que provocou danos no edifício, nomeadamente a queda da abóbada de ogivas. As obras de recuperação foram lentas e descontínuas, pelo que só terão sido concluídas por volta de 1870.

Este santuário de planta poligonal irregular é composto por três naves de cinco tramos, capela-mor, dois absidíolos, quatro capelas laterais adossadas, duas sacristias e uma torre sineira. O mármore da região é um elemento decorativo presente em toda a sua construção.

Tendo substituído a pequena igreja existente no local desde tempos medievais (talvez pela sua pequenez ou por estar em ruína), ergue-se actualmente isolada e majestosa na Praça das Armas, com um grande destaque no interior da muralha.

Em 1645, esta igreja matriz tornou-se num símbolo nacional, depois do rei D. João IV ter entregue o reino do país a Nossa Senhora da Conceição que passou a ser considerada, desde esse momento, a Padroeira de Portugal. Actualmente, a imagem da santa encontra-se no altar-mor da igreja, juntamente com a coroa que o rei também lhe ofereceu, e que não voltou a ser usada pelos monarcas seguintes.

A praça onde está enquadrada esta igreja, a Estacada, foi provavelmente o primeiro rossio da vila, mas acabou por perder o carácter cívico ao longo do tempo, embora continue a ser a praça oficial da vila, apenas com cariz religioso.

Outras designações deste templo são Igreja Matriz de Vila Viçosa, Antiga Igreja de Santa Maria do Castelo, Santuário de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Solar da Padroeira.

IGREJA PAROQUIAL DE SÃO BARTOLOMEU

Localizada, imponente, no cimo da Praça da República, a Igreja do Colégio ou de São Bartolomeu é um edifício do século XVII mandado construir pelos Duques de Bragança em 1636, para albergar o colégio de São João Envagelista.



Figura 22 | Igreja de São Bartolomeu

A sua planta é rectangular regular, acolhendo o espaço da igreja do lado direito e um pátio do outro, em torno do qual se dispõe a zona conventual. A majestosa fachada principal da igreja, revestida por mármore da região, é composta por três janelas e três portais de acesso ao seu interior ladeados por colunas dóricas, duas torres sineiras quadrangulares e ainda um relógio, no seu topo central, que a autarquia mandou colocar em 1822.

Quanto ao interior, é nitidamente do período barroco, de planta longitudinal de nave única e integrando quatro tramos e seis capelas intercomunicantes (três de cada lado), transepto e capela-mor pouco profunda ladeada pela sacristia.

IGREJA E CONVENTO DAS CHAGAS

Arquitectura religiosa renascentista, maneirista e barroca. O acesso faz-se através do Terreiro do Paço.



Figura 23 | Igreja e Convento das Chagas

Por volta de 1514, o Real Convento das Chagas de Cristo foi pensado e mandado construir por D. Jaime para albergar o Panteão das Duquesas de Bragança. No entanto, foi ocupado pelas clarissas do Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, pelo que o desejo de D. Jaime não se concretizou.

Actualmente desactivado de funções religiosas, funciona como fundação e as dependências conventuais albergam a Pousada D. João IV, cujos quartos foram adaptados a partir das antigas celas, retiros e oratórios.

O convento possui uma planta rectangular irregular e a igreja adossada, sendo estes dois elementos distinguidos através da torre sineira. Tem um claustro quadrangular, equilibrado e sólido, com dois ou três pisos, em torno do qual se organizam vários espaços destinados à vida da comunidade, nas dependências conventuais. É ainda composto por quatro alas paralelepipédicas organizadas em torno do claustro.

A igreja, classificada como Monumento Nacional, possui uma planta longitudinal com nave única e capela-mor ligeiramente mais estreita com sacristia. A fachada principal é a que se encontra virada para o Terreiro do Paço e é constituída por vários volumes; é rasgada por vãos e janelas rectilíneos, com excepção da capela-mor e do portão principal. Em ambos os lados do interior da nave há altares laterais rasgados por arcos de volta perfeita. Ao nível do interior, apresenta-se totalmente revestida por azulejos policromos datados de 1626 e o altar-mor é rico em talha dourada e em pinturas do século XVI.

IGREJA E CONVENTO DOS AGOSTINHOS



Figura 24 | Convento e Igreja dos Agostinhos

Limitando o Terreiro do Paço a Nascente, a construção deste complexo remonta ao reinado de D. Afonso III, exactamente a 1267, tendo sido o primeiro convento a ser construído em Vila Viçosa. Este conjunto arquitectónico engloba a igreja e o convento, sendo este último composto pelo claustro, refeitório, sacristia e ainda pela cerca que o delimita.

A igreja é inspirada no modelo de S. Vicente de Fora, com planimetria rectangular de nave única, com capelas laterais intercomunicantes, transepto e cruzeiro rematado por uma cúpula octogonal. Quanto à fachada, apresenta um estilo chão, com um corpo central ladeado por duas robustas torres sineiras, com nártex onde foi inserido o portão principal, e janelas grandes.

Foi construída inteiramente em mármore, do mesmo tipo de pedra do Paço Ducal. A sua fachada é constituída por duas torres sineiras rematadas em cúpula. No interior, apresenta uma planta do tipo cruz latina numa só nave, com abóbada de berço lisa; o pavimento é revestido por grandes peças de mármore azul e branco.

À semelhança do edifício da igreja, o mármore está também presente no claustro. Este localiza-se contiguamente ao templo e apresenta um sóbrio estilo toscano, com arcadas amplas do lado do pátio e da galeria.

Este conjunto arquitectónico foi continuamente alvo de grande protecção ducal, sofrendo sucessivas obras de engrandecimento.

No reinado do D. Jaime, na altura da construção do Paço Ducal, houve uma grande intervenção de reestruturação – a fachada principal passou a ser a que está actualmente virada para o palácio, apresentando hoje em dia características barrocas e, embora assuma um carácter um pouco pesado na praça, é totalmente ajustado à função tumular que passou a apresentar após esta intervenção. E passando esta a ser a fachada principal, foi reedificada de modo a ficar em perfeita correspondência com a fachada do Palácio Ducal e com o Terreiro do Paço.

O plano do duque D. João II, futuro rei D. João IV, iniciado em 1635, consistiu na reconstrução integral do templo, pelo que pouco se conhece hoje do anterior edifício; sabe-se apenas que algumas estruturas do início do século XVI demonstram o mesmo gosto tardo-gótico que o convento das Chagas – também produto das obras de D. Jaime.

Entre 1753 e 1763, D. José procedeu a novas obras de modernização da igreja, de modo a conferir ao interior do templo uma dignidade condizente com a sua função, seja pelo carácter nobre dos materiais, pelos mármores de cores variadas (há certos elementos no interior da igreja que são realçados a mármore negro), ou ainda pelo vigoroso desenho dos altares.

Este templo de estilo barroco tornou-se, em 1677, no Panteão da memória dos Duques de Bragança, contendo no seu interior o túmulo de D. Afonso, o primeiro Duque de Bragança.

Foi classificado como Monumento Nacional em 1910.

Outras designações deste conjunto são Igreja de Nossa Senhora da Graça do Convento de Santo Agostinho, Convento dos Agostinhos.

ERMIDA DE SÃO DOMINGOS

Ermida dedicada a S. Domingos de Gusmão, instituidor da Ordem dos Pregadores, natural de Calahorra, Espanha. A data da sua fundação é desconhecida mas sabe-se que remonta a meados do século XVI, tempo do duque D. Teodósio I. Localiza-se no alto de um outeiro e encontra-se virada a Poente, tendo uma vista privilegiada para a vila e para o castelo medieval.

Esta pequena igreja apresenta uma planta rectangular longitudinal e é constituída pelos volumes do nartex, da nave e da capela-mor, junto da qual se encontram ainda as dependências laterais. O átrio, de construção posterior, é aberto por um grande arco de volta perfeita na fachada principal e dois outros mais pequenos de cada um dos lados; esta fachada é composta por um portal rectangular sem decoração, no eixo do qual foi colocada a sineira. Lateralmente existem ainda três arcos cegos que servem de gigantes.

Relativamente ao interior, a capela-mor possui apenas um altar e a nave exibe uma abóboda revestida por frescos datados do século XVIII, apresentando nove quadros com cenas da vida de São Domingos.



Figura 25 | Ermida de São Domingos – depois das obras de recuperação

Esta ermida sofreu poucas alterações ao longo dos tempos, conservando a planimetria original. Foi alvo de obras de recuperação recentes mas continua fechada para o público, embora esteja classificado como Monumento de Interesse Público.

ROTAS

Uma forma interessante de captar turistas para uma zona é através da criação de rotas temáticas. No caso de Vila Viçosa, já existe a Rota Tons de Mármore que, para além da vila, abrange mais quatro concelhos situados no Anticlinal de Estremoz – Alandroal, Borba, Estremoz e Sousel. Esta iniciativa tem como objectivos mostrar o Património Cultural e Industrial do Alentejo, promover a actividade industrial e divulgar o território que a acolhe através de circuitos pelas pedreiras de mármore que tanto impacto têm na região.

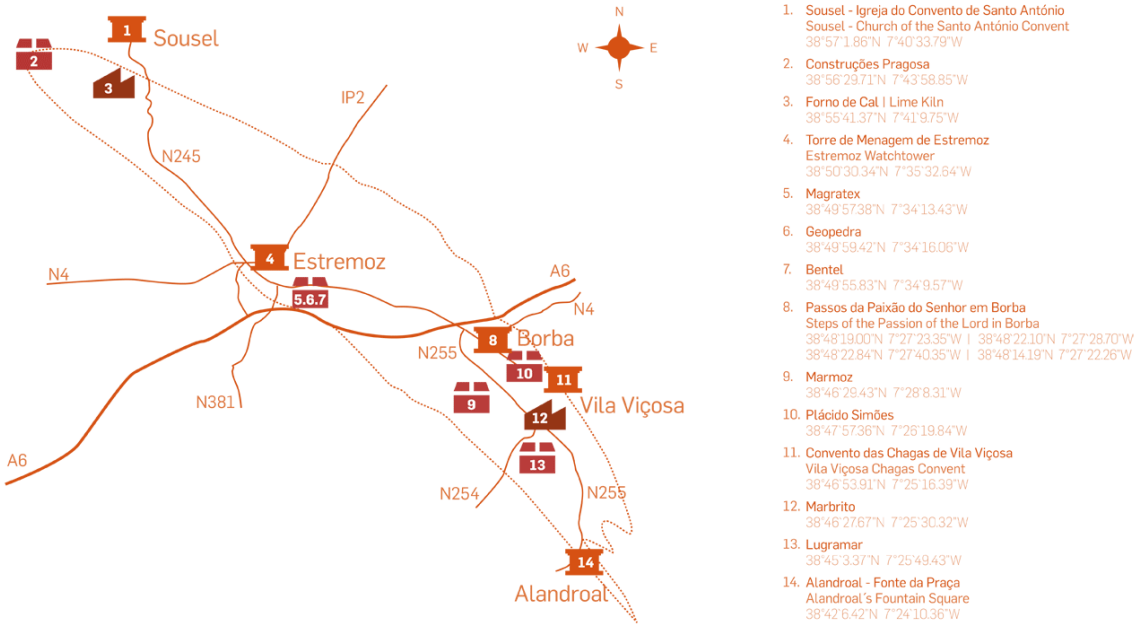


Figura 26 | Mapa esquemático com os municípios abrangidos pela Rota Tons de Mármore

Esta Rota tem diferentes circuitos, adequados a diferentes gostos e interesses, pelo que também a sua duração é variável, podendo ser de meio, um, dois ou três dias.

Mais concretamente, estes percursos realizam-se em algumas pedreiras de mármore da região, passando por descer a uma pedreira subterrânea, contemplar a vista sobre a paisagem alentejana do alto de uma outra ou ainda acompanhar todo o processo de transformação do mármore. Um dos aspectos mais atractivos destes circuitos é a possibilidade de observar os funcionários a trabalhar na extracção do mármore e a sua transformação nas fábricas – onde é cortado, polido e tratado –, para posteriormente ser utilizado na construção, essencialmente como elemento decorativo. No final, para que os turistas tenham uma melhor percepção da aplicação desta pedra, os itinerários passam ainda pela visita a alguns dos monumentos mais emblemáticos destes concelhos.

Como estes circuitos temáticos podem ter uma duração superior a um dia, considerou-se interessante neste projecto introduzir um local de dormida que possa complementar os passeios. E Vila Viçosa localiza-se numa zona central relativamente a estes percursos e, como é conhecida nacionalmente como Capital do Mármore, considera-se ser um local apropriado para o desenvolvimento de uma unidade hoteleira.

4 | PROJECTO DE INTERVENÇÃO

ANÁLISE SWOT À ESCALA URBANA – VILA VIÇOSA

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Está fortemente associada a acontecimentos políticos da **História de Portugal**, pelo que é um destino procurado principalmente para turismo cultural.	Tendo uma **localização interior**, não atrai quem procura sol e mar, por isso está dependente de um tipo de turismo mais específico e menos banal.
Possui um importante e bem preservado **património arqueológico e arquitectónico** por ter sido uma das principais residências do Reino de Portugal.	**Fraca acessibilidade em termos de transportes públicos**, em particular de transportes não rodoviários, quer para entrar/sair da vila, quer no seu interior.
A sua dimensão relativamente pequena permite uma **fácil circulação pedestre.**	
Existe uma **rede viária interna** bem estruturada e em boas condições.	
Boa ligação automóvel ao exterior da vila, através da via rápida IP7 que inclui auto-estradas.	

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
A **Rota Tons de Mármore** possui diversos circuitos que interligam a vila às outras localidades e promovem a zona.	O **clima** é pouco ameno, sendo muito quente no Verão e muito frio no Inverno.
Existe a possibilidade de serem organizados **passeios a cavalo** em zonas próximas e nos circuitos da Rota.	
População maioritariamente idosa – permite a oportunidade de criar equipamentos direccionados à população mais envelhecida.	

A análise SWOT apresentada anteriormente serviu para entender melhor a vila e delinear estratégias para a componente projectual deste trabalho.

Uma das características mais fortes de Vila Viçosa enquanto destino turístico é a história associada ao seu património arqueológico e arquitectónico. A vila esteve desde sempre muito ligada a acontecimentos políticos da História de Portugal, o que lhe proporcionou um grande desenvolvimento económico e socio-cultural, assim como um reconhecimento da região não só ao nível nacional, como também internacional. Por ter sido uma das principais residências do Reino de Portugal, possui uma grande concentração de monumentos importantes, todos eles em bom estado de conservação.

As dimensões da vila são relativamente pequenas, pelo que a circulação pedestre dentro dela é bastante fácil. Todos os monumentos, museus e locais de interesse estão a uma distância reduzida uns dos outros, o que facilita a sua visita sem recorrer ao automóvel.

Vila Viçosa apresenta uma boa estrutura viária, já que as ruas e as estradas se encontram em boas condições para utilização automóvel e que esta rede permite um fácil e rápido acesso entre as freguesias, assim como aos concelhos e terras adjacentes. Também a ligação para fora do concelho, e do próprio Alentejo, é boa, uma vez que existe uma saída do Itinerário Principal 7 perto de Vila Viçosa. O IP7 ganha importância por ser uma via rápida que une Lisboa a Badajoz, o que facilita o acesso a diversos pontos de Portugal e de Espanha.

Relativamente aos pontos fracos deste concelho, a sua localização no interior do país, quando tratado como destino turístico, é certamente um deles, já que deste modo apenas se destina a quem procura um tipo de turismo mais específico e menos banal, localizado em zonas tranquilas e com pouco movimento. Vila Viçosa não se enquadra num turismo de massas, mas sim num tipo de férias tranquilas e que, de algum modo, possam ter uma relação com a natureza, actividades agrícolas e também com a cultura.

Nota-se uma fraca acessibilidade em termos de transportes públicos, especialmente ao nível dos transportes não rodoviários – são poucos os autocarros que diariamente entram e saem da vila provenientes dos grandes pólos urbanos, a estação ferroviária mais próxima é a de Évora, a cerca de 62km e, tratando-se uma zona interior do país, não existe a opção de fazer a viagem de barco. No interior da vila, acontece o mesmo, já que da vila não existem transportes públicos de pequenos circuitos, o que faz com que as pessoas dependam muito do automóvel, especialmente os mais idosos que não têm facilidade em se deslocar a pé.

As oportunidades que se viram nesta análise à escala da vila prendem-se sobretudo com a Rota dos Mármores, um conjunto de circuitos que abrange alguns municípios e que

visa promover e dar a conhecer a actividade industrial, nomeadamente a exploração da pedra mármore. Actualmente estes percursos são feitos de carro ou a pé, mas considera-se interessante a possibilidade de juntar a opção de ser feita a cavalo e até de criar novas rotas que possam estar associadas ao vinho e ao azeite.

Quanto às ameaças, o clima é claramente importante, uma vez que a região é muito quente no Verão e muito fria no Inverno, enfatizando ainda mais a sazonalidade do turismo, pelo que terão de ser criadas estruturas que possam contornar esta ameaça, nomeadamente através da construção bioclimática e da qualidade dos materiais.

ANÁLISE SWOT À ESCALA DO TERRENO – HORTA DAS FIGUEIRAS

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
O terreno apresenta uma **localização periférica** relativamente ao núcleo urbano mas não há dependência do automóvel.	A **localização periférica** e fora do núcleo urbano faz com que tenha de haver um conhecimento prévio da zona para rapidamente se encontrar a unidade de agroturismo.
A **proximidade com o castelo** torna a propriedade num ponto turístico de interesse.	**Localização distante das entradas principais da vila.**
A frente do terreno está virada para a **EM509** que, embora sirva sobretudo de acesso local, faz a ligação com locais onde se organizam festas e feiras.	**Não existem passeios** em bom estado ao longo da estrada de acesso ao terreno.
	Existe um **muro a toda a volta da propriedade**, que pode torná-la muito fechada sobre si mesma.

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
O **declive acentuado** do terreno permite boas vistas e criação de locais de paragem e contemplação.	O terreno possui um **declive acentuado**, portanto a construção nova vai ter impacto na paisagem.
Propriedade isolada do núcleo urbano, permitindo maior liberdade arquitectónica e urbanística.	

Uma análise SWOT à escala do terreno em estudo é muito importante para compreender as suas necessidades e poder colmatar assertivamente as suas falhas.

O terreno situa-se numa zona periférica em relação ao centro da vila – no entanto ainda próxima deste –, factor que permite que seja uma zona calma e tranquila, propícia ao descanso e reflexão mas que em simultâneo dispensa a utilização do automóvel para visitar o núcleo urbano. Esta distância permite, também, atribuir usos diferentes às edificações de uso exclusivamente agrícola, sem que haja conflito face ao confronto com a zona urbana.

A sua proximidade com o castelo é uma mais-valia para o programa proposto, uma vez que não só o torna num local de interesse turístico, como é possível visualizar o local de intervenção a partir do alto do monumento. A vista que se tem à medida que se sobe a encosta do terreno é cada vez mais interessante, já que do seu cimo é possível vislumbrar grande parte da vila, assim como o castelo.

Por fim, a frente principal do terreno situa-se ao longo da EM509 que, embora seja de acesso local, é muito utilizada em determinados dias, já que faz a ligação entre a vila e os locais onde habitualmente se realizam as festas e os eventos ao ar livre – por exemplo as Festas dos Capuchos, as corridas de touros e as feiras mensais.

Anteriormente considerou-se a localização periférica face ao núcleo urbano como sendo um aspecto positivo; contudo, também pode ser interpretado como negativo, uma vez o terreno não se situa perto das entradas principais da vila, o que faz com que as pessoas se tenham de deslocar de propósito para chegarem à instalação hoteleira. Só é local de passagem intensa em dias pontuais – para eventos ao ar livre como feiras, festas e touradas – e para quem se queira deslocar para a freguesia de São Romão ou para outras terras em alternativa às vias principais. Ainda sobre a localização periférica, este aspecto é também negativo porque as duas entradas principais da vila se localizam a Noroeste e a Sudoeste, enquanto que o terreno se situa a Nordeste do núcleo urbano.

Actualmente a estrada que acompanha toda a frente do terreno em estudo apenas possui passeio num dos lados, apresentando algum perigo para os pedestres, e no outro lado o passeio é irregular, o que faz com que muitos pedestres prefiram circular pela estrada.

O declive acentuado deste terreno é certamente uma oportunidade, já que permite boas vistas associadas à criação de locais de paragem e contemplação, tão apropriados ao programa proposto. O facto de a propriedade estar isolada do núcleo urbano também pode ser vista como uma oportunidade, uma vez que, não tendo muitas construções na proximidade, poderá haver maior liberdade na implantação e poucas condicionantes urbanísticas.

Este grande declive pode, também ele, ser considerado como uma ameaça, visto que a construção nova vai ter impacto na paisagem.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O terreno onde se irá intervir encontra-se na periferia do aglomerado urbano, mas a uma distância que dispensa a utilização do automóvel para visitar a vila.

A frente principal da propriedade situa-se ao longo da EM509 que, embora seja de acesso local, é bastante utilizada em determinados dias e pelas pessoas que trabalham na vila e vivem noutra localidade.

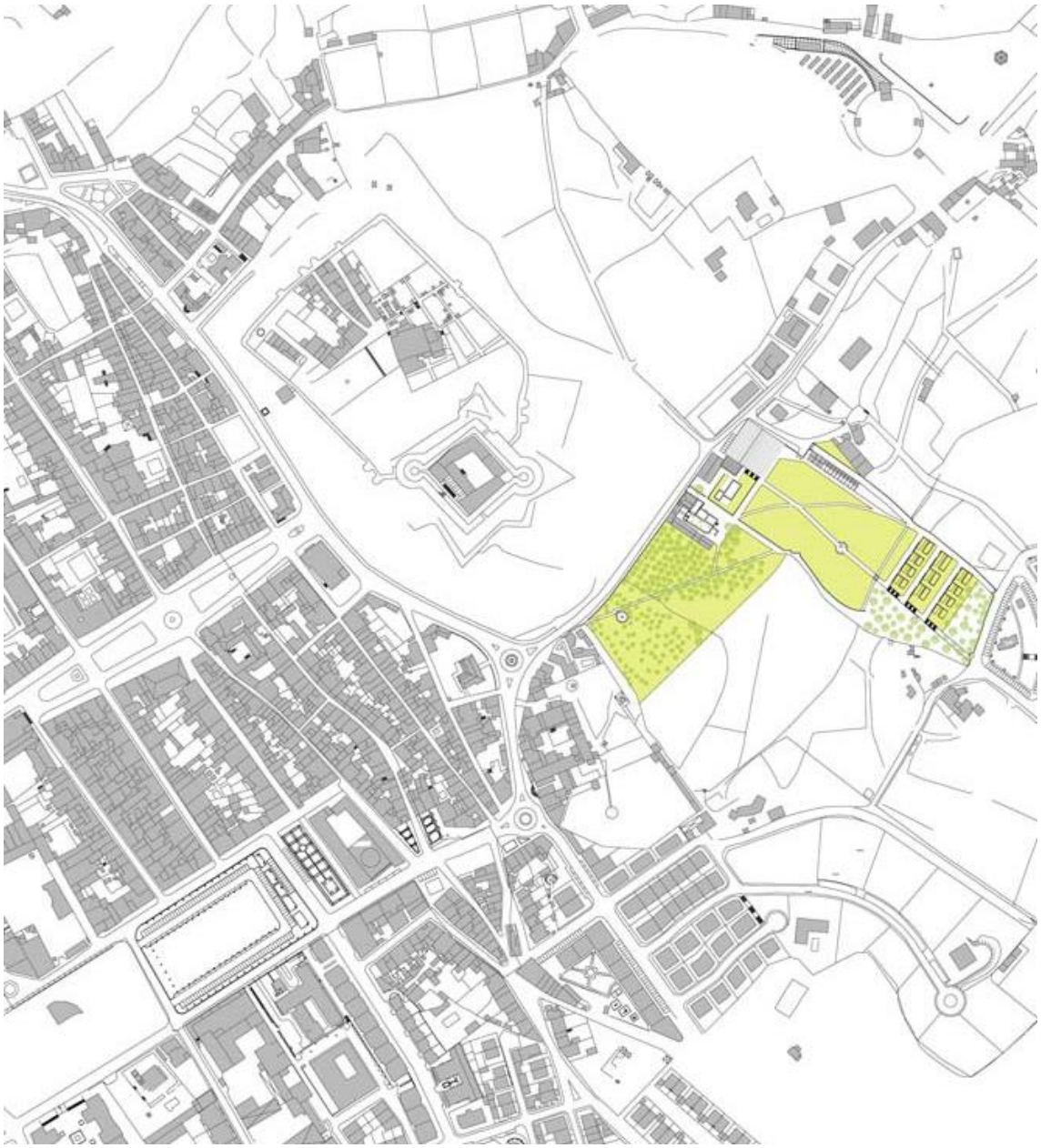


Figura 27 | Planta de Vila Viçosa com marcação da área de intervenção e proposta desenhada 1:5000

Com uma forma de "L", este terreno tem uma área aproximada de 3,5 hectares e uma frente de 215 metros de comprimento para a rua principal. É limitado pela Rua dos Capuchos a Noroeste (fachada principal da casa e duas das entradas actualmente existentes) e a Sudeste pela Rua de Olivença, perto de uma urbanização mais recente, e onde existe também um acesso. Está inserido entre duas outras propriedades que o limitam lateralmente.

Morfologicamente, é uma propriedade interessante, já que apresenta uma grande diferença de cotas no sentido Noroeste-Sudeste – com a cota mínima 375 e a máxima 393 –, formando um vale a meio do seu comprimento maior, por onde passa uma pequena ribeira. Este grande declive é visto como uma oportunidade, já que permite boas vistas e a criação de locais de paragem e contemplação, tão importantes para o programa escolhido.

O terreno é, na sua totalidade, considerado pelo PDM de Vila Viçosa como solo urbano. Há uma faixa paralela à Rua dos Capuchos que é solo urbanizado, mas o restante terreno corresponde às áreas de expansão urbana prioritária, isto é, solo cuja urbanização é possível programar de acordo com as características do Tipo I (SUP1). São elas: densidade habitacional bruta = 25 fogos/ha; número de pisos máximo = 3; índice de construção máximo = 1 m^2/m^2; índice de implantação máximo = 0,5 m^2/m^2.

Finalmente, a flora existente na propriedade em estudo está assinalada no mapa esquemático apresentado seguidamente:



Figura 28 | Planta esquemática com a flora existente no terreno

Como foi referido anteriormente, a Horta das Figueiras tem uma área total de 3,5 hectares, pelo que, no contexto do Alentejo, e particularmente no da agricultura, é uma propriedade com dimensões reduzidas. Por isso, nesta intervenção foi necessário assumir desde o início que o terreno não poderia ser destinado exclusivamente à produção e exploração agrícola e pecuária; ao invés, considerou-se mais interessante transformá-lo num agroturismo associado a uma escola de equitação.

Quando se fala num tipo de turismo inserido numa zona interior e rural, as actividades de animação turística são sempre importantes para complementar o alojamento, pelo que a ideia de criar um equipamento equestre surgiu dessa constatação – para além da escola, pretende-se que sejam realizados alguns passeios a cavalo aproveitando as rotas existentes na zona e fazendo associação com quem as promove.

A presença dos equídeos é uma maneira de tentar contrariar a tendência sazonal do turismo e ao mesmo tempo dinamizar a zona, atraindo não só turistas como também habitantes locais.

ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA

Na componente projectual pretende-se, então, criar uma unidade de agroturismo associada a uma pequena escola de equitação, parte em construção nova, parte aproveitando algumas das estruturas existentes.

A Horta das Figueiras é uma propriedade de família, cujo uso actual é exclusivamente de férias e fins-de-semana; contudo, outrora já foi de habitação permanente e de uso agrícola, pelo que esta proposta procura trazer de volta essas características perdidas há muito, de modo a revitalizar novamente o espaço.

CONSTRUÇÃO PREEXISTENTE

No interior da propriedade existe um conjunto de edifícios (Figs. 29 e 30), sendo a casa de residência o volume principal, que se encontra rodeado de outras construções anexas, todas elas mais pequenas e com usos distintos. Esta casa de habitação de dois pisos apresenta uma planta rectangular, com 12.5x11m, e tem uma das frentes virada para a rua,

embora não exista nesse alçado um acesso directo para o interior da casa. Quanto às restantes edificações ainda com uso habitacional, existe uma casa de dois pisos mas de dimensões mais reduzidas – Casa do Alpendre – e uma outra com planta longitudinal e de apenas um piso – Casa Grande. Este complexo edificado preexistente conta ainda com a Casa Pequena – que, à semelhança da casa anterior, se propôs que fosse reabilitada, passando a integrar o conjunto de apartamentos do agroturismo –, uma zona de antigas cavalariças que possui um forno de lenha, e ainda a vacaria. Este último encontra-se actualmente em muito mau estado de conservação, pelo que se propôs a sua reconstrução para albergar a sala de *workshops* e formação. Existe também uma pequena arrecadação que, após uma intervenção de expansão, passou a integrar a lavandaria desta unidade hoteleira.

O ponto central deste conjunto edificado é o grande tanque de rega, com 6.2x8.2m, que é actualmente usado como piscina e que, por esse motivo, é bastante importante no ambiente que se vive neste local – a presença da água permite refrescar os pátios à sua volta, ao mesmo tempo que a luz do sol reflecte nas paredes das casas, conferindo uma dinâmica interessante ao espaço.

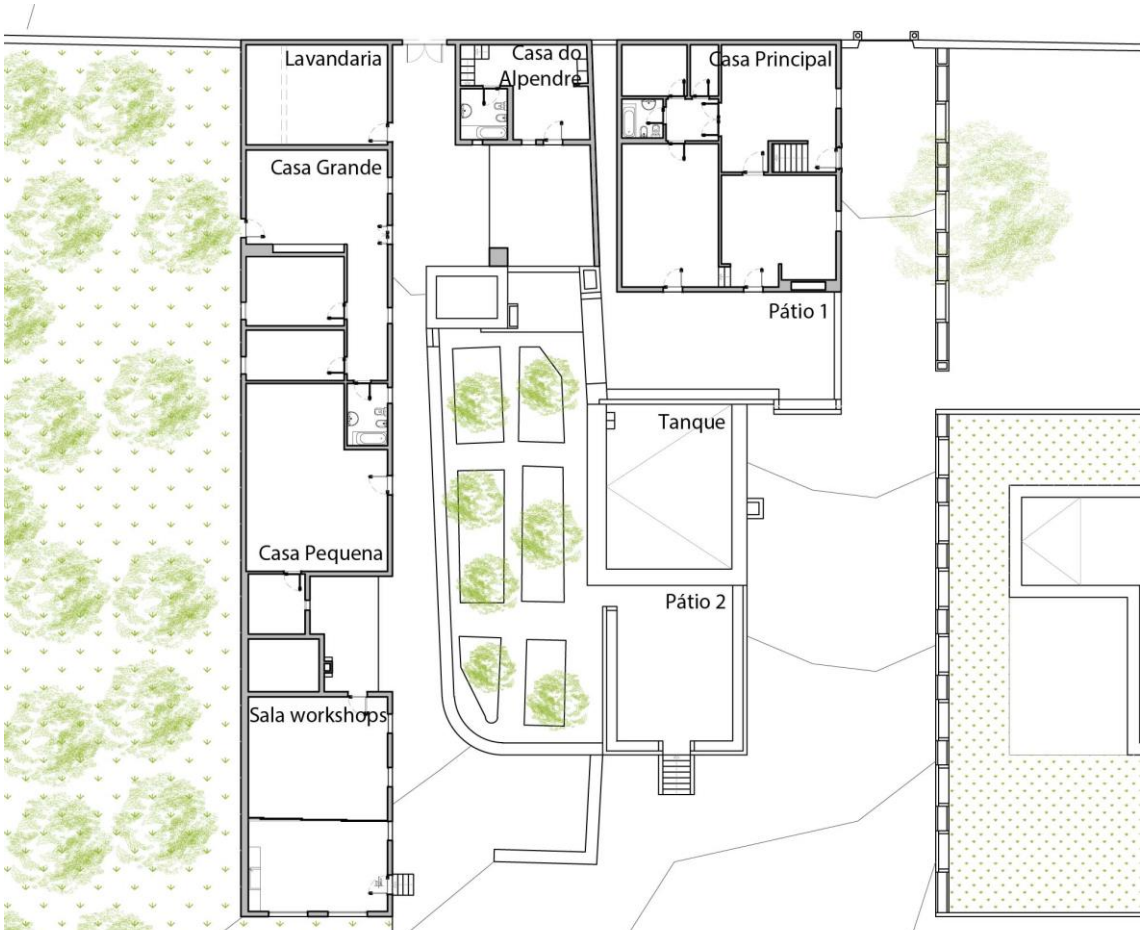


Figura 29 | Planta esquemática com os usos do núcleo preexistente – Piso 0



Figura 30 | Planta esquemática do núcleo preexistente – Piso 1

ACESSOS AO INTERIOR DA PROPRIEDADE

Actualmente, o principal acesso ao interior do terreno faz-se através de um portão largo, contíguo à casa, que interrompe o extenso muro de 215 metros lineares. Existem, ainda, três entradas adicionais – duas delas situadas neste mesmo alçado e uma outra localizada no extremo Sudeste da propriedade, no topo da encosta e junto à ermida de São Domingos.

Uma vez que os apartamentos a edificar se dispõem ao longo da íngreme encosta do terreno, considerou-se importante criar um acesso adicional para uso automóvel e exclusivo dos clientes do agroturismo. Deste modo, foi criada uma rua que atravessa a propriedade ao longo do seu limite Nordeste-Sudeste, que permitiu fazer a ligação entre dois extremos do terreno e aos onze apartamentos semienterrados.



Figura 31 | Planta esquemática com indicação dos acessos ao interior do terreno e rua nova

PERCURSOS E FLORA

De forma a criar uma relação entre as várias zonas propostas neste estudo, desenhou-se um conjunto de percursos ao longo da propriedade.

Actualmente este terreno possui um muro a toda a sua volta; a proposta de intervenção levou a que parte deste tenha sido demolida. O conjunto edificado proposto para esse espaço faz, então, a transição entre o exterior e o interior do terreno e é nele que se encontra o edifício público proposto. A zona de entrada surgiu através de linhas traçadas a partir de uma rua já existente no local e é constituída por um grande envidraçado que, por sua vez, se alinha com um outro com as mesmas dimensões mas situado na parede oposta do edifício (Fig. 32).

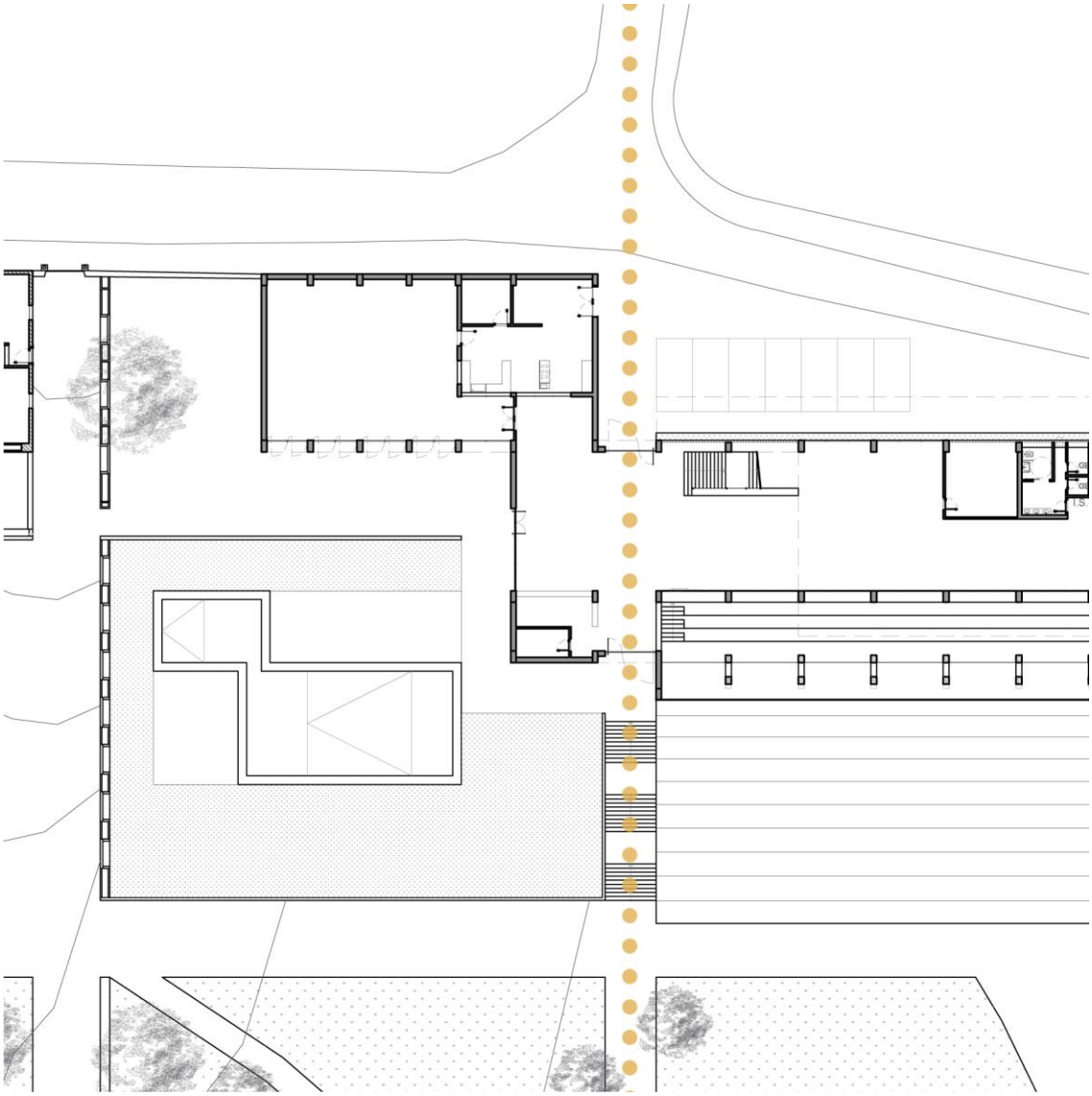


Figura 32 | Pormenor da proposta – alinhamento de vistas e percursos
1:500

Com todas estas transparências em sequência, pretendeu-se criar um sistema de vistas que permitisse, a partir do exterior, observar parte do interior da propriedade, suscitando, assim, a curiosidade de quem passa na rua. Este alinhamento foi reforçado através de um caminho de 3,5m de largura – possível de percorrer a pé e a cavalo – que atravessa todo o terreno, estendendo-se até ao extremo oposto do mesmo e dando acesso a toda a zona dos apartamentos. Culmina no topo da encosta onde se encontra a ermida de São Domingos, local de onde é possível desfrutar de uma vista privilegiada para o núcleo urbano e para o castelo de Vila Viçosa. Embora este seja o principal caminho pedestre no interior da propriedade – aquele que marca o desenho do terreno –, foram criados outros percursos secundários, de dois metros de largura, que fazem a ligação a outros pontos da área de intervenção.



Figura 33 | Planta de implantação da proposta
1:2000

Aproveitando esta zona entre o picadeiro e a encosta, onde actualmente não existem árvores, propôs-se que esse espaço continuasse livre, para assim servir de pastagem para os cavalos – a sua proximidade aos estábulos permite tornar a logística da escola eficiente. Em conversa com um engenheiro agrónomo conhecedor do local, surgiu a ideia de plantar junto a estes percursos algumas árvores de fruto e plantas aromáticas, de modo a permitir sombreamento das pastagens e dos caminhos.

As árvores de fruto de crescimento rápido, segundo o parecer do engenheiro agrónomo, são bastante adequadas para um agroturismo porque, embora quem plante não tenha a oportunidade de colher, acabam por ser árvores que dão uma dinâmica diferente ao espaço devido às suas cores e cheiros. Pensou-se, então, em cultivar árvores já existentes no terreno, que à partida se dão bem neste tipo de solo, outras existentes em terrenos agrícolas

do Alentejo e, ainda, plantas aromáticas usadas na confecção culinária. Algumas das árvores consideradas para esta proposta foram a nogueira, o plátano, a laranjeira, o abrunheiro, o limoeiro, o diospireiro, o loureiro, o choupo, a romãzeira, assim como as plantas do alecrim, do tomilho, do orégão, da hortelã, da erva do caril, da amora.

Este conjunto de percursos permitiu, ainda, que a zona de pastagem dos cavalos fosse bem marcada visualmente. A partir dos apartamentos, localizados a cotas superiores às dos pastos, os turistas podem perceber o desenho dos caminhos e facilmente escolher qual pretendem tomar para atravessar a zona de pastos e chegar ao outro extremo do terreno – tomou-se cuidado a este aspecto devido à dimensão avantajada da propriedade.

APARTAMENTOS

As unidades de TER são caracterizadas pelo convívio entre turistas e donos da casa; contudo pretendeu-se que após esta intervenção fosse possível preservar alguma privacidade para que os proprietários continuassem a usufruir do espaço. Nesse sentido, considerou-se pertinente criar uma zona de alojamento adicional, afastada da casa principal, pelo que a grande encosta existente no terreno foi aproveitada para esse fim. Fazendo frente para o castelo, este declive acentuado permitiu criar uma relação visual entre os apartamentos e a fortaleza que, de outra forma, não seria possível.

Os onze apartamentos em construção nova estão distribuídos por três patamares e são semienterrados, não só para aproveitar o declive do terreno, como também para minimizar o impacto na paisagem. Pretendeu-se que cada um pudesse albergar entre uma e três pessoas, sendo constituídos – dependendo da tipologia – por um (Fig. 34) ou dois quartos (Fig. 35), uma sala, uma pequena *kitchenette*, uma instalação sanitária e um lugar de estacionamento individual. Optou-se pela organização dos apartamentos em dois níveis, de modo a criar, não só, um espaço diferente, como também para entrar na linguagem da encosta que vai subindo. A sala encontra-se à cota da rua, estando as restantes zonas da casa a um nível superior. Este desnível de três degraus permitiu criar uma mesa de refeições que faz a transição entre a *kitchenette* e a sala.

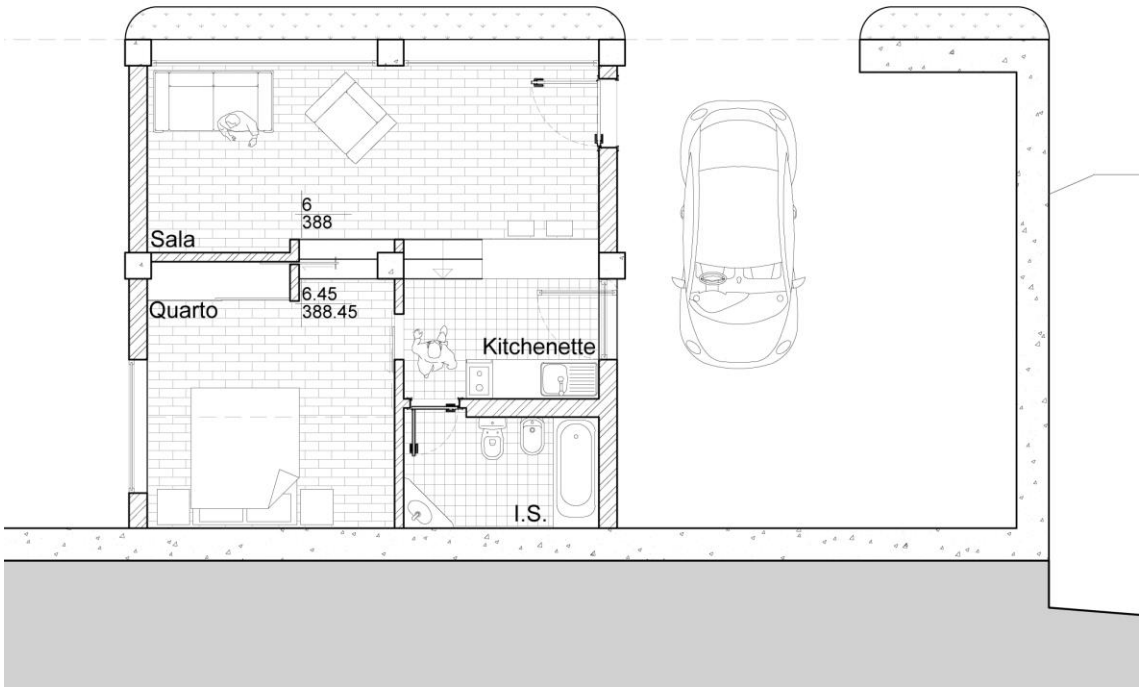


Figura 34 | Planta do apartamento T1
1:100

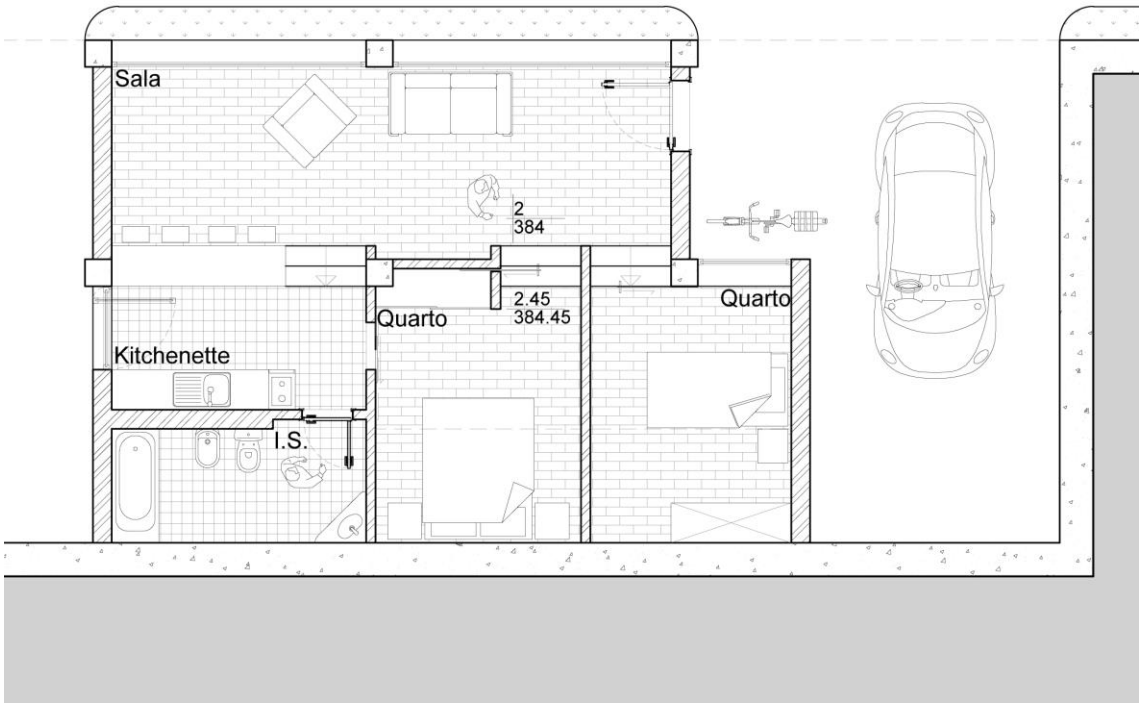


Figura 35 | Planta do apartamento T2
1:100

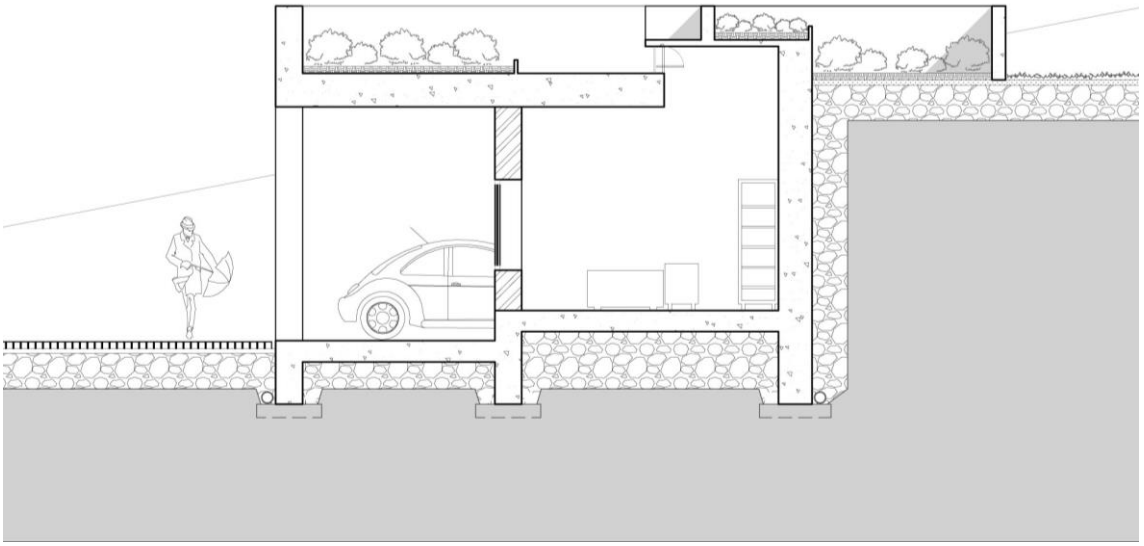


Figura 36 | Corte a passar por um apartamento
1:100

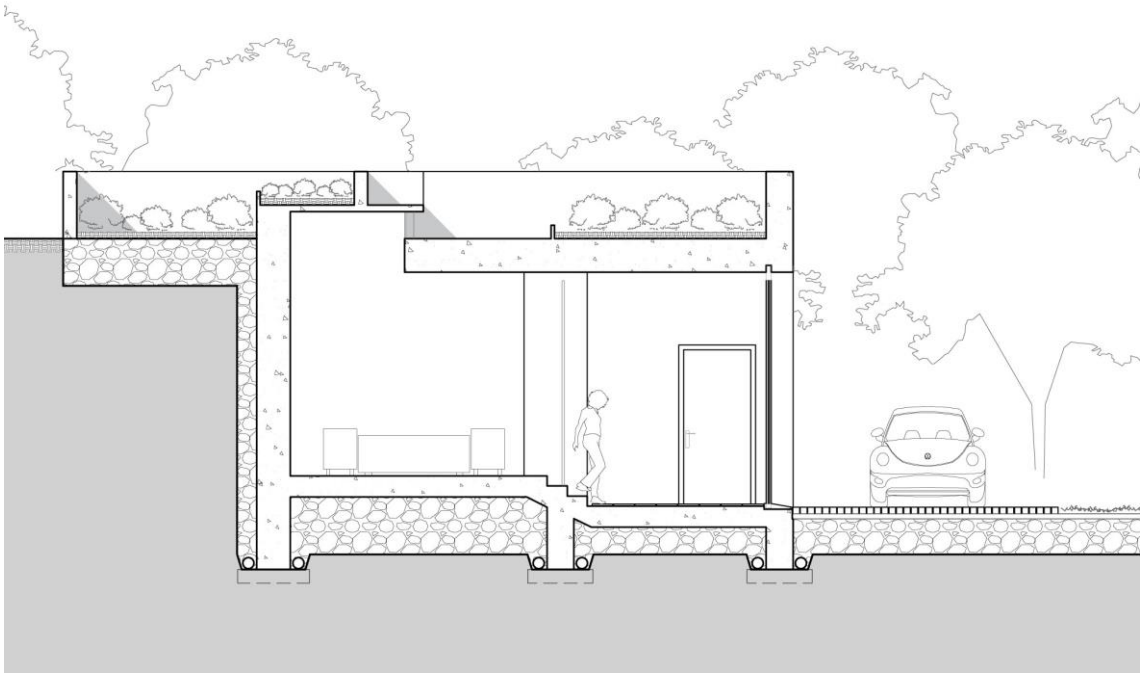


Figura 37 | Corte a passar por um apartamento
1:100

Uma forma de reforçar o contacto com a natureza foi a criação de pequenas hortas em frente a cada um dos apartamentos, aproveitando a cobertura da moradia do piso inferior. Deste modo, foi possível não só gerar um grande espaço verde bem enquadrado com a construção nova, como também permitir uma climatização controlada e amena através destas coberturas verdes.

Quanto ao edifício de carácter público, este desenvolve-se a quatro níveis diferentes (Fig. 38), embora possua uma grande cobertura contínua: o picadeiro encontra-se à cota 376; as tribunas, de onde é possível assistir às aulas de equitação e ao mesmo tempo contemplar a vista para a encosta, situam-se 4,5m acima; a recepção, a loja, a zona administrativa e as instalações sanitárias ao nível da rua, à cota 382,5; e finalmente o último piso, 5m acima, onde se encontram o espaço da cafetaria, uma varanda em consola virada para a encosta do castelo e outras instalações sanitárias.

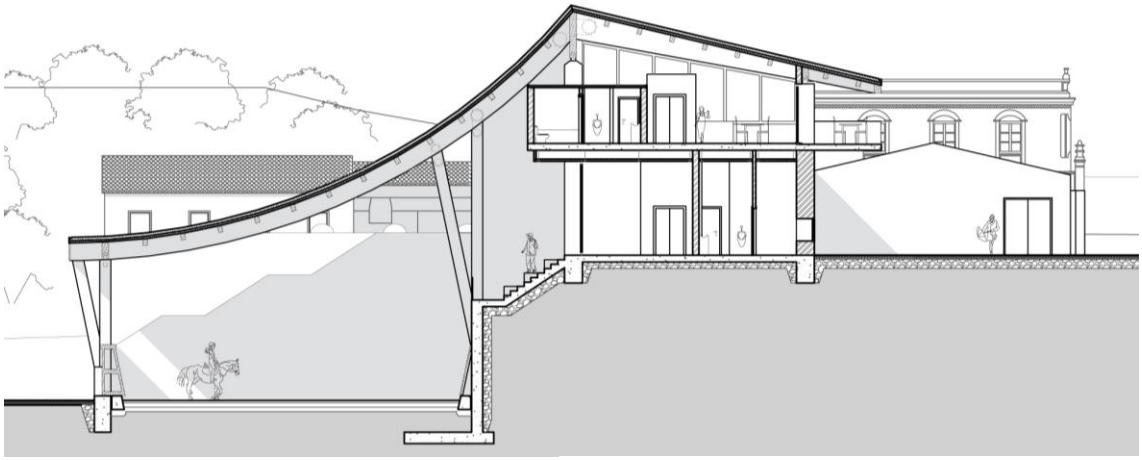


Figura 38 | Corte transversal do edifício público 1:300

Estes desníveis surgem por dois motivos: o primeiro relaciona-se com a morfologia do terreno naquela zona – actualmente existem patamares diferentes, a cotas distintas, pelo que a ideia foi acentuar esta característica e incluí-la no interior do edifício – e o outro associa-se à própria arquitectura do edifício, já que desta forma foi possível criar um sistema de vistas na zona das tribunas (Fig. 39), de onde é possível ver todo o picadeiro e, como pano de fundo, a encosta com os apartamentos. A partir do piso da rua e do piso superior também é possível avistar parte do picadeiro, já que se optou por fechar este espaço com envidraçados.

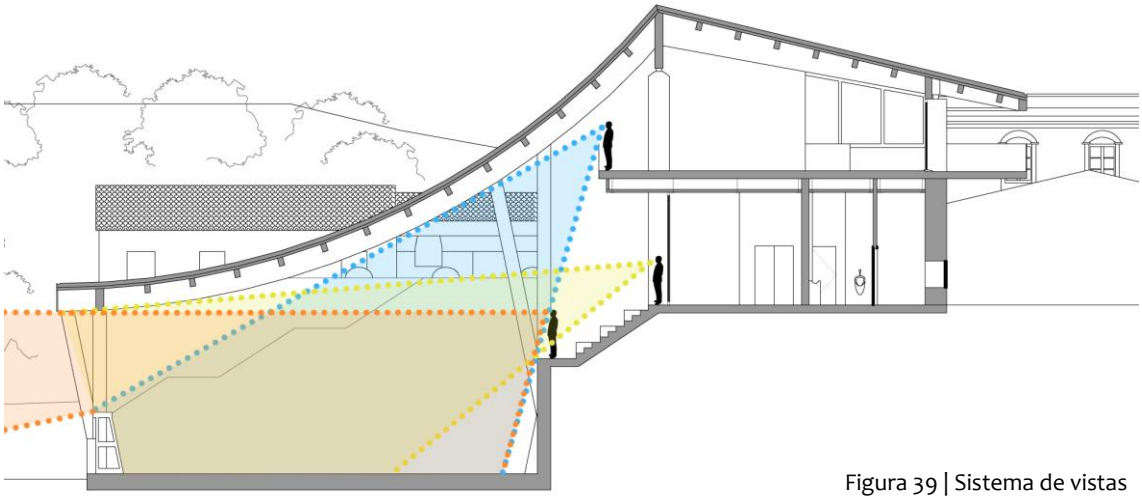


Figura 39 | Sistema de vistas

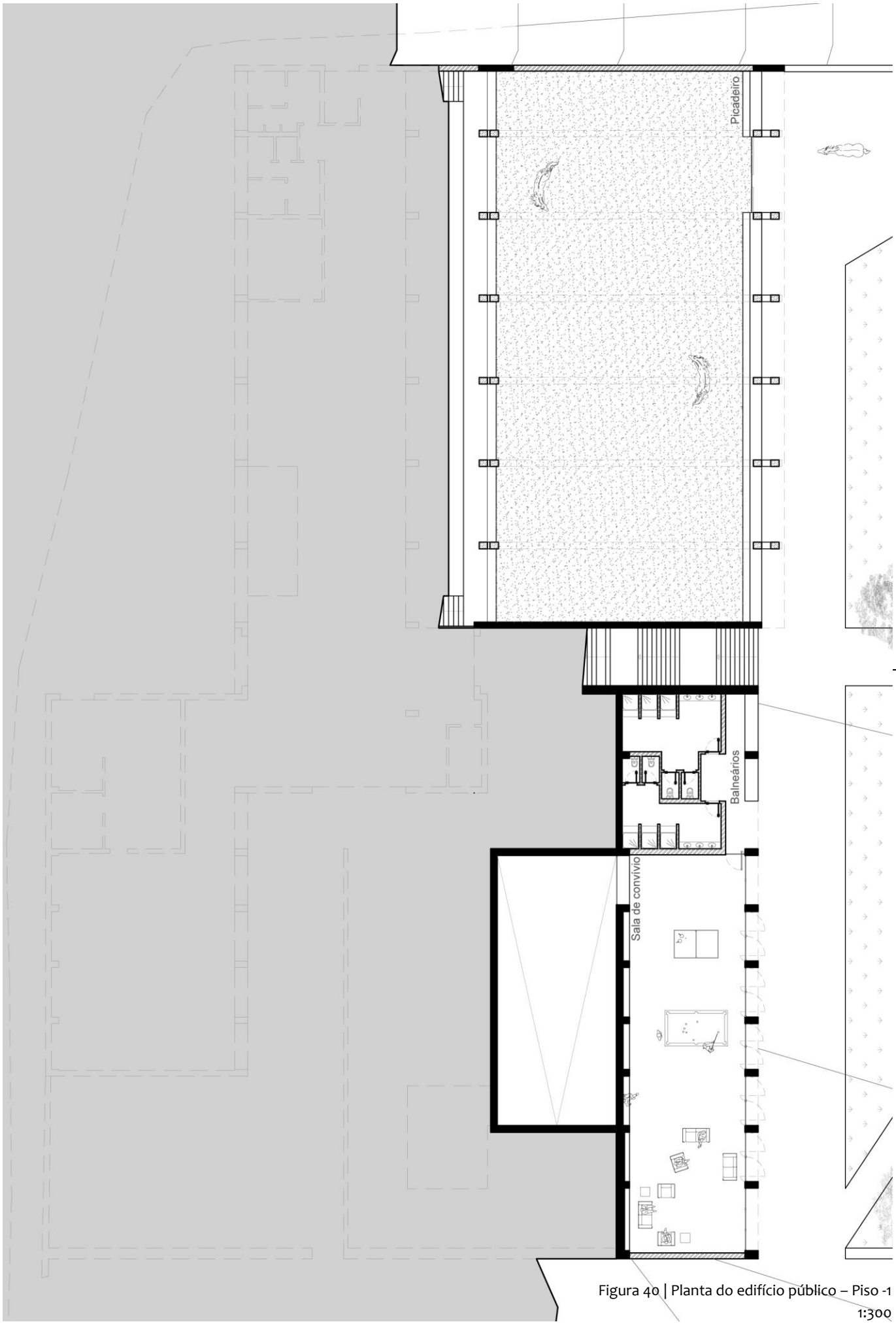


Figura 40 | Planta do edifício público – Piso -1
1:300

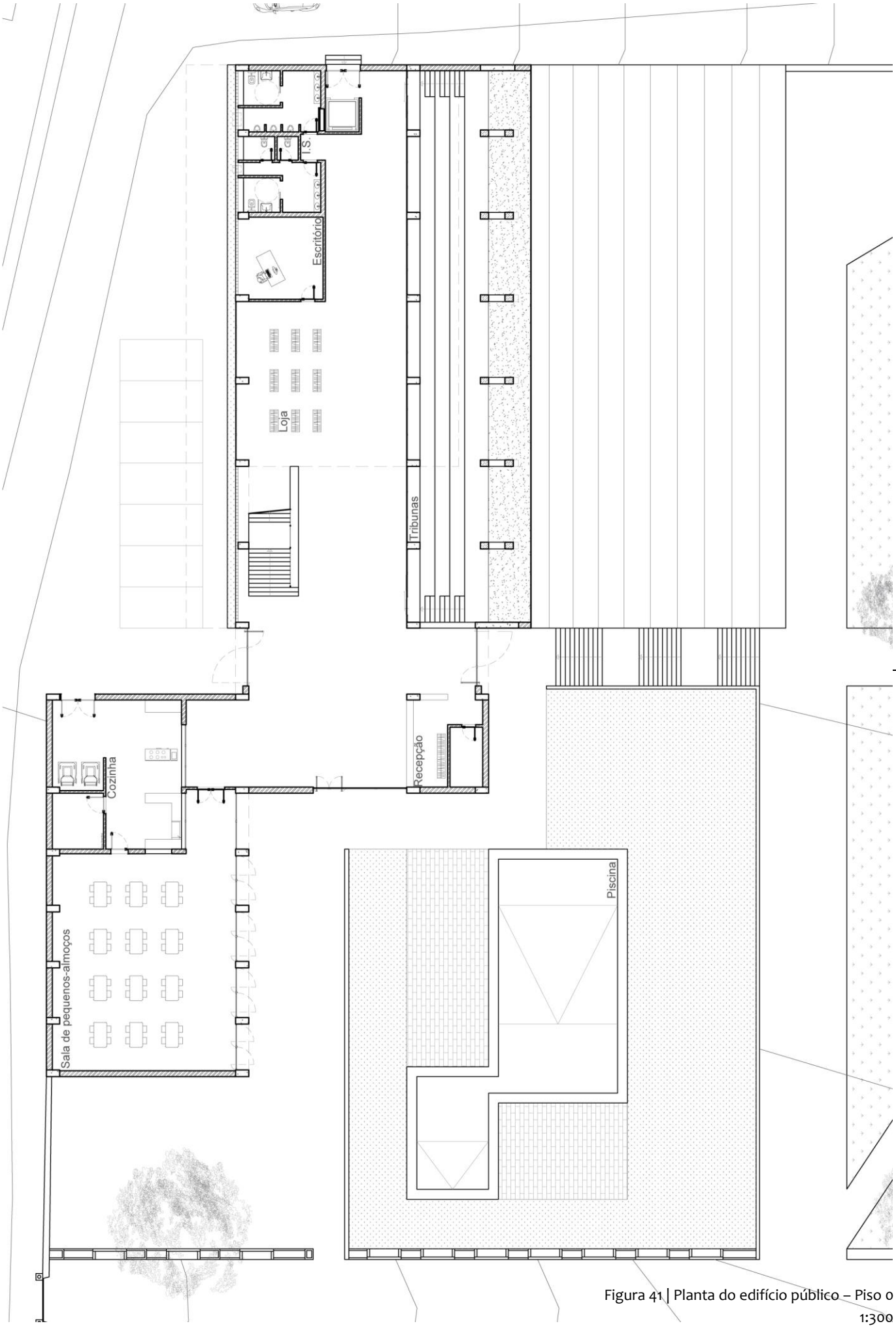


Figura 41 | Planta do edifício público – Piso 0
1:300

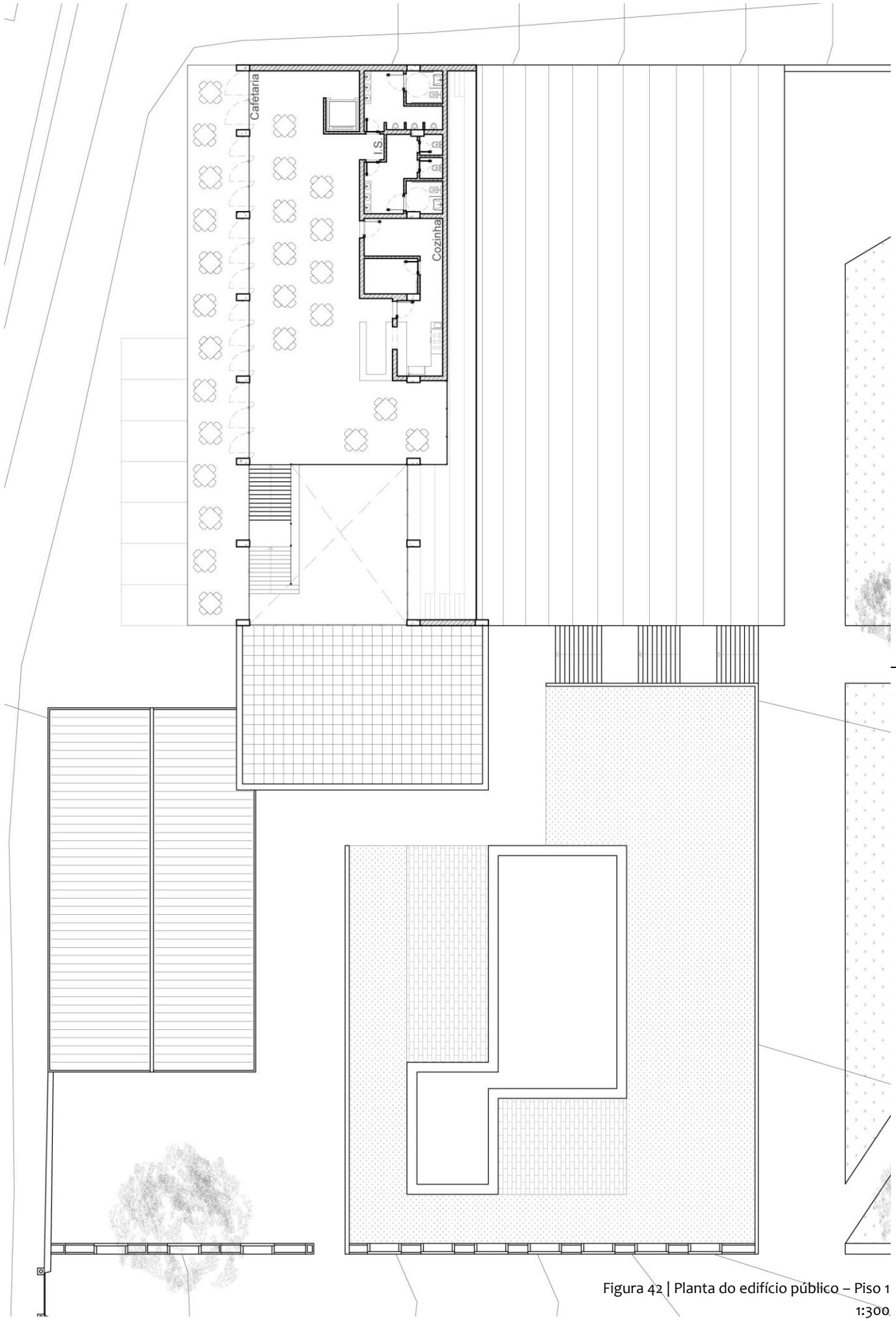


Figura 42 | Planta do edifício público – Piso 1
1:300

A grande cobertura do picadeiro foi criada de modo a equilibrar a rigidez dos diversos patamares que organizam o edifício – considerou-se interessante que a cobertura fosse leve e fluida e que tivesse algum impacto na paisagem, visto tratar-se de um edifício de carácter público. Tendo em conta o programa desta proposta e da sua proximidade com a natureza, a ideia de utilizar a madeira como elemento estrutural – e decorativo – surgiu muito naturalmente. Esta cobertura foi criada, então, através de uma estrutura reticulada de vigas e elementos secundários de tracção de *Glulam*, onde assenta um revestimento de *wood decking* e, acima deste, uma camada de impermeabilização. Utilizando este sistema estrutural e de revestimento, não é possível moldar a curva, pelo que se optou por dividir a cobertura em vários segmentos que estão dispostos de maneira a que o alçado se possa ler como um arco. Todos os elementos estruturais estão à vista, não apenas porque a madeira consegue traduzir conforto a este espaço grande, mas também para que a cobertura, vista do interior, pudesse ser interessante visualmente.

Os dez estábulos estão localizados ao longo da nova rua e dispostos em linha, de modo a fazerem a relação entre o interior e o exterior da propriedade – assim evita-se a existência de mais um muro, tornando possível ter um acesso directo às boxes a partir da rua, ao mesmo tempo que se facilita a tomada e largada de animais. Este edifício comprido alberga também a sala de arreios, os duches e o palheiro e culmina na zona da estrumeira, junto da qual existe um portão.

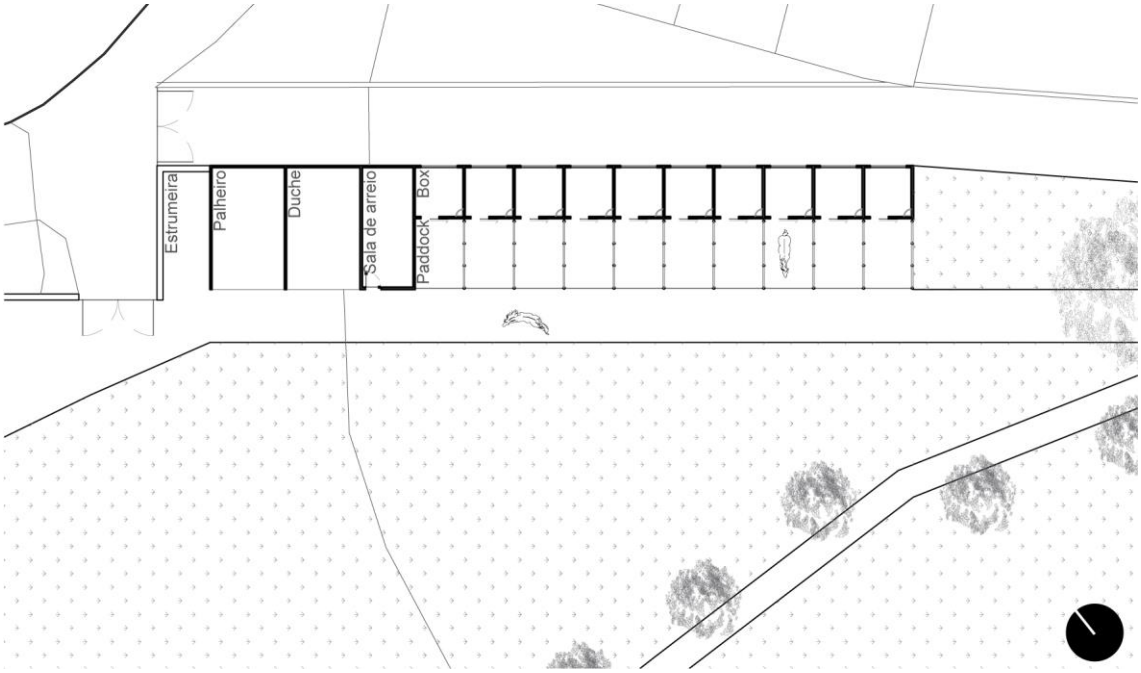


Figura 43 | Zona dos estábulos
1:500

CAFETARIA

Tendo em conta que o programa proposto é de carácter acentuadamente púbico e virado para o turismo, considerou-se fundamental a adição de um espaço de refeições rápidas. A cafetaria não serve apenas os clientes do agroturismo ou do picadeiro; a ideia é que esta seja, também ela, uma forma de atrair pessoas, sejam eles locais ou turistas.

Por este motivo, optou-se pela colocação da cafetaria no piso superior do edifício, aproveitando a vista para o exterior da propriedade, de modo a criar uma relação visual com o castelo. A fachada é composta por envidraçados e por uma varanda, destinada a receber quem queira um atendimento na esplanada e usufruir da vista para a imponência do castelo.

PISCINA

Uma piscina é sempre um elemento importante numa unidade de turismo, e este factor ganha força quando se trata de um turismo no Alentejo, onde no Verão são atingidas temperaturas muito elevadas. Inicialmente ponderou-se utilizar a piscina já existente – o tanque; contudo, decidiu-se que seria mais adequado criar um novo elemento, tendo em consideração a dimensão reduzida do tanque face ao número de turistas e o facto de, ao longo deste processo, se ter optado por permitir que continuasse a existir alguma privacidade para actividades de lazer dos proprietários do terreno.

Esta nova piscina surgiu, então, através de linhas traçadas a partir do tanque e do pátio a ele contíguo, apresentando, por isso, dimensões generosas. Está disposta em duas partes: um quadrado mais pequeno e com pouca profundidade – para utilização dos mais novos – e um rectângulo grande que vai afundando ao longo do seu comprimento. Considerou-se interessante que um excerto da parede que a piscina partilha com a sala de convívio fosse de vidro para adicionar um pormenor diferente a ambos os espaços.

Continuando a linguagem do picadeiro, optou-se pela colocação de zonas em pavimento de madeira em torno da piscina, juntamente com áreas relvadas. Propõe-se, ainda, uma estrutura discreta como suporte de glicínia (planta já existente no terreno) para efeitos de sombreamento na área da piscina.

No piso inferior, junto da sala de convívio, existem uns pequenos balneários com duche que dão apoio à piscina – este espaço foi criado tendo em consideração a distância aos apartamentos e a outras instalações sanitárias.

SALA DE CONVÍVIO E SALA DE PEQUENOS-ALMOÇOS

Considerou-se interessante que a zona de convívio do agroturismo tivesse a mesma lógica dos apartamentos, pelo que é também semienterrada, aproveitando e acentuando o desnível existente no terreno. Este espaço destina-se a actividades de lazer a realizar em ambiente coberto, pensando-se numa área com sofás, livros e televisão, e uma outra com mesas de jogos. Aquando do desenho dos percursos existentes nesta propriedade, pensou-se que, criando um caminho paralelamente a esta sala, este pudesse servir de extensão da mesma. Como foi referido anteriormente, neste espaço informal e de convívio existe uma janela que tem vista para a piscina – foi proposta, não só por ser um pormenor diferente, mas também porque é mais uma forma de a luz chegar a esta sala, tendo em conta que apenas tem uma frente a Sudeste.

Quanto ao edifício destinado a servir os pequenos-almoços, optou-se por o relacionar com a linguagem das preexistências, pelo que apresenta um telhado tradicional de duas águas. Ao nível do interior, inclui uma cozinha e um espaço de refeições. É possível estender esta zona para o exterior através dos grandes envidraçados preparados para rodar e permitir a passagem. À semelhança do pátio contíguo à casa principal, propôs-se que fosse plantada uma glicínia nesta zona, na perspectiva de haver sombreamento natural caso este espaço sirva de esplanada.

SALA DE *WORKSHOPS*

Como foi referido anteriormente, junto dos edifícios já existentes encontra-se um forno de lenha que nunca é usado e que, por isso, está em muito mau estado de conservação. Para usufruir deste forno de lenha e do edifício a ele contíguo, que neste momento está desocupado e também em más condições, optou-se por reabilitar os dois espaços para assim criar uma sala polivalente e flexível para albergar actividades como *workshops* e formações relacionados com o conceito deste turismo.

Este é um espaço com 85m^2 que possui uma estrutura de painéis flexíveis que podem recolher ou avançar, de modo a fechar a sala e ficar com duas mais pequenas. Existem uma entrada e uma bancada com lava-loiça incluído em cada um dos extremos da sala para que quando os painéis abram, estes possam ser dois espaços independentes.

PROGRAMA

Recepção – comum ao agroturismo e à escola	140 m²
Loja	46 m²
Escritório	22 m²
Instalações sanitárias	85 m²
Zona de refeições (pequenos-almoços)	250 m²
Cafetaria	240 m²
Zona de convívio	192 m²
Lavandaria e arrumos	35 m²
Sala de workshops e formação	85 m²
Piscina e espaço envolvente	850 m²
Balneários	63 m²
Picadeiro	495 m²
Tribunas	166 m²
Palheiro	38 m²
Duches	39 m²
Sala de arreios	26 m²
10 boxes com respectivo *paddock*	260 m²
Apartamentos:	
11 em construção nova	688 m²
2 reabilitados no núcleo preexistente	155 m²

*

Numa das conversas informais com um colaborador do Posto de Turismo de Vila Viçosa, concluiu-se que seria interessante realizar passeios a cavalo, em alternativa aos itinerários pedestres. Uma vez proposto um picadeiro para esta intervenção, e aproveitando a presença dos cavalos na propriedade, considerou-se vantajoso que alguns destes animais fossem já bastante bem treinados para haver essa possibilidade de organizar passeios equestres. Assim, a escola poderia associar-se aos percursos já existentes na vila e arredores dando a oportunidade aos turistas de escolher se as querem visitar a pé ou a cavalo.

BIBLIOGRAFIA

Abrantes, T. 2014. *Escola Portuguesa de Arte Equestre*, Sintra, Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.

Alípio, S. *Guia Prático – Como criar um Centro Hípico*, Associação Nacional de Jovens Empresários.

Avellar, F., Estadão, L., Morgado, C., Oliveira, L. & Silva, C. 2007. *Núcleo Urbano de Vila Viçosa* [Online]. Disponível: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24847. [Acedido 12 de Dezembro de 2013].

Avillez, F. 1999. "Sustentabilidade económica e desenvolvimento rural" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 117-23.

Barros, J. C. 2004. *A Projecção do Quotidiano no Turismo e no Lazer*, Lisboa, ISCSP.

Castanheira, S. G. 2013. *Arquitectura equestre: influência da arquitectura na prática da equitação e equoterapia*, Tese de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

Cavaco, C. 1999a. "O mundo rural português: desafios e futuros?" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 135-48.

Cavaco, C. 1999b. "O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 281-92.

Cavaco, C. 1999c. "Turismo Rural e Turismo de Habitação em Portugal" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 293-304.

Cavaco, C. 2003. "Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos" in *TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Edições IPC | Inovar Para Crescer, 25-38.

Cavaco, C. 2006. "Práticas e lugares de Turismo" in *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais e Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Lazer*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 299-362.

Cravidão, F. 2006. "Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares" in *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais e Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Lazer*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 269-78.

Cordeiro, T. M. 2010. *Turismo em Espaço Rural – Campo&Arte*, Tese de Mestrado, Estoril, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

Dias, A. M. & Moreira, A. C. 2010. *Qualidade nos Serviços de Alojamento Rural. O Agroturismo em Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal*, 39-62. Disponível: http://mingaonline.uach.cl/pdf/gestur/n13/art02.pdf [Acedido 22 de Novembro de 2013].

Dionísio, S. 1947. *Museu-biblioteca de Vila Viçosa*, Fundação da Casa de Bragança.

Espanca, T. 1978. *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora – Volume I*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes.

Espanca, J. R. 1984. *Memórias de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa.

Fernandes, J. M. 2004. A Cidade de Mármore. *Callipole*, 12.

Ferreira, C. 1999. "Reencontros com o mundo rural: dos lazeres turísticos à fixação de "novos e velhos" residentes" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 313-8.

Ferreira, D. 1999. "Os incultos na dinâmica e na valorização da paisagem do Alentejo" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 235-42.

Fialho, J. & Franco, N. *Agriturismo*, Instituto Politécnico de Beja. Disponível: https://www.yumpu.com/pt/document/view/12813885/agriturismo-introducao-1-a-pratica-do-agro-turismo [Acedido 4 de Novembro de 2014].

Figueiredo, D. 1999. "Ambiente rural – a utopia dos urbanos?" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 263-79.

Figueiredo, E. & Valente, S. 2003. "O turismo que existe não é aquele que se quer…" in *TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Edições IPC | Inovar Para Crescer, 95-106.

Frazão, A. & Rezende, R. *Equitação. Conceção de Instalações – Cadernos Técnicos – Instalações Desportivas*, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. Disponível: http://www.idesporto.pt/ficheiros/file/Instala%C3%A7%C3%B5esDesportivas/CadernosT%C3%A9cnicos/CadernosT%C3%A9cnicosConce%C3%A7%C3%A3odeInstala%C3%A7%C3%B5esEquestre2012IPDJV1.pdf

Freitas, M. M., Mendes, R. B. & Ribeiro, J. C. 2001. *O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal*. Disponível: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1397/1/TurismoEspacoRural.pdf [Acedido 22 de Novembro de 2013].

García, F. J. & López, E. P. 2006. *Agrotourism, sustainable tourism and Ultraperipheral areas: The Case of Canary Islands.* Disponível: http://www.pasosonline.org/Publicados/4106/PS060106.pdf [Acedido 22 de Novembro de 2013].

Henriques, E. B. 1999. "Cultura, desenvolvimento e política rural: cinco pontos para a reflexão" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 73-8.

IGESPAR. *Castelo de Vila Viçosa*. Disponível: http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/69862/. [Acedido 12 de Dezembro de 2013].

Instituto Nacional de Estatística. 2012. *Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Alentejo*, INE, Lisboa.

Irshad, H. 2010. *Rural Tourism – An Overview*. Disponível: http://www1.agric.gov.ab.ca/$Department/deptdocs.nsf/all/csi13476/$FILE/Rural-Tourism.pdf [Acedido 22 de Novembro de 2013].

Joaquim, G. 1999. "Turismo e mundo rural: que sustentabilidade?" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 305-12.

Kastenholz, E. 2003. "A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais" in *TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Edições IPC | Inovar Para Crescer, 203-16.

Lourenço, J. 1999. "Ruralidade portuguesa: a urgência de políticas descentralizadas e inovadoras" in Carminda Cavaco (coord), *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia* (org), Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 125-34.

Nunes, C. 1993 & Noé, P. 2006. *Castelo de Vila Viçosa* [Online]. Disponível: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3927. [Acedido 12 de Dezembro de 2013].

Oliveira, C. 2003. "Passeios da Primavera: percursos pedestres na interpretação e valorização das paisagens rurais" in *TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Edições IPC | Inovar Para Crescer, 127-34.

Partidário, M. R. 2003. "Turismo em espaços rurais e naturais: uma oportunidade sustentável" in *TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Edições IPC | Inovar Para Crescer, 115-26.

Pereira, L. S. 1997. Nota histórico-interpretativa de transformações urbanísticas em Vila Viçosa. *Monumentos*, 6, 54-7.

Portas, N. 1997. A formação urbana de Vila Viçosa. Um ensaio de interpretação. *Monumentos*, 6, 59-63.

Rodrigues, A. 2006. "Turismo e Território: a apreensão da dinâmica espacial" in *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais e Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Lazer*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 247-67.

Silva, M. 2013. *Castelo de Vila Viçosa*. Disponível: http://www.historiadeportugal.info/castelo-de-vila-vicosa/. [Acedido 6 de Janeiro de 2014].

Simões, O. 2003. "Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida" in *TERN – Turismo em Espaços Rurais e Naturais*, Coimbra, Edições IPC | Inovar Para Crescer, 15-23.

Soromenho, M. 1997. Uma miragem real: o panteão para os duques de Bragança na Igreja de Nossa Senhora da Graça do Convento de Santo Agostinho. *Monumentos*, 6, 39-43.

Turismo de Portugal, 2007. *Guia Oficial do Turismo no Espaço Rural*, Lisboa, Turismo de Portugal, ip.

PÁGINAS DA INTERNET

Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
http://www.monumentos.pt

Direcção Geral da Agricultura e Desenvolvimento Regional
http://www.dgadr.mamaot.pt/diversificacao/turismo-rural/

Câmara Municipal de Vila Viçosa
http://www.cm-vilavicosa.pt

Guia da Cidade
http://www.guiadacidade.pt

Direcção Geral do Património Cultural
http://www.patrimoniocultural.pt/

Fundação da Casa de Bragança
http://www.fcbraganca.pt/paco/paco.htm

Guia Turístico de Vila Viçosa
http://guiaturistico.cm-vilavicosa.pt/monumentos

Rota Tons de Mármore
http://www.rotatonsdemarmore.com

Museu Nacional dos Coches
http://museudoscoches.pt/pt/museu/#timeline

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 251/84 de 25 de Julho. Disponível: http://www.dre.pt/pdf1s/1984/07/17100/22632267.pdf.

Decreto-Lei n.º 256/86 de 27 de Agosto. Disponível: http://www.dre.pt/pdf1s/1986/08/19600/22202222.pdf.

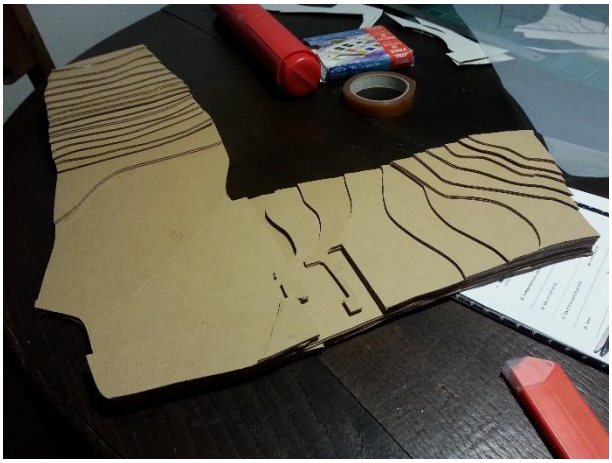
Decreto-Lei n.º 39/2008 de 7 de Março. Disponível: http://dre.pt/pdf1sdip/2008/03/04800/0144001456.PDF.

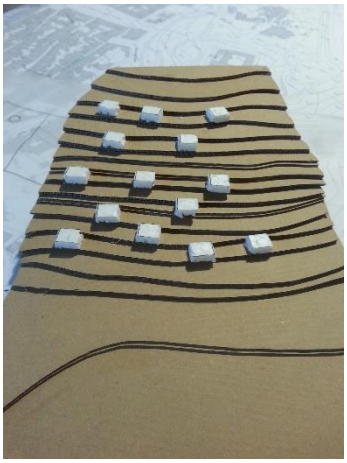
Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto. Disponível: http://dre.pt/pdf1sdip/2008/08/16000/0575705761.PDF.

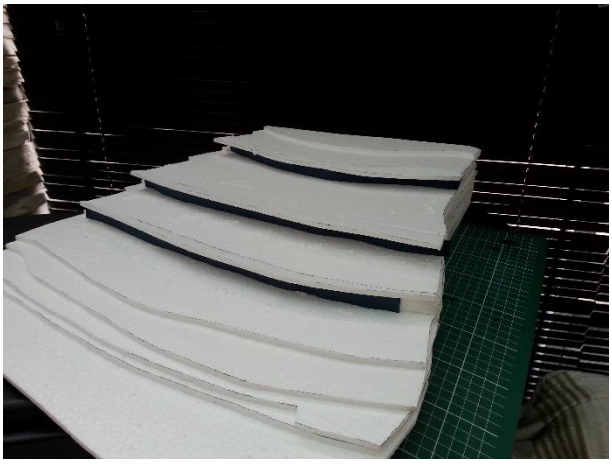
Plano Director Municipal de Vila Viçosa de 15 de Dezembro de 2008. Disponível: http://www.cm-vilavicosa.pt/NR/rdonlyres/000077ea/yltchylpxgpaixujhhxtrwrzvoeejafl/regulamentoPDM_publicadoDR.pdf

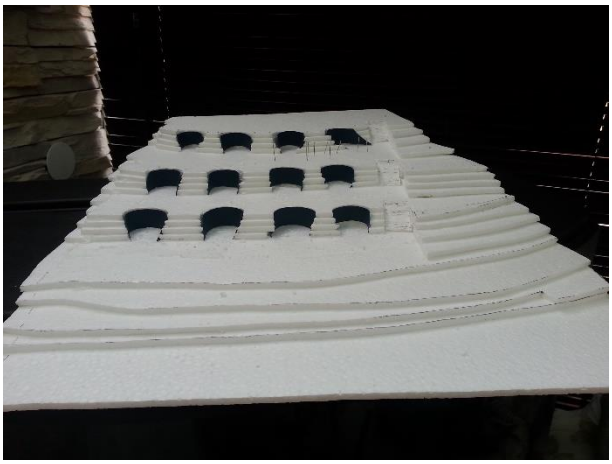
ANEXOS

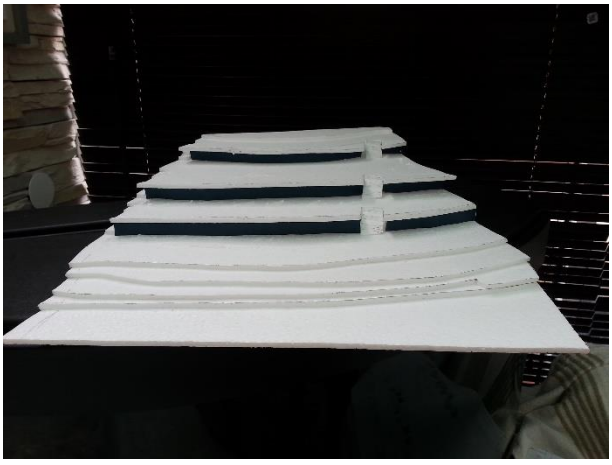
ANEXO – FOTOGRAFIAS DAS MAQUETES DE ESTUDO

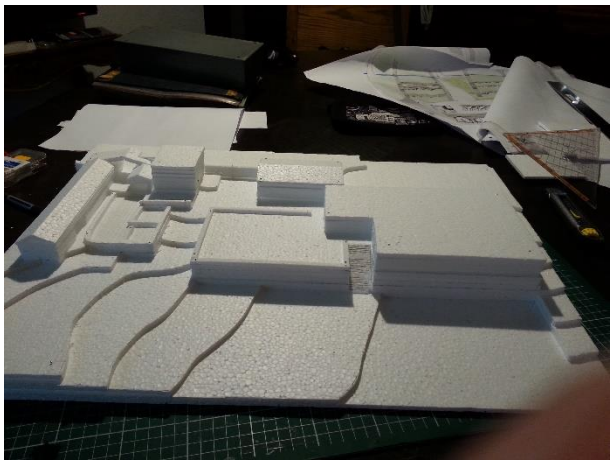




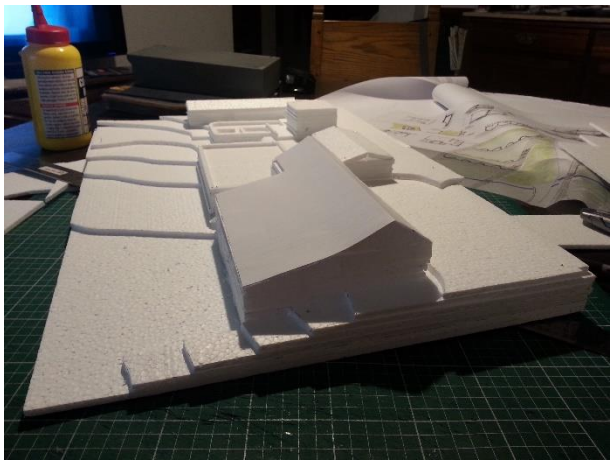


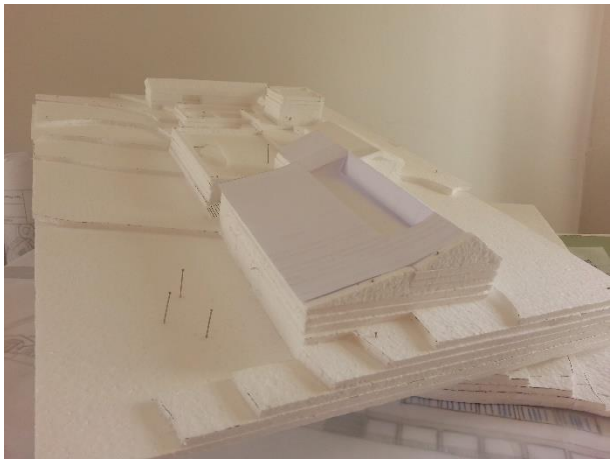


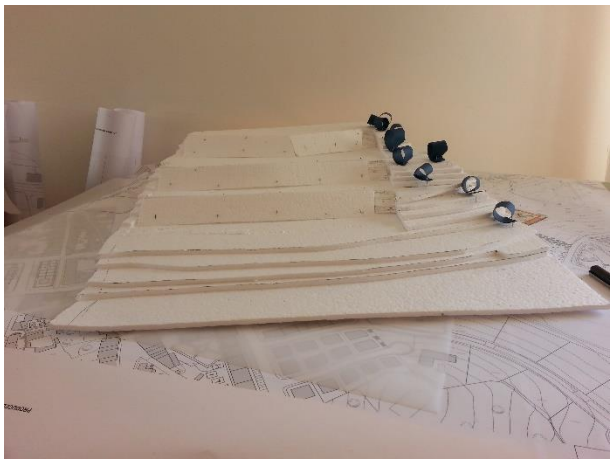








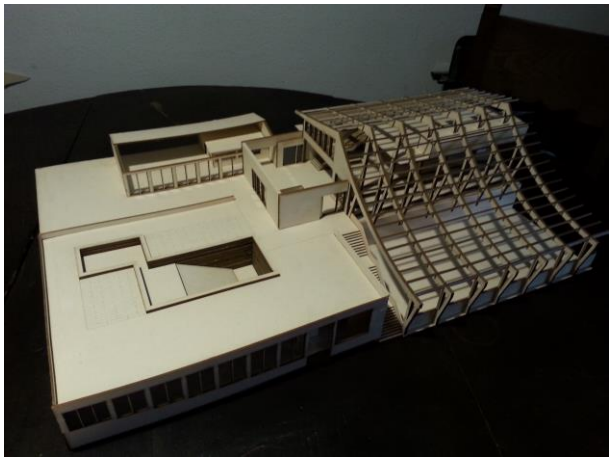


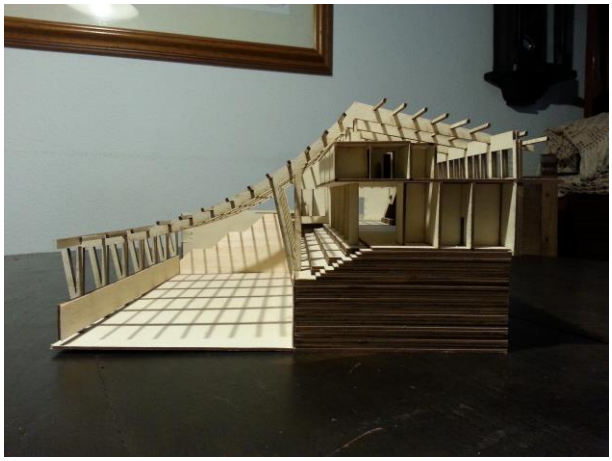


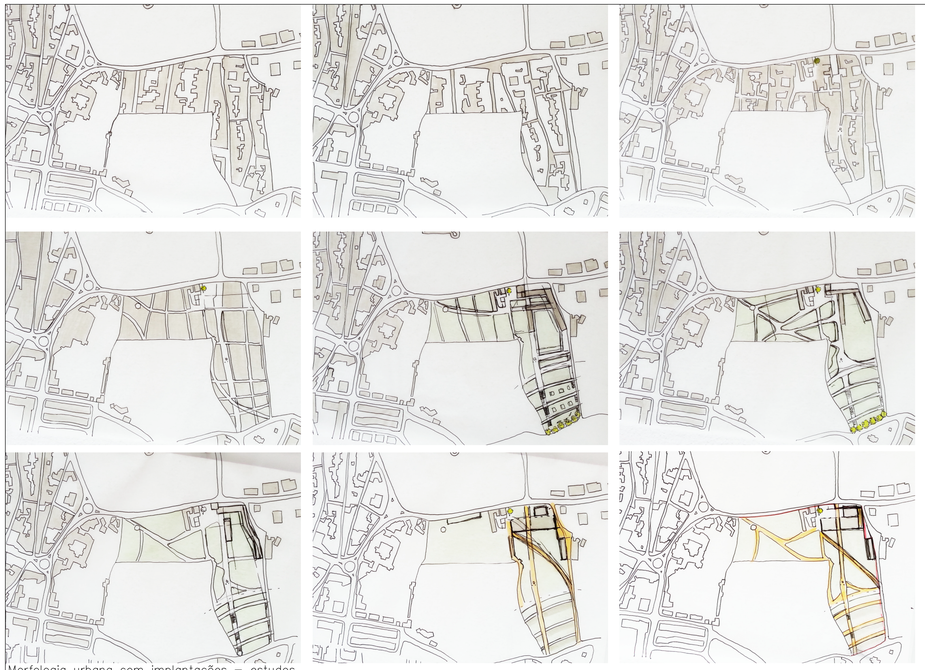




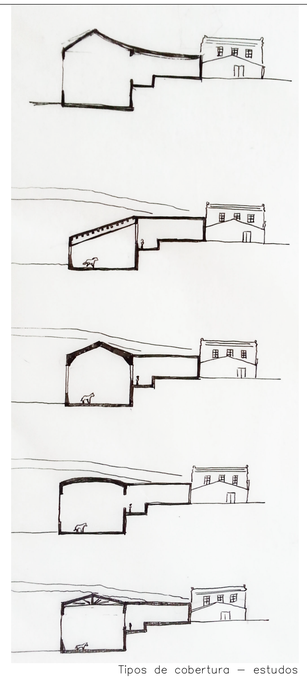








Morfologia urbana com implantações — estudos



Tipos de cobertura — estudos



Espécies arbóreas existentes e propostas



Planta de Implantação com Proposta
Escala 1:2000

FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4



FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

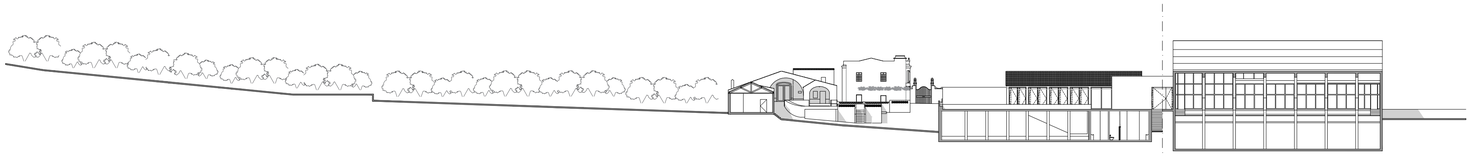
AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Planta de Cobertura
Escala 1:500

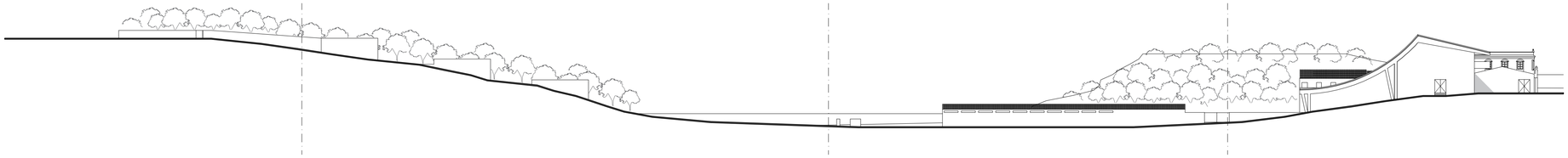
02

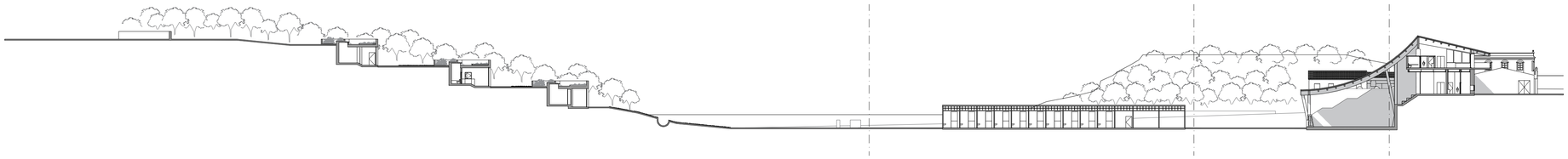


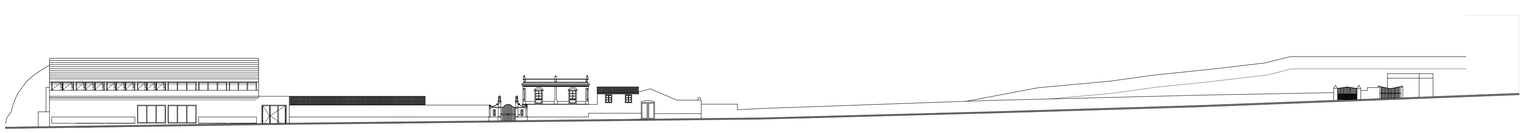


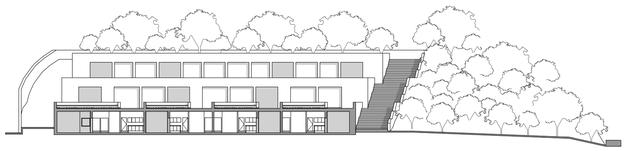


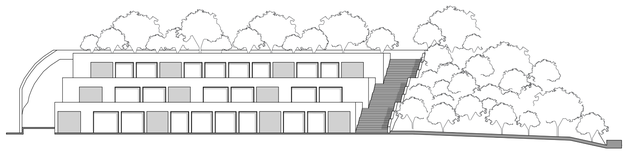


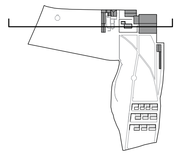


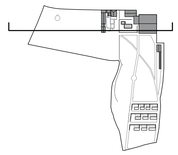


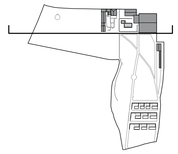


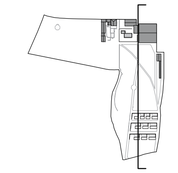


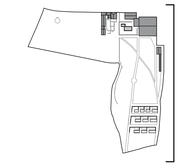


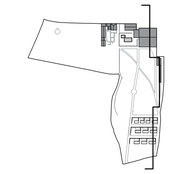


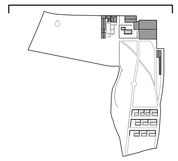


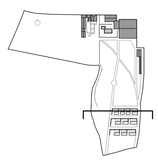


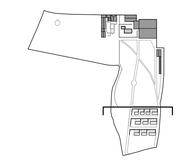












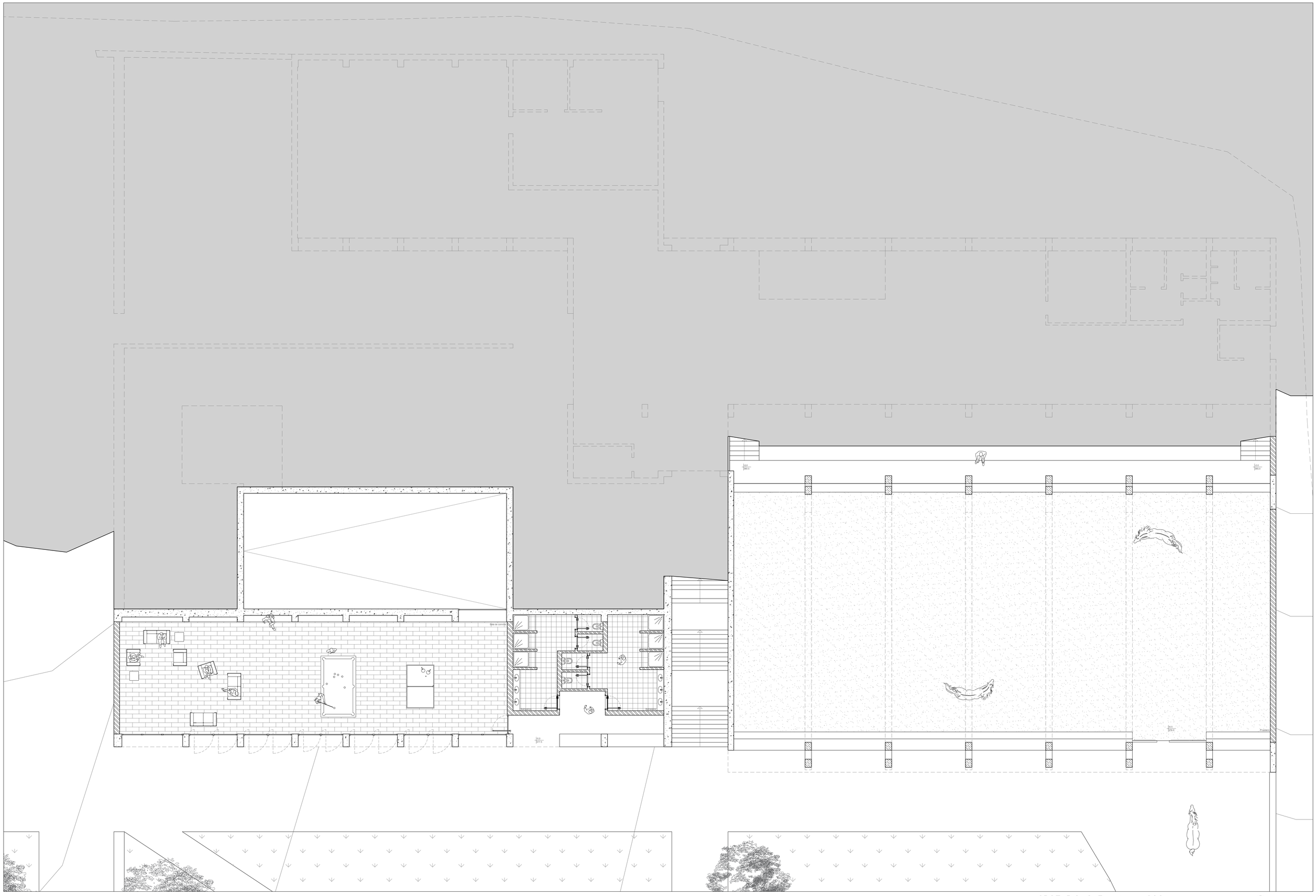
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Cortes e Alçados|
Escala 1:500

03



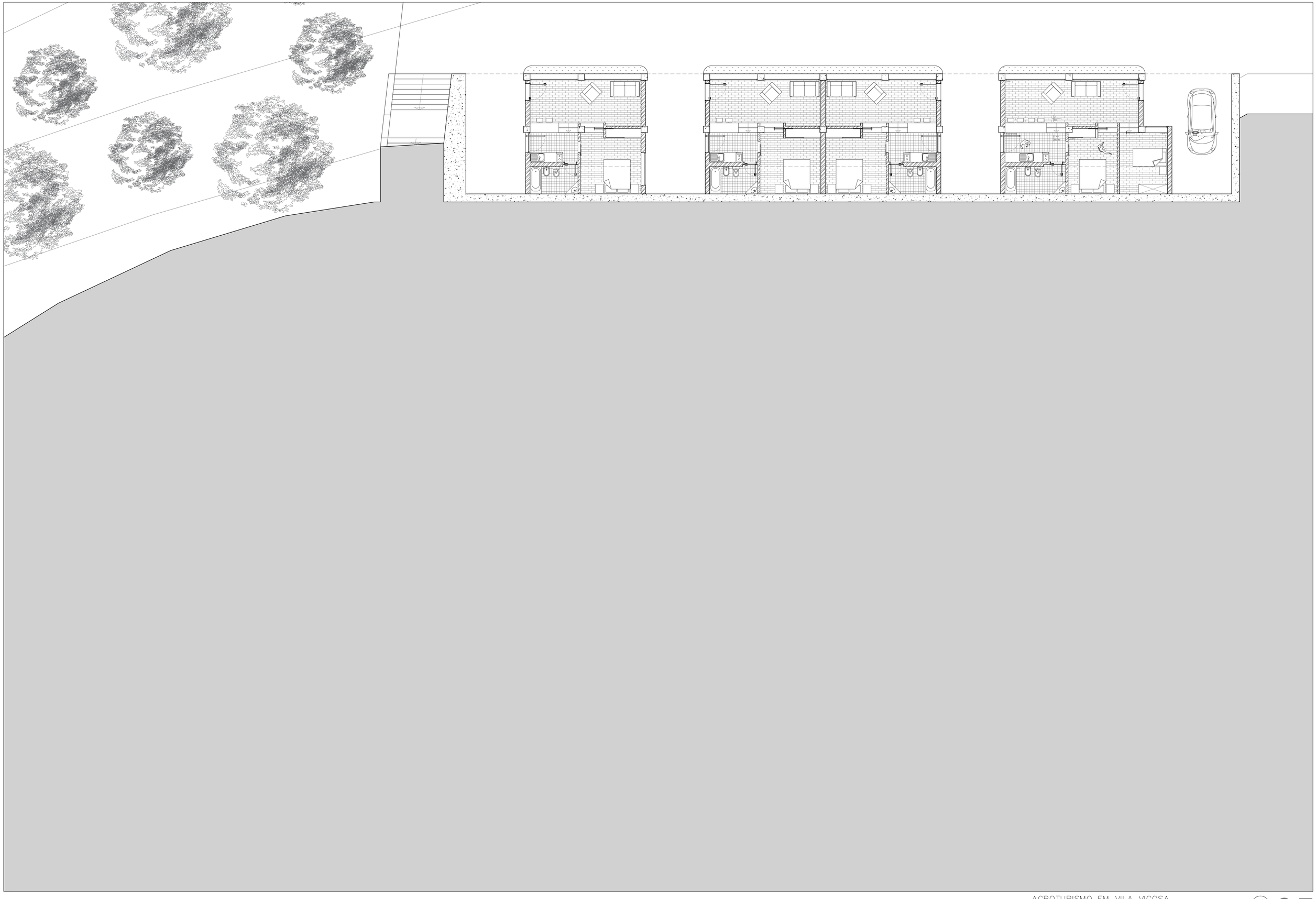
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Planta Piso-1 Edifício Principal
Escala 1:100

04



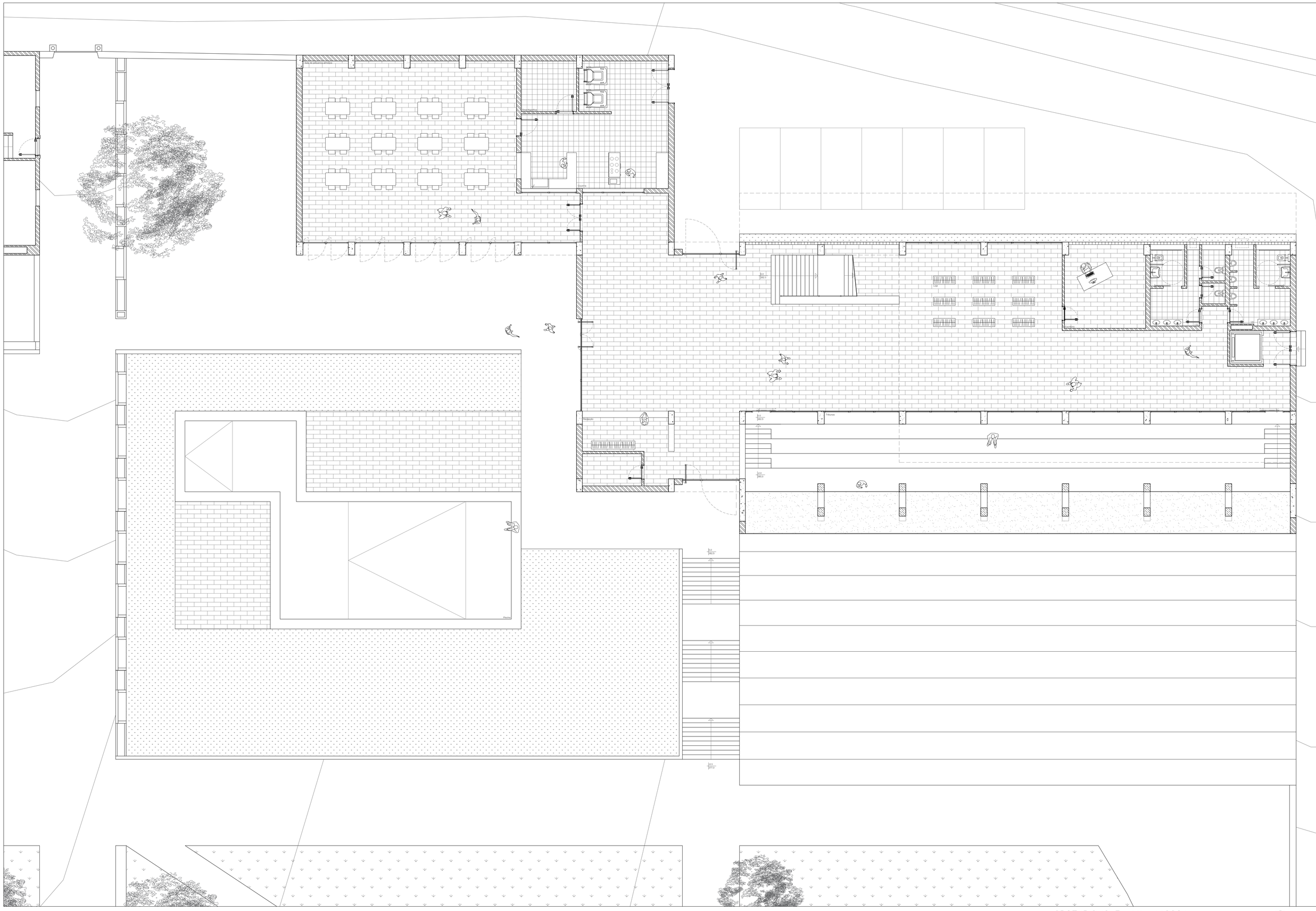
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Planta Piso-1 Apartamentos
Escala 1:100

05



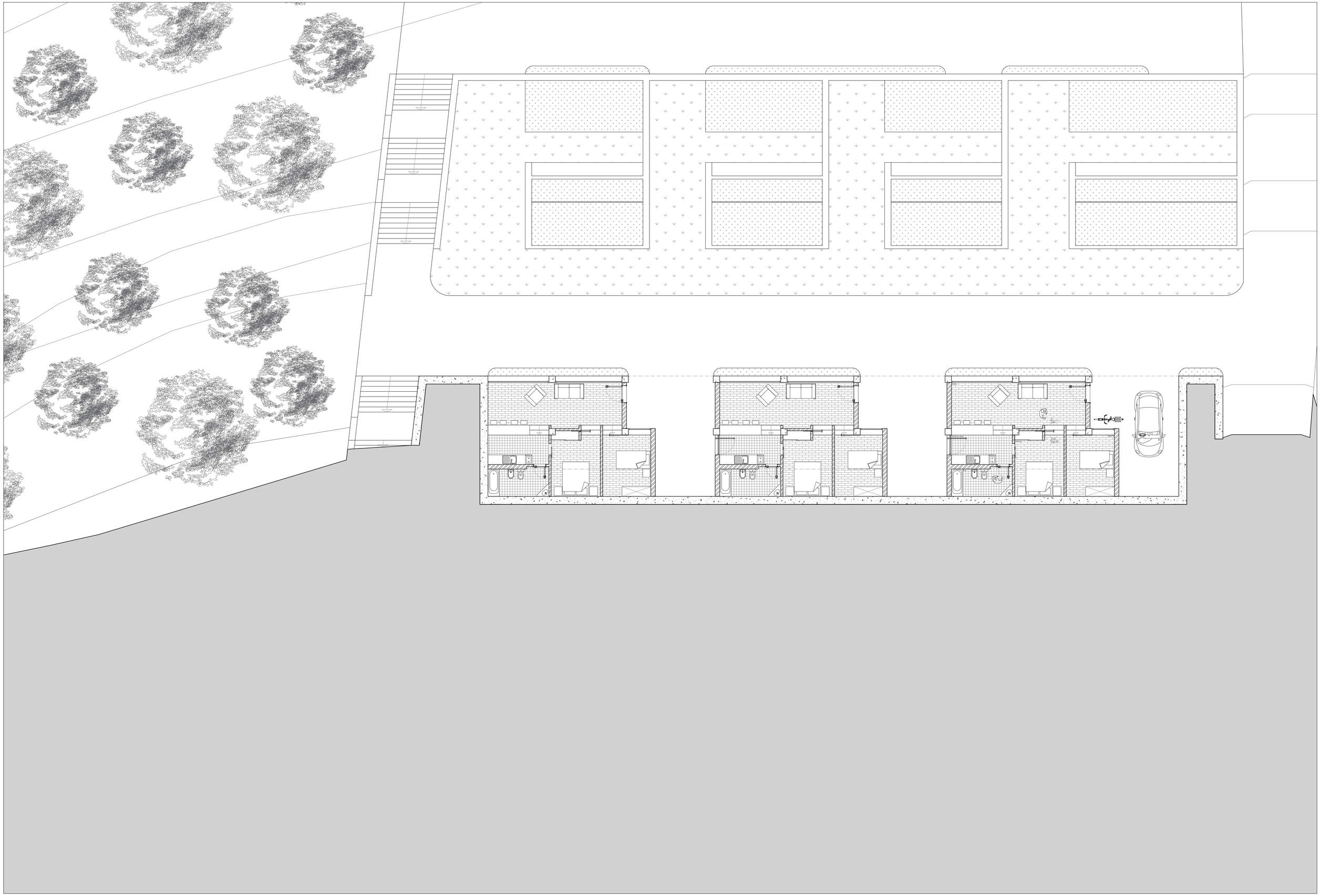
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Planta Piso0 Edifício Principal
Escala 1:100

06



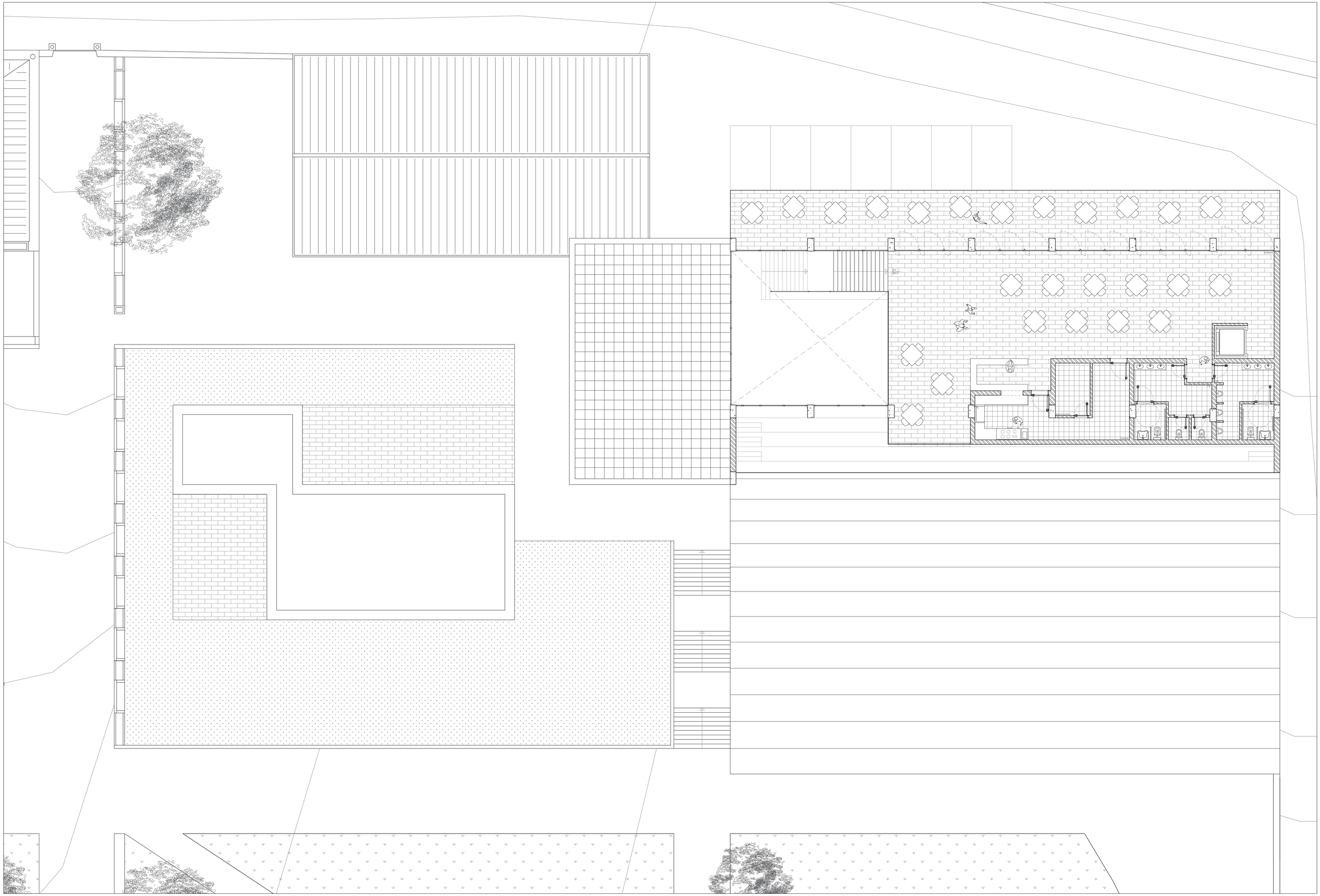
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Planta Piso0 Apartamentos
Escala 1:100

07



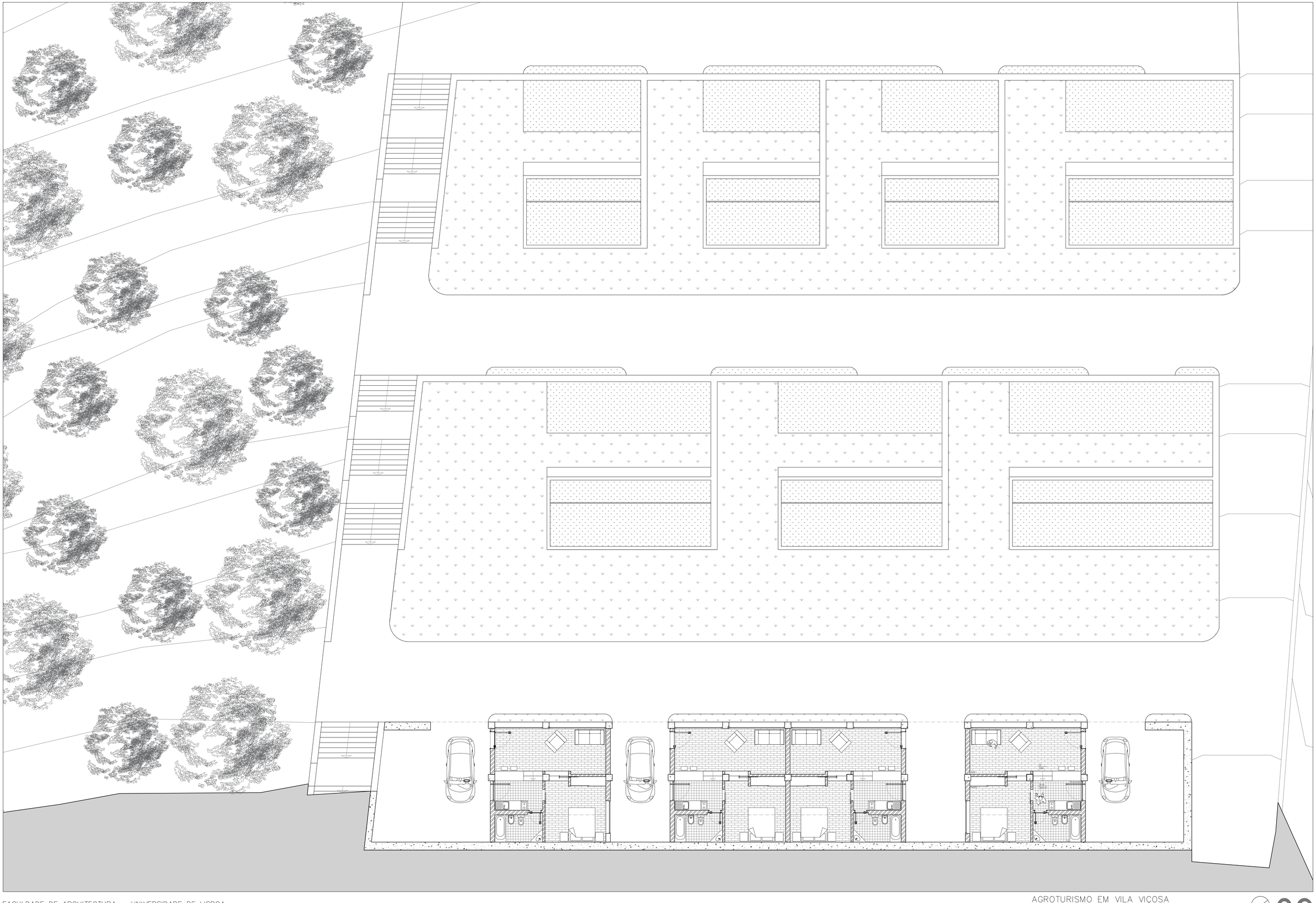
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Planta Piso1 Edifício Principal
Escala 1:100

08



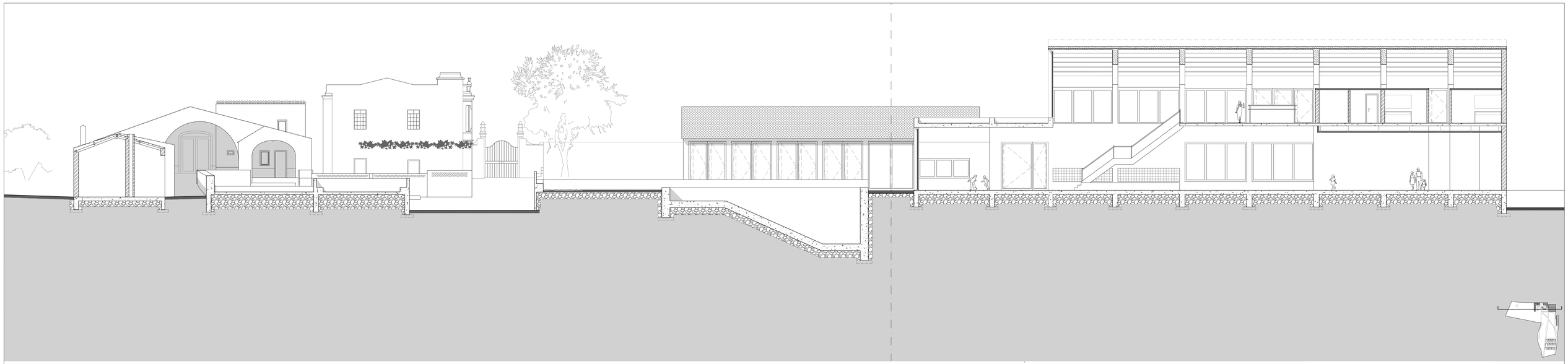
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

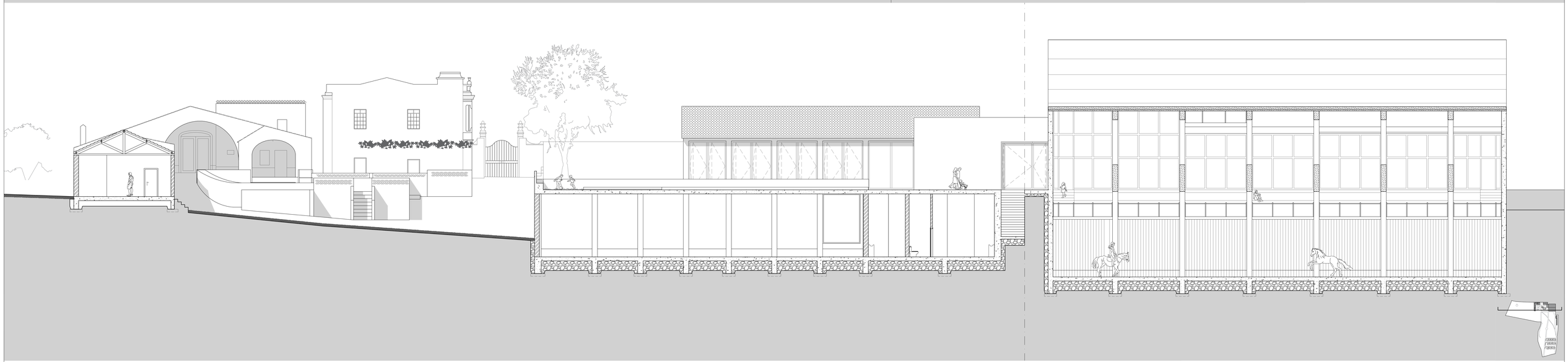
AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

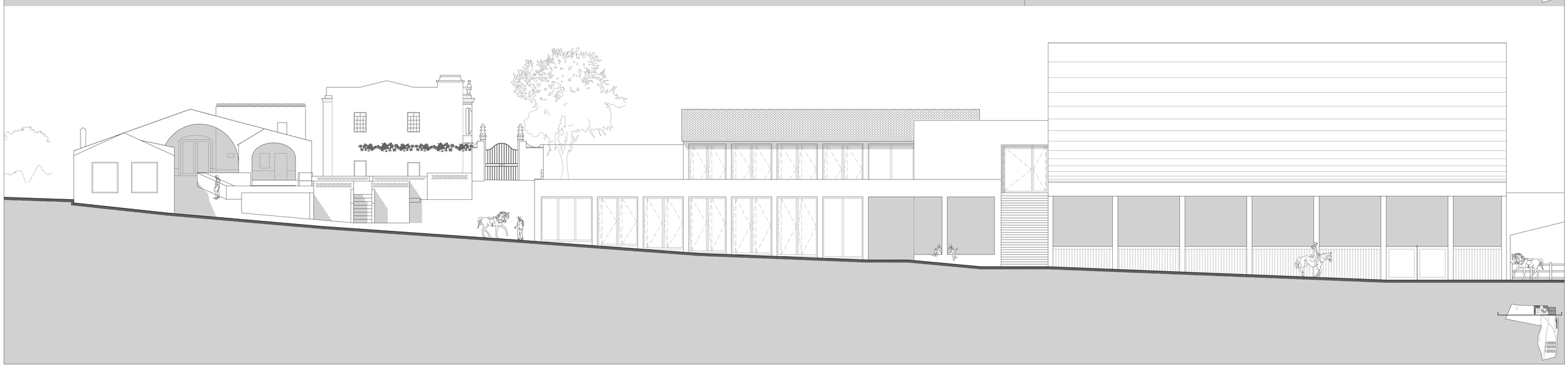
0 1 2 4

Planta Piso-1 Apartamentos
Escala 1:100

09





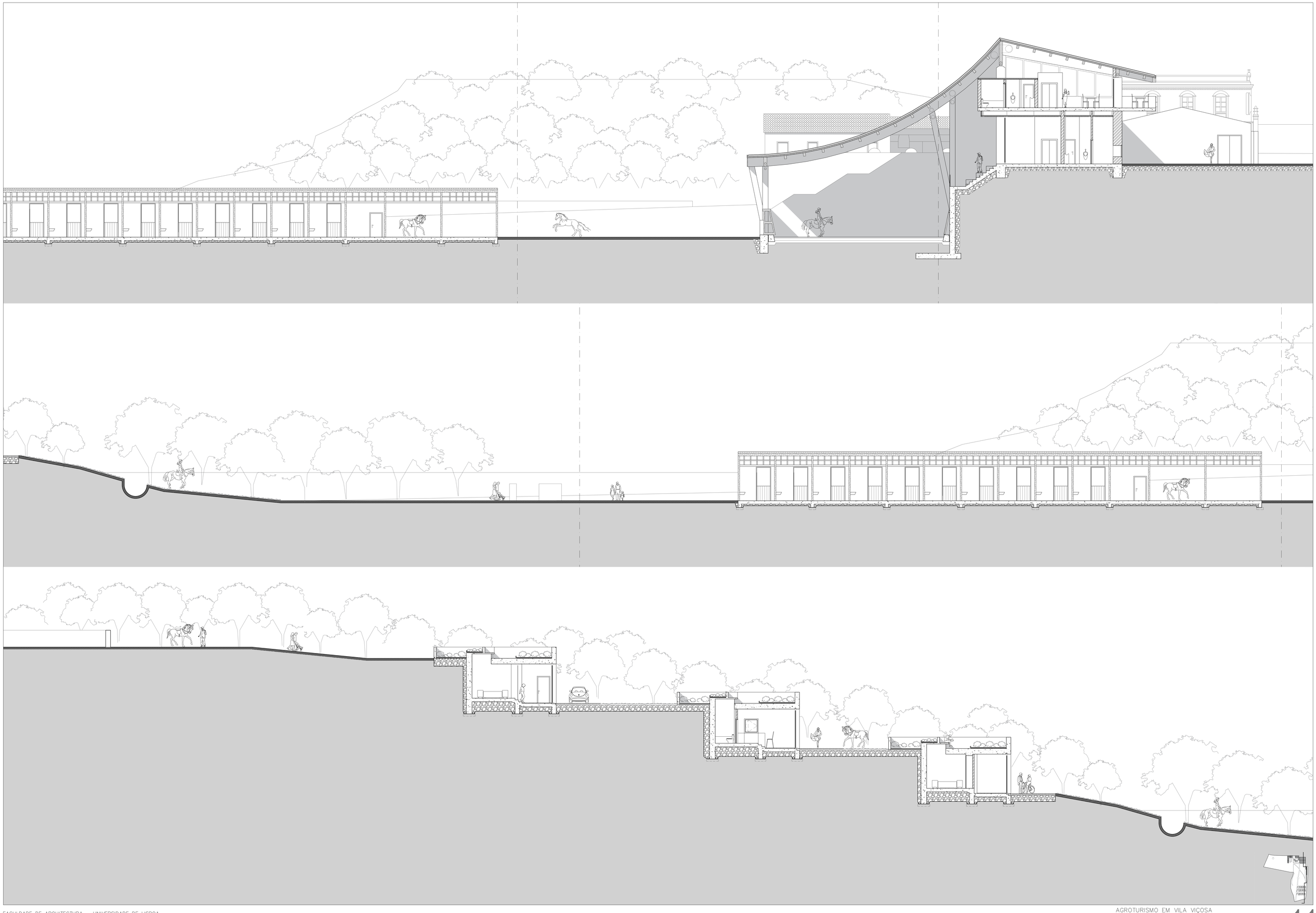


FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Cortes e Alçado Sudeste
Escala 1:100

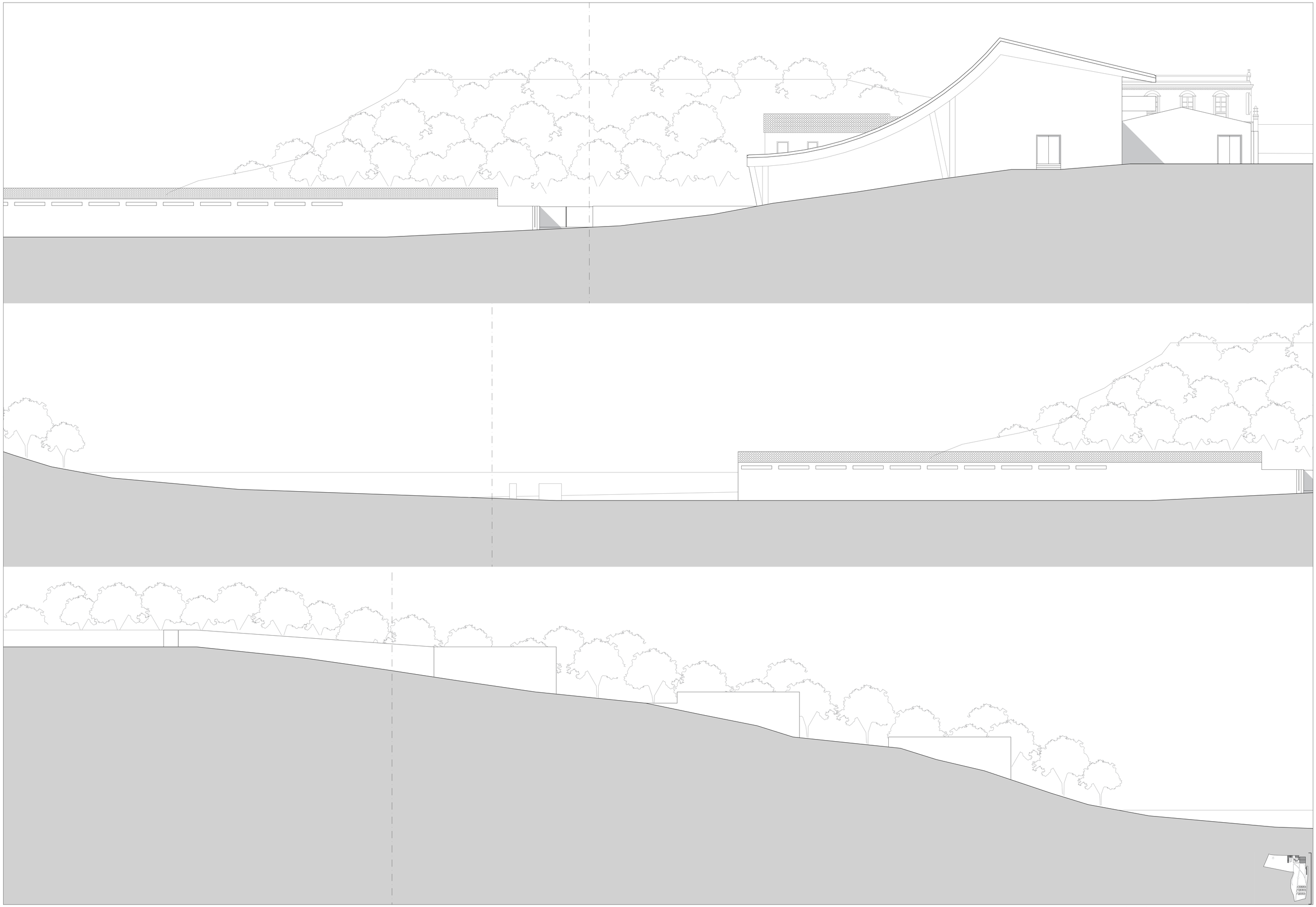


FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Corte Longitudinal
Escala 1:100

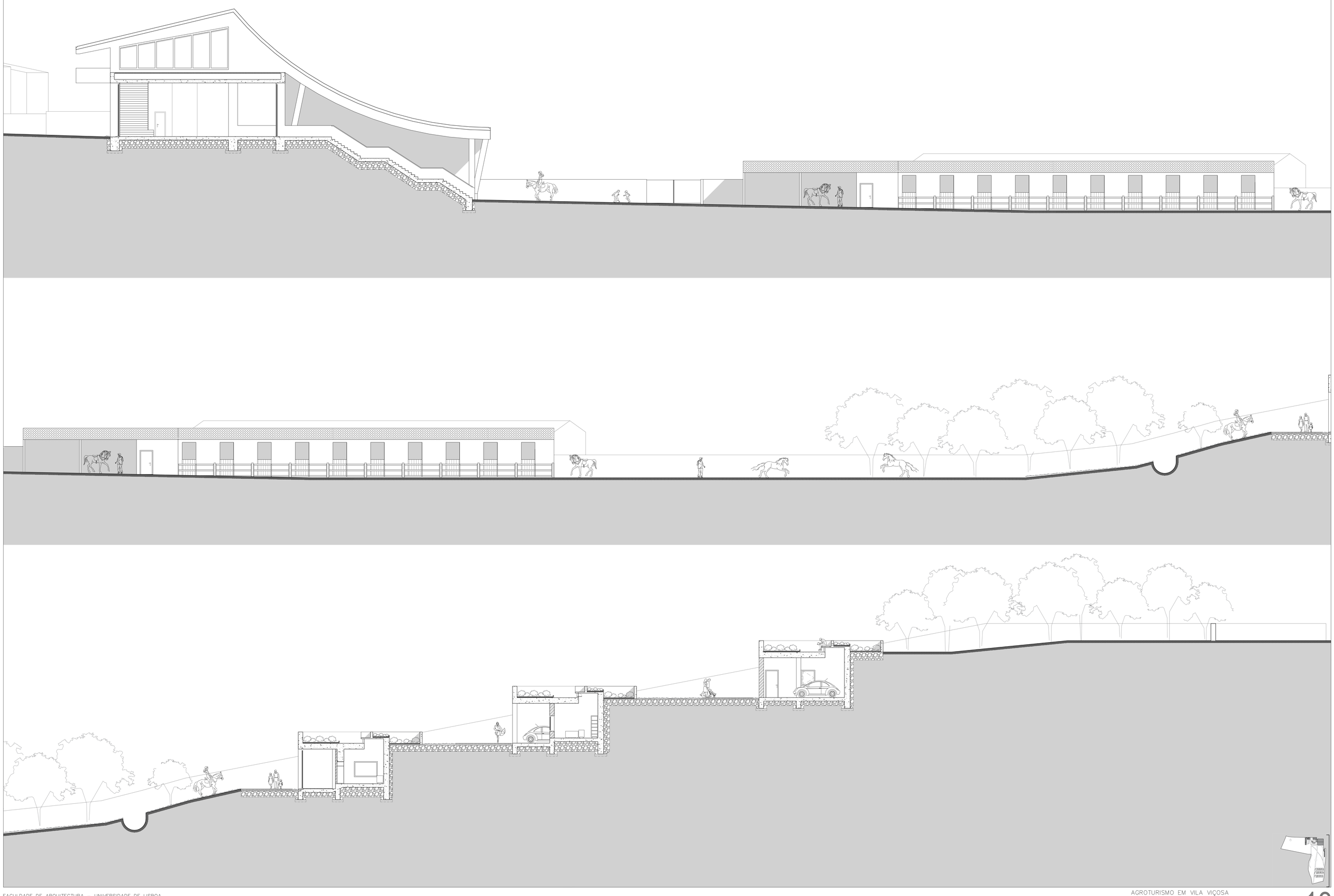


FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Alçado Nordeste
Escala 1:100

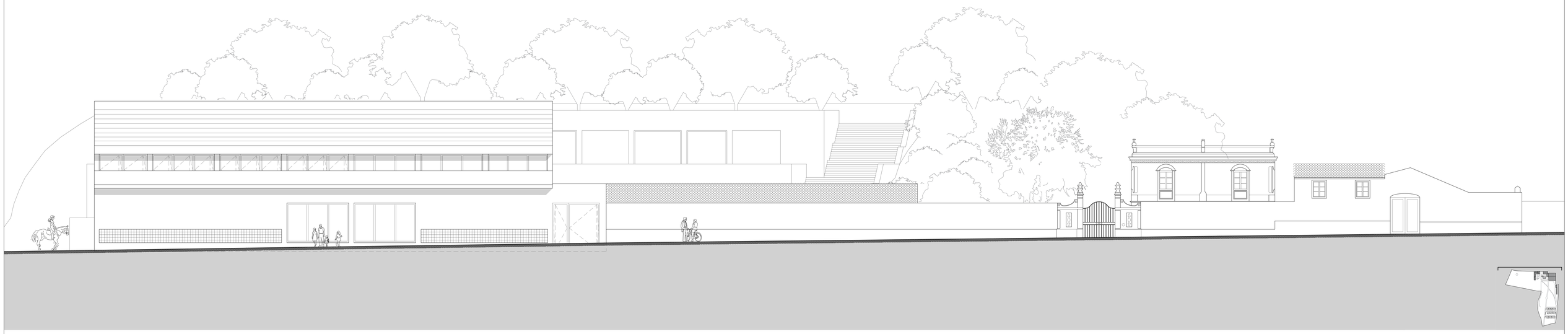


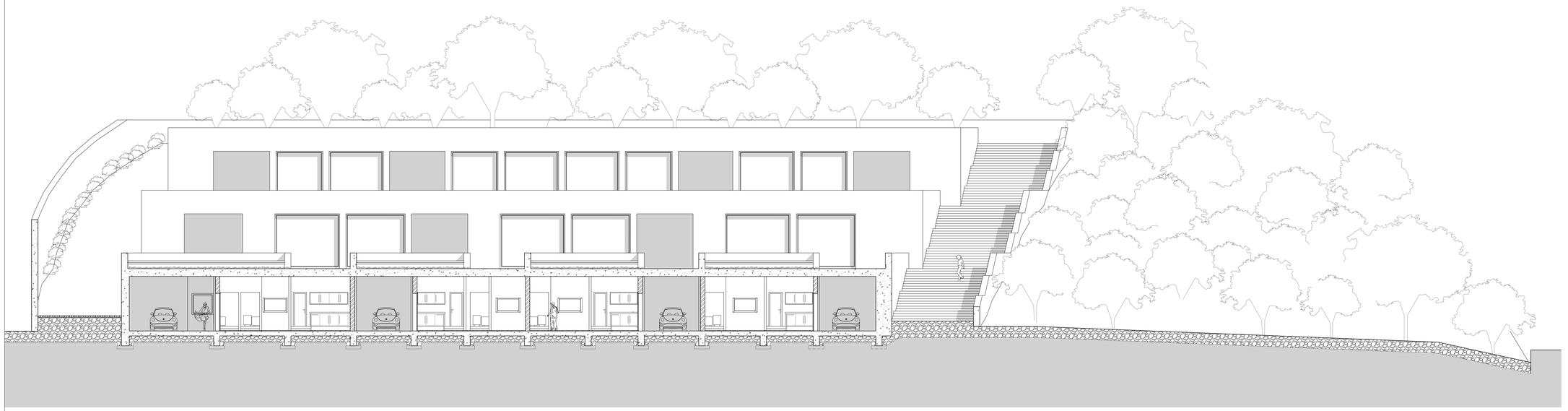
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

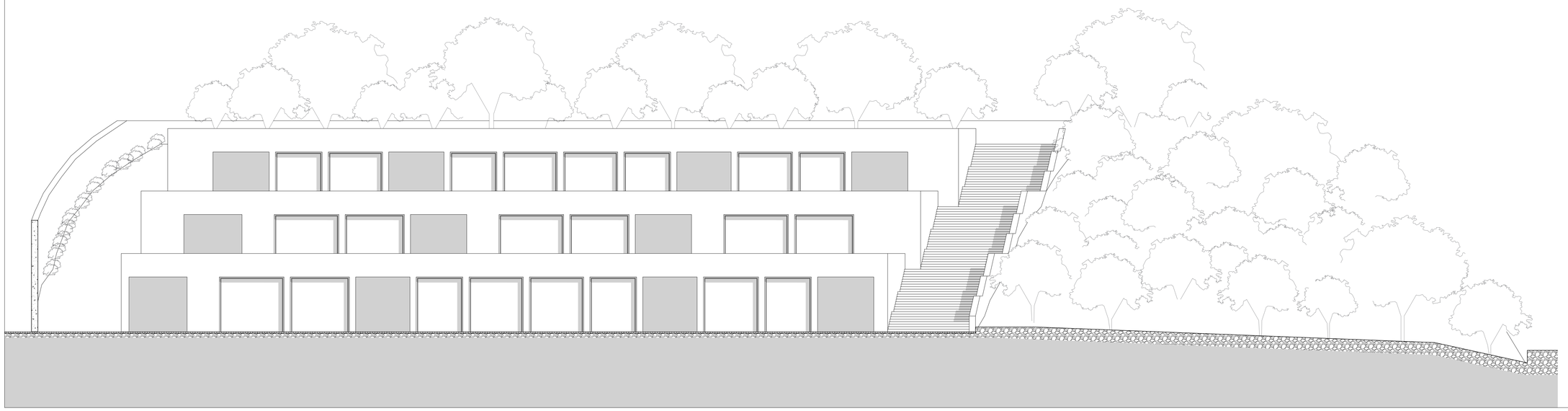
AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Corte Longitudinal
Escala 1:100





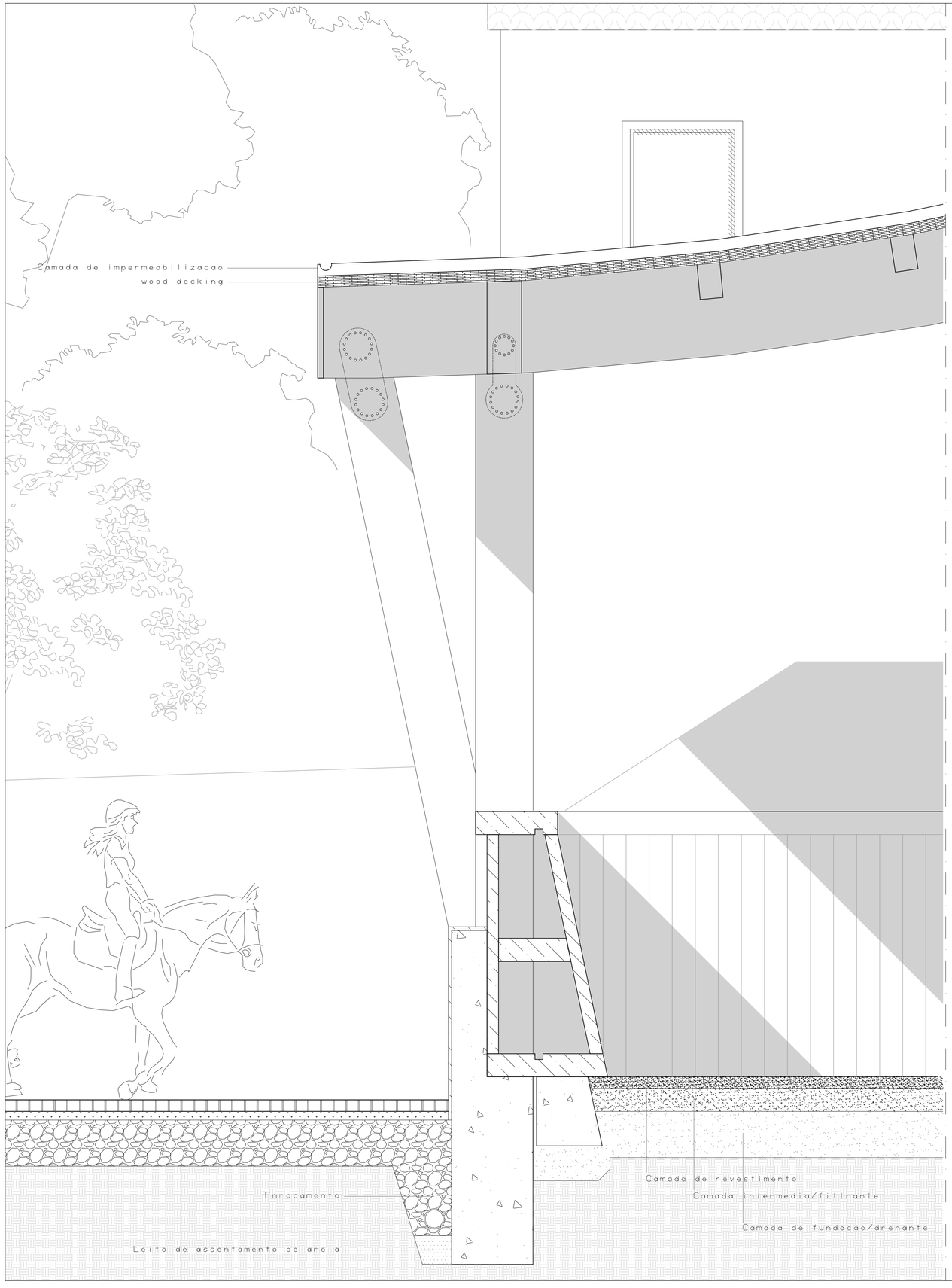


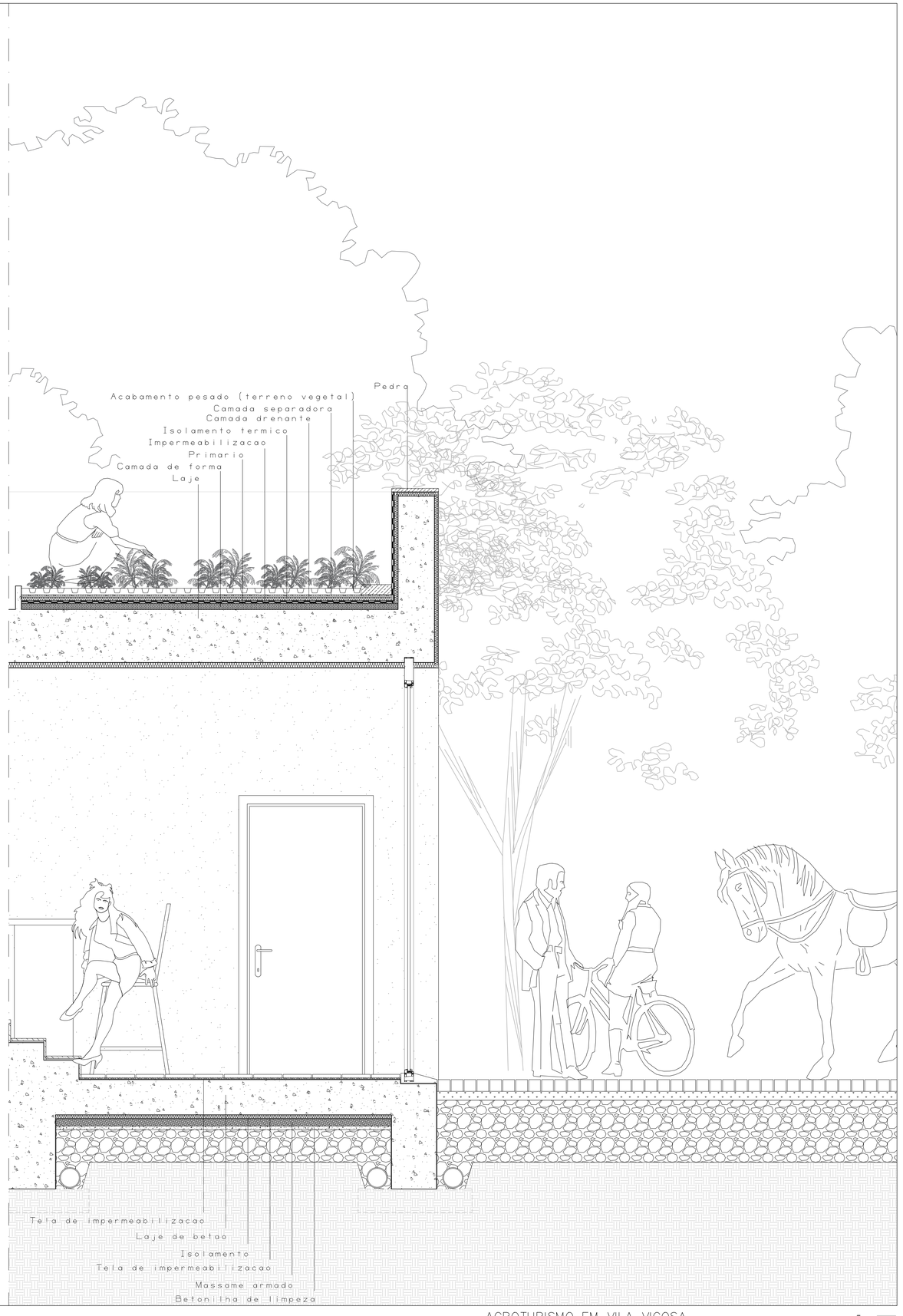
FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Alçado Noroeste e Cortes
Escala 1:100





FACULDADE DE ARQUITECTURA – UNIVERSIDADE DE LISBOA
PROJECTO FINAL DE MESTRADO
CANDIDATA: SARA PRÓSPERO DOS SANTOS LORY COSTA #7424
ORIENTADOR: PROFESSORA DOUTORA MADALENA CUNHA MATOS

AGROTURISMO EM VILA VIÇOSA
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

0 1 2 4

Cortes Construtivos
Escala 1:20









